



• C •

FEUC FACULDADE DE ECONOMIA  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

## Relatório de Estágio

Indicadores de desempenho económico e financeiro das PME's  
no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística



Rita Catarina da Silva Domingues

2º Ciclo de Gestão

Setembro de 2009

# **Indicadores de desempenho económico e financeiro das PME's no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística**

Relatório de estágio no âmbito do Mestrado em Gestão da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, realizado na Taveiopoc – Contabilidade, Lda, no período de 16 de Março a 15 de Agosto de 2009.

**Orientador da FEUC:** Prof. Dr. Paulo Gama

**Orientadora da Taveiopoc:** Dra. Marta Lucas

**Setembro de 2009**

## RESUMO

O meu estágio teve lugar na empresa Taveiropoc – Contabilidade, Lda., cuja actividade principal é a prestação de serviços de contabilidade, sendo os seus principais clientes micro e pequenas empresas da zona de Coimbra. O estágio teve início a 16 de Março e foi concluído a 15 de Agosto de 2009.

Os objectivos do estágio prendem-se essencialmente com a elaboração de relatórios financeiros a empresas clientes, tendo por base o cálculo de indicadores económico-financeiros e o apoio na prática contabilística. As tarefas desenvolvidas na Taveiropoc inserem-se nas áreas da análise financeira e contabilidade financeira, bem como na participação em conferências propostas pela empresa.

Este relatório inclui a análise do tópico “Indicadores de Desempenho Económico e Financeiro das PME’s no Âmbito do Sistema de Normalização Contabilística”. Existem inúmeras formas de avaliar o desempenho de uma empresa, neste relatório será desenvolvido um quadro de indicadores económico-financeiros para esta finalidade. Será também tida em consideração o facto de no próximo ano entrar em Portugal, o Sistema de Normalização Contabilística, que provocará alterações na contabilidade financeira e consequentemente terá um forte impacto no cálculo de indicadores económico-financeiros cuja base são as demonstrações financeiras.

O estágio na Taveiropoc foi bastante gratificante, na medida em que foi possível pôr em práticas alguns dos conhecimentos teóricos adquiridos, essencialmente, durante as aulas de análise financeira e contabilidade financeira, do curso de Gestão da Faculdade de Economia, bem como desenvolver novas competências, como a autonomia na realização de tarefas e o desenvolvimento de outras como o relacionamento interpessoal e a adaptação a novos ambientes.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem o auxílio de outras pessoas que directa ou indirectamente contribuíram para a elaboração deste relatório. Por esta razão não poderia deixar de agradecer a todos os que me ajudaram durante o período de estágio e aquando da realização deste relatório.

Em primeiro lugar, quero agradecer à Faculdade de Economia por proporcionar aos seus alunos do Mestrado em Gestão um primeiro contacto com o mundo profissional. Agradecer à Prof. Doutora Susana Jorge, coordenadora dos estágios de Gestão e ao meu orientador da Faculdade de Economia o Prof. Dr. Paulo Gama, por todo o apoio, ajuda, orientação e disponibilidade dispendida.

Em segundo lugar, um agradecimento especial à Taveiropoc pela oportunidade e ajuda que me deram durante os cinco meses de estágio. Um agradecimento especial à minha orientadora da empresa, Dra. Marta Lucas por toda a sua disponibilidade, ajuda e por todos os conhecimentos transmitidos durante o estágio, assim como todas as outras pessoas que integram a Taveiropoc.

Não poderia deixar de agradecer aos meus pais e irmã, por todo o apoio e motivação que me deram durante a minha vida académica e em especial durante este período de estágio.

Por fim, um grande obrigado a todos os meus amigos pelo apoio prestado. Não poderia terminar sem agradecer a alguém por todo o apoio, força, compreensão e motivação que sempre me deu.

*Coimbra, Setembro 2009*

## ÍNDICE

Resumo.....	i
Agradecimentos .....	ii
Índice .....	iii
Lista de acrónimos .....	v
Lista de figuras, quadros e gráficos .....	vi
1.Introdução .....	1
2. Apresentação da empresa .....	3
2.1. Descrição sumária da empresa.....	3
2.2. Resenha histórica.....	3
2.3 Recursos humanos e organização interna.....	4
2.4. Actividade da empresa .....	6
3. Tarefas desenvolvidas na Taveiropoc .....	9
3.1. Contabilidade financeira.....	9
3.2. Análise financeira .....	13
3.3. Participação em conferências.....	16
4. Indicadores de desempenho económico e financeiro no âmbito do SNC. ....	17
4.1. Introdução .....	17
4.1.1. Indicadores económico-financeiros .....	21
4.1.1.1. Crescimento da empresa .....	22
4.1.1.2. Rendibilidade da empresa.....	23
4.1.1.3. Actividade da empresa.....	25
4.1.1.4. Produtividade da empresa.....	26
4.1.1.5. Equilíbrio financeiro da empresa .....	28
4.1.2. Aplicação prática do quadro de indicadores de desempenho.....	34
4.2. Sistema de Normalização Contabilística.....	40
4.2.1. Introdução .....	40
4.2.2. Caracterização e composição do SNC .....	44
4.2.3. Mudanças provenientes do SNC .....	50
4.2.4. Alterações no quadro de indicadores de desempenho económico-financeiro. ....	54
5. Análise crítica .....	62
5.1. Competências adequadas ao estágio .....	62

5.2. Contribuições dos conhecimentos adquiridos para as tarefas desenvolvidas.....	64
6. Conclusão .....	65
7. Bibliografia .....	66
8. Anexos. ....	69
Anexo 1 – Classificação e numeração de um documento na Taveiropoc .....	70
Anexo 2 – Lançamento efectuado no <i>PHC Corporate 2008</i> .....	72
Anexo 3 – Declaração periódica do IVA e conferência manual do IVA .....	74
Anexo 4 – Rácios utilizados na Taveiropoc.....	77
Anexo 5 – Relatório de Análise Financeira realizado na Taveiropoc.....	81
Anexo 6 – Programa das conferências assistidas. ....	108
Anexo 7 – Apuramento da Tesouraria Líquida .....	112
Anexo 8 – Modelos das Demonstrações Financeiras propostos pelo SNC .....	114
Anexo 9 – Modelos reduzidos das Demonstrações Financeiras propostos pelo SNC.....	121
Anexo 10 – Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro .....	124
Anexos 11 – Alterações das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados.....	126

## LISTA DE ACRÓNIMOS

- CAE – Classificação Económica Empresarial
- CC – Código das Contas
- CMVMC – Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- CNC – Comissão de Normalização Contabilística
- CTOC – Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas
- EC – Estrutura Conceptual
- FMF – Fundo Maneio Funcional
- FSE – Fornecimentos e Serviços Externos
- IASB – *International Accounting Standards Board*
- ISCAC – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra
- IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado
- MDF – Modelo das Demonstrações Financeiras
- NC – Necessidades Cíclicas
- NCRF – Norma Contabilística e de Relato Financeiro
- NCRF-PE -Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades
- NFM – Necessidades de Fundo Maneio
- NI – Normas Interpretativas
- NIC – Normas Internacionais da Contabilidade
- NIRF – Normas Internacionais de Relato Financeiro
- PME's – Pequenas e Médias Empresas
- PMP – Prazo Médio de Pagamento
- PMR – Prazo Médio de Recebimento
- POC – Plano Oficial de Contabilidade
- RC – Recursos Cíclicos
- SNC – Sistema de Normalização Contabilística
- TOC – Técnico Oficial de Contas
- UE – União Europeia
- VAB – Valor Acrescentado Bruto
- VN – Volume de Negócios

## LISTA DE FIGURAS, QUADROS E GRÁFICOS

### ○ Figuras:

Figura 1 – Organigrama da Taveiropoc .....	5
Figura 2 – Divisão do Balanço segundo os ciclos de operações.....	30
Figura 3 – Conflitos entre os diferentes normativos contabilísticos .....	42
Figura 4 – Níveis de normalização contabilística .....	43
Figura 5 – Estrutura do SNC .....	45
Figura 6 – Referência cruzada das Demonstrações Financeiras com o Anexo do SNC.....	53
Figura 7 – Localização das vendas e prestações de serviços na Demonstração de Resultados do SNC....	55
.....	55
Figura 8 – Diferenças no Capital Próprio do SNC .....	56
Figura 9 – Rubricas que compõem o Activo Económico no SNC.....	58
Figura 10 – Factores críticos na formação de competências .....	62

### ○ Quadros:

Quadro 1 – Descrição sumária da Taveiropoc .....	3
Quadro 2 – Evolução económico-financeira da Taveiropoc e do sector .....	7
Quadro 3 – Quadro de indicadores de desempenho económico-financeiro.....	22
Quadro 4 – Dados do desempenho económico-financeiro da empresa X e do sector .....	35
Quadro 5 – Dados do desempenho económico-financeiro da empresa Y e do sector .....	37
Quadro 6 – Dados do desempenho económico-financeiro da empresa Z e do sector.....	38
Quadro 7 – Normativo Legal do SNC.....	49
Quadro 8 – Principais diferenças nas classes de contas .....	50
Quadro 9 – Fórmulas de cálculo dos indicadores do desempenho económico-financeiro.....	54

### ○ Gráfico:

Gráfico 1 – Número médio de clientes da Taveiropoc.....	6
---	---



## 1. INTRODUÇÃO

Este relatório surge no âmbito do estágio que integra o Mestrado em Gestão na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e visa apresentar de forma sumária a empresa de acolhimento, as tarefas desenvolvidas durante o período de estágio, assim como analisar o tema “Indicadores de Desempenho Económico e Financeiro das PME’s no Âmbito do Sistema de Normalização Contabilística”.

O estágio teve início no dia 16 de Março na Taveiropoc – Contabilidade, Lda. tendo sido concluído a 15 de Agosto e enquadra-se nas áreas da contabilidade financeira e análise financeira. Este decorreu num período em que se avizinham profundas mudanças, devido à passagem do actual normativo contabilístico baseado no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e Directrizes Contabilísticas (DC) para o Sistema de Normalização Contabilística, baseado nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que entrará em vigor no próximo dia 1 de Janeiro de 2010.

Pereira *et al* (2009) indicam que é necessário que se intensifiquem os esforços para a normalização contabilística dada a crescente globalização dos mercados, o desenvolvimento de economias emergentes e a recente crise económico-financeira a nível mundial. A harmonização da informação contabilística é uma mais valia, na medida em que, possibilita a comparação de empresas que actualmente preparam as suas demonstrações financeiras segundo quadros normativos nacionais diferentes.

Este relatório divide-se essencialmente em quatro partes. Inicialmente será apresentada a Taveiropoc-Contabilidade, Lda., empresa que me acolheu para a realização do estágio. Neste primeiro capítulo será feita uma descrição sumária da empresa, para que o leitor tenha uma visão inicial da Taveiropoc, será também dada a conhecer uma resenha histórica da empresa, assim como os recursos humanos, a organização interna e a actividade da mesma.

No segundo capítulo serão enumeradas as tarefas desenvolvidas na empresa, durante o período de estágio, e que, directa ou indirectamente, contribuíram para a elaboração deste trabalho. Para o efeito, será feita uma distinção entre as diversas

actividades desenvolvidas nas áreas da contabilidade e da análise financeira, assim como, na participação em conferências.

O terceiro capítulo deste relatório aborda o tema de enquadramento em três pontos: o primeiro diz respeito à apresentação de um painel de indicadores de desempenho económico-financeiro para pequenas e médias empresas. No segundo ponto deste capítulo será introduzida uma aplicação prática real do painel de indicadores apresentado no ponto anterior, expondo os resultados, conclusões e sugestões. O último ponto apresenta o Sistema de Normalização Contabilística que passará a ser utilizado pelas empresas portuguesas a partir do próximo ano. Neste, serão analisadas as principais alterações provocadas pelo SNC, assim como, a forma como afecta a análise financeira, mais precisamente, no que se refere aos indicadores de desempenho económico-financeiro abordados neste trabalho.

Por último, será efectuada uma análise crítica das competências necessárias para a realização das tarefas desenvolvidas na Taveiropoc, referindo as contribuições dos conhecimentos adquiridos durante o primeiro e parte do segundo ciclo do curso de Gestão.

Este relatório termina expondo as conclusões finais do trabalho, onde será relevada a importância do estágio, as dificuldades encontradas no mesmo, entre outros comentários finais. Serão também apresentados os anexos relevantes para a compreensão deste trabalho.

## 2. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

### 2.1. Descrição Sumária da Taveiopoc

<b>Firma</b>	Taveiopoc – Contabilidade, Lda.
<b>Sede</b>	Rua dos Combatentes da Grande Guerra, nº 162, R/C 3045-469 Taveiro, Freguesia de Coimbra
<b>Contactos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Telefone: 239983387</li> <li>• Fax: 239983387</li> </ul>
<b>E – mail</b>	<a href="mailto:taveiopoc.fernanda@sapo.pt">taveiopoc.fernanda@sapo.pt</a>
<b>NIF</b>	504 072 064
<b>Objecto Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prestação de serviços na área da Contabilidade;</li> <li>• Fiscalidade em sede de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas, de Imposto Sobre o Rendimento de Pessoas Singulares e Imposto Sobre o Valor Acrescentado;</li> <li>• Elaboração de relatórios de gestão;</li> <li>• Processamento de remunerações.</li> </ul>
<b>CAE (Rev. 3)</b>	69200- Actividade de contabilidade, auditoria e consultoria fiscal.
<b>Data de Constituição</b>	Janeiro de 1998
<b>Capital Social</b>	€ 7.500,00, distribuídos de forma equitativa por três sócios: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fernando Reis Pimentel</li> <li>• Marta Cristina Lucas</li> <li>• Fernanda Maria Ervedeira</li> </ul>

#### Quadro 1 – Descrição sumária da Taveiopoc

Fonte: elaboração própria

### 2.2. Resenha histórica

A Taveiopoc iniciou a sua actividade em Janeiro de 1998, sendo criada por dois jovens dinâmicos e determinados a iniciar o seu próprio negócio. A sócia Marta Lucas tinha acabado de terminar o bacharelato em Contabilidade e Administração no Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC), o outro sócio, Fernando Pimentel, apesar de possuir apenas a escolaridade mínima obrigatória, desde cedo esteve ligado à área

da contabilidade, conferindo-lhe uma vasta experiência e conhecimento de potenciais clientes.

Com o passar do tempo, a empresa foi dando frutos devido à grande experiência de um dos sócios e aos sólidos conhecimentos teóricos do outro. Em Maio de 2002, dá-se a entrada de uma nova sócia, Fernanda Ervedeira, na Taveiropoc

A Taveiropoc é uma Sociedade por Quotas, inicialmente constituída com o Capital Social mínimo de 400.000,00 escudos. Com a passagem da moeda para o euro, em 2002, o Capital Social passou a ser € 5.000,00, existindo a necessidade de o aumentar, ainda em 2002, devido à entrada da sócia Fernanda Ervedeira.

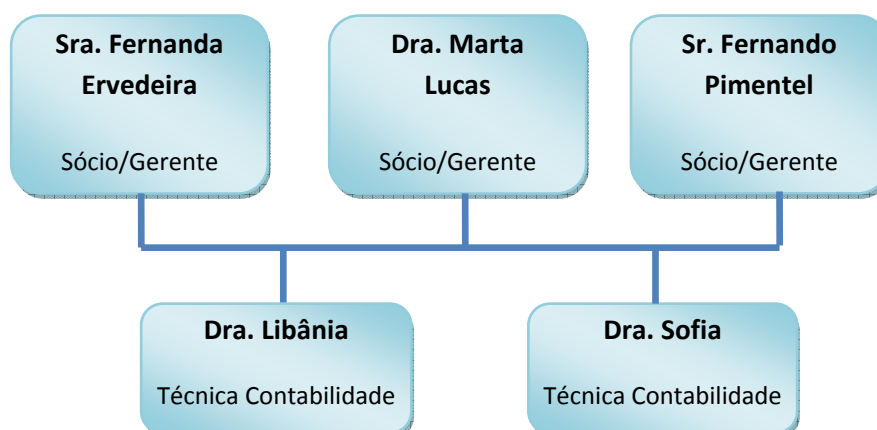
Aquando da constituição da Taveiropoc, os sócios optaram por localizar o escritório em Taveiro (Coimbra). Na escolha da sua localização tiveram em consideração a proximidade a Coimbra e a existência de uma Zona Industrial em desenvolvimento. A nível de logística, o gabinete situava-se junto de um posto de correios e de uma agência bancária.

Em 2005, reconhecendo que as condições físicas começavam a limitar a actividade, a empresa mudou de instalações, para umas de maiores dimensões, igualmente situada em Taveiro. Esta mudança permitiu aumentar o número de colaboradores, podendo assim aceitar mais clientes e, conseqüentemente, procurar melhorar os seus resultados.

Actualmente, uma das grandes apostas da Taveiropoc é a integração de recém-licenciados, essencialmente da área de contabilidade, uma vez que, a empresa reconhece que são pessoas que possuem bons conhecimentos e vontade para ter sucesso numa área onde a motivação e o gosto pela contabilidade são essenciais.

### **2.3. Recursos Humanos e Organização Interna**

Actualmente, os recursos humanos da empresa são formados por cinco membros: os três sócios – Marta Lucas bacharel do ISCAC e TOC, Fernanda Ervedeira, com a escolaridade mínima obrigatória e TOC, Fernando Pimentel, que frequentou o ISCAC não chegando, no entanto, a concluir o bacharelato e duas licenciadas pelo ISCAC e TOC's contratadas, que auxiliam os sócios-gerentes na organização, classificação e lançamento da contabilidade dos clientes. A figura seguinte mostra-nos o organigrama da empresa.



**Figura 1 – Organograma da Taveiropoc**

**Fonte: elaboração própria**

Durante o período de estágio, a Taveiropoc pode contar também com a minha ajuda quer na realização de análises financeiras a clientes, quer na contabilidade. A orientação e as instruções de trabalho, em termos gerais, são indicadas pelos sócios gerentes, de acordo com o cliente em questão e o tipo de tarefa a desempenhar.

O software de contabilidade e gestão utilizado pela empresa é o *PHC Corporate 2008*, possuindo a empresa cinco computadores de secretária, ligados através de um servidor em rede, de forma a ser rápido o acesso à informação em qualquer computador, para além de um computador portátil.

O *PHC Corporate*<sup>1</sup> permite, de uma forma completa, o controlo total das necessidades contabilísticas nas vertentes geral, analítica e orçamental. Das funcionalidades deste *software* podemos destacar:

- ▶ Lançamento/consulta de documentos contabilísticos;
- ▶ Trabalho com vários centros analíticos;
- ▶ Observação de extractos/saldo de conta (s);
- ▶ Apuramento do IVA, onde é possível fazer a simulação do IVA, o respectivo apuramento bem como retirar a declaração periódica ou anual.
- ▶ Apuramento/simulação dos vários tipos de resultados;
- ▶ Apuramento do Custo das Existências Vendidas e Matérias Consumidas;

<sup>1</sup> Informação relativa ao *PHC Corporate 2008* disponível em: [www.phc.pt](http://www.phc.pt).

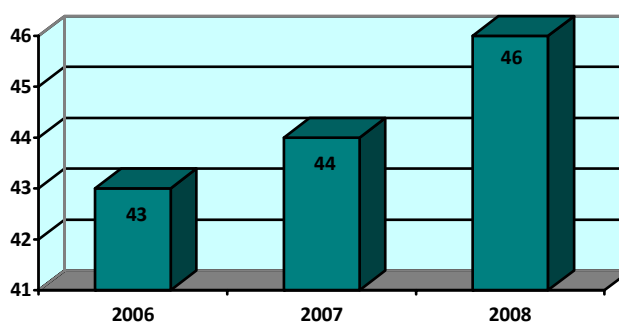
- ▶ Existência de várias análises predefinidas, sendo fácil a consulta a, por exemplo, Balancetes, Extractos de Conta, Análise de Diários e Mapas de Gestão, onde é possível encontrar todos os mapas legais necessários.

Assim, podemos concluir que o *PHC Corporate* é um *software* que permite integrar toda a informação da empresa, de uma forma fácil e rápida, tendo sido criado a pensar nas pequenas empresas e possibilitando a adaptação a diferentes realidades de negócios.

#### 2.4. Actividade da empresa

A Taveiropoc actualmente presta serviços a cerca de 40 clientes, sendo 92% micro empresas e os restantes 8% pequenas empresas, segundo os critérios de classificação publicados no Decreto-Lei 373/2007, de 6 de Novembro<sup>2</sup>. Os clientes são de zonas circundantes de Taveiro e abrangem várias áreas de actividade, nomeadamente agricultura, indústria, construção, comércio, reparação de veículos, restauração, transportes, imobiliária e outras actividades e serviços.

O gráfico seguinte mostra a evolução do número de clientes da empresa nos últimos 3 anos.



**Gráfico 1 – Número médio de clientes da Taveiropoc**

**Fonte: elaboração própria**

<sup>22</sup> Segundo este Decreto-Lei, uma micro empresa é definida como uma entidade que tem menos de 10 empregados e possui um volume de negócios anual ou balanço total inferior a 2 milhões de euros. Uma pequena empresa é aquela que possui menos de 50 empregados e cujo volume de negócios ou balanço total não excede 10 milhões de euros, até aos limites impostos para micro empresa.

A Taveiropoc tem vindo a aumentar o seu número de clientes, apesar de estar num sector de actividade cada vez mais competitivo e de o país atravessar uma difícil crise económico-financeira que tem levado muitas empresas à falência. Esta melhoria deve-se ao permanente respeito pela ética no desempenho da sua actividade, para além de outros recursos intangíveis como o seu “*know-how*”, a simpatia e humildade para com os clientes e colegas de trabalho.

De seguida são apontados alguns dados económico-financeiros da empresa referentes aos últimos 3 anos, e do sector em que esta se insere, para 2006 e 2007.

	2006		2007		2008
	Empresa	Sector	Empresa	Sector	Empresa
<b>Volume de Negócios</b>	97.193,81 €	155.163 €	104.297,94 €	187.363 €	123.358,64 €
<b>Resultado Líquido</b>	100.276,20 €	22.093 €	5.963,51 €	18.026 €	-12.814,18 €
<b>Total do Balanço</b>	12.106,69 €	306.299 €	8.956,60 €	276.471 €	40.212,43 €
<b>Capital Próprio</b>	20.611,47 €	114.422 €	26.574,98 €	87.720 €	11.360,80 €
<b>Rendibilidade dos Capitais Próprios</b>	487%	19%	22%	21%	-113%

**Quadro 2. – Evolução económico-financeira da Taveiropoc e do sector**

Fonte: elaboração própria

A Taveiropoc tem alcançado volumes de negócios crescentes nos últimos três anos, possuindo um crescimento de 7,3% em 2007 e 18,3% no ano seguinte. O sector ao qual a empresa pertence possui valores de volume de negócios superiores aos alcançados por esta, apresentando em 2007 um crescimento de 20,8%.

A empresa apresenta resultados líquidos decrescentes no período analisado, tal como o sector. Em 2008, devido a investimentos realizados pela empresa o seu resultado líquido apresenta-se negativo. Estes investimentos dizem respeito à aquisição de duas viaturas por parte da empresa. Este facto leva a que a empresa veja a sua rendibilidade dos capitais próprios diminuída de ano para ano, sendo negativa em 2008. O sector, ao contrário da empresa aumentou a sua rendibilidade dos capitais próprio de 2006 para 2007.

Podemos concluir que, a Taveiropoc apresenta resultados inferiores aos do sector, devendo tentar melhorá-los nos próximos anos, essencialmente através de introdução de capitais na empresa por parte dos sócios.



### 3. TAREFAS DESENVOLVIDAS NA TAVEIROPOC

O estágio que a Faculdade de Economia proporciona constitui uma primeira experiência profissional para muitos dos seus alunos. No mundo do trabalho tudo parece novidade, ainda que tenhamos sido formados para tal.

Durante os cinco meses de estágio na Taveiropoc foram muitas as tarefas que desenvolvi. Neste ponto irei descrevê-las fazendo uma distinção entre as tarefas desenvolvidas na área da contabilidade financeira e na análise financeira e a participação em conferências.

#### 3.1. Contabilidade Financeira

A contabilidade financeira pode ser entendida como sendo o pilar da análise financeira. Não é possível ser um bom analista financeiro desconhecendo o que está por de trás da informação financeira. Desta forma, uma parte do meu estágio na Taveiropoc passou pelo desenvolvimento de práticas contabilísticas como serão descritas nos pontos que se seguem.

##### a) Recepção de documentos relevantes para a contabilidade

A prestação de serviços de contabilidade por parte de qualquer empresa deste ramo, inicia-se na recepção dos documentos contabilísticos, entregues pela empresa cliente. Estes documentos são escritos comerciais que descrevem e comprovam os factos patrimoniais descritos pela contabilidade (Borges *et al*, 2003).

De acordo com Borges *et al* (2003), os factos patrimoniais documentados são a base de todo o registo contabilístico, podendo distinguir-se os documentos de movimento interno elaborados no seio da empresa e que se destinam exclusivamente ao uso interno, e os documentos de movimento externo que provêm ou se destinam ao exterior, tais como facturas, recibos, notas de crédito, entre outros.

Quando um cliente entrega os documentos à Taveiropoc é necessário fazer a separação entre aqueles que são relevantes à contabilidade da empresa e aqueles que não o são, como por exemplo, os que não dizem respeito à actividade da empresa ou são

referentes a despesas pessoais. Na Taveiropoc, os documentos relevantes à contabilidade são colocados em arquivo, tal como irei descrever no ponto seguinte, e os documentos irrelevantes são entregues de novo ao cliente.

b) Organização da informação contabilística

Na organização da informação contabilística são vários os procedimentos que se devem seguir: inicialmente, verificar qual a data do documento de forma a ver se coincide com o período em causa e se cumpre com os requisitos do nº 5 do artigo 36º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (CIVA). Depois desta separação os documentos contabilísticos são distinguidos por diários. O diário servirá para registar, dia a dia, por ordem de datas, cada um dos factos que modifiquem ou possam modificar o património da empresa (Borges *et al*, 2003).

Cada empresa que exerça a actividade de contabilidade decide quais aqueles que acha mais necessários para os seus clientes. Na Taveiropoc são normalmente utilizados quatro diários: caixa, clientes, fornecedores e operações diversas/bancos.

O diário de caixa contempla todos os documentos relativos a entradas e saídas de dinheiro em caixa. O diário de clientes inclui todos os documentos que impliquem a movimentação da conta 21-clientes do POC, com excepção dos referentes aos recebimentos de clientes, que normalmente são incluídos no diário de caixa (ou nas operações diversas caso sejam pagas por banco). No diário de fornecedores são arquivados os originais de facturas e notas de crédito referentes à aquisição de materias e serviços necessários à actividade da empresa. Por último, nas operações diversas são arquivadas todos os documentos contabilísticos que não são enquadráveis nos outros diários. Neste diário são também introduzidas as operações movimentadas por bancos.

Esta foi uma das primeiras tarefas que me foi proposta na empresa, com o objectivo de visualizar o tipo de documentos que chegam à contabilidade e a forma com são organizados na Taveiropoc.

c) Classificação dos documentos contabilísticos

Após a informação estar organizada deve proceder-se à classificação da mesma. A classificação da informação, na Taveiropoc, consiste em atribuir-lhe os respectivos códigos de contas previstos no POC<sup>3</sup>. Nos documentos são inscritos, a caneta vermelha, os respectivos débitos e créditos para ser mais fácil o posterior lançamento no *PHC Corporate 2008, software* de gestão e contabilidade utilizado na Taveiropoc.

Nesta tarefa é essencial o conhecimento da actividade económica desenvolvida pela empresa para que haja uma correcta classificação do documento contabilístico.

Em anexo<sup>4</sup> encontra-se um exemplo de uma classificação de factura a cliente realizada por mim na Taveiropoc.

d) Numeração e lançamento dos documentos

Depois da classificação dos documentos deve proceder-se à numeração manual dos mesmos. Na Taveiropoc, esta numeração é efectuada com um numerador sequencial em cada diário. No anexo referido na tarefa anterior, é possível visualizar a numeração do documento.

Depois de numerados os documentos, procede-se ao lançamento dos mesmos no programa de contabilidade *PHC Corporate 2008*. Cada documento lançado no programa deve possuir a mesma numeração realizada anteriormente. O lançamento é efectuado por diário e devem ser constantemente confirmados os dados introduzidos, nomeadamente: o mês de lançamento (último dia do mês a lançar), a descrição do documento (por exemplo “Nossa venda a dinheiro a 12%”), o diário, assim como, o número do documento (por exemplo, no caso de uma factura de fornecedor, introduzir o número da mesma).

Em anexo<sup>5</sup>, encontra-se um exemplo de um lançamento efectuado por mim na Taveiropoc.

---

<sup>3</sup> Normalmente, a classificação faz-se colocando os códigos de contas previstos no POC, assim como, o montante que diz respeito a cada conta. No entanto, por norma na Taveiropoc, apenas se colocam as contas.

<sup>4</sup> ANEXO 1 – Classificação de um documento contabilístico.

<sup>5</sup> ANEXO 2 – Lançamento efectuado no *PHC Corporate 2008*.

e) Apuramento do IVA

Uma outra tarefa desenvolvida na Taveiropoc e que tive oportunidade de desempenhar durante o estágio consistiu no apuramento do IVA (Imposto sobre o Valor Acrescentado). O apuramento é efectuado automaticamente pelo *PHC Corporate 2008*. No entanto, antes de enviar a declaração periódica de IVA deve proceder-se à sua conferência de forma manual. Na Taveiropoc, esta conferência consiste em percorrer todos os documentos contabilísticos do período, respeitante ao apuramento do IVA (mensal ou trimestral) e inscrever numa folha de *Excel* todos os valores do mesmo, separando-os segundo o seu desdobramento previsto no POC.

Esta é uma prática manual muito importante, uma vez que possibilita ao contabilista conferir se o apuramento do IVA está correcto, ou se existem correcções a realizar.

Em anexo<sup>6</sup>, podemos visualizar a declaração periódica do IVA de uma empresa cliente da Taveiropoc, assim como, a respectiva conferência manual em *Excel*.

f) Recolha de informação sobre o Sistema de Normalização Contabilística

Durante o estágio foi-me solicitada uma pesquisa aprofundada de artigos relacionados com o Sistema de Normalização Contabilística, que entrará em vigor em Portugal no dia 1 de Janeiro do próximo ano. Desta forma, foi possível a troca de informação, com os membros da Taveiropoc, acerca de um tema ainda bastante desconhecido por muitos contabilistas. A informação foi recolhida de artigos de revistas científicas, jornais, normas contabilísticas, Decretos-Lei aprovados recentemente relativos ao SNC, entre outros. Esta pesquisa contribuiu para a realização deste trabalho, como veremos no próximo capítulo.

---

<sup>6</sup> ANEXO 3 – Declaração periódica de IVA e conferência manual do IVA.

### 3.2. Análise Financeira

Para Moreira (1999), a análise financeira consiste na emissão de uma opinião por parte do analista acerca da situação actual de uma empresa bem como da sua provável evolução futura. Assim, pode ser entendida como uma “radiografia”, numa perspectiva de evolução temporal, detectando pontos fortes e pontos fracos e propondo medidas que ultrapassem possíveis fraquezas detectadas (Martins, 2004).

Para a elaboração da análise financeira de uma empresa são vários os procedimentos adoptados na Taveiropoc.

#### a) Transformação da informação contabilística em informação financeira

Na Taveiropoc, a análise financeira foi realizada recorrendo apenas à utilização da informação contabilística. A informação foi recolhida das seguintes peças contabilísticas: Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Dado que na maioria das vezes, o Balanço Contabilístico é elaborado atendendo a preocupações de natureza fiscal, torna-se pouco adequado para utilizar como instrumento de base para a análise financeira. Assim, surge a necessidade de efectuar algumas correcções no sentido de tornar o Balanço mais apropriado para a análise. Depois das correcções passamos de um Balanço Contabilístico a um Balanço Financeiro. As correcções mais relevantes na Taveiropoc surgem na reclassificação das imobilizações em curso e dos acréscimos e diferimentos.

As correcções a efectuar nos acréscimos e diferimentos são as seguintes: no activo onde prefiguram os acréscimos de proveitos e custos diferidos deve ser identificada a desagregação do saldo das contas e o horizonte temporal das mesmas (Martins, 2004), efectuando as respectivas reclassificações nas rubricas de dívidas de terceiros (outros devedores) a curto prazo ou a médio e longo prazo, consoante o horizonte temporal. No passivo, onde consistem os acréscimos de custos e os proveitos diferidos deve manter-se o raciocínio utilizado no activo, reclassificando-os na rubrica de dívidas a terceiros (outros credores) segundo o seu horizonte temporal.

No que diz respeito ao imobilizado da empresa deve ser criada uma rubrica para o imobilizado afecto à exploração e outra denominada “outros valores imobilizados” para o

restante imobilizado que não se encontra directamente relacionado com a actividade de exploração das empresas (Martins, 2004). O imobilizado em curso deve ser reclassificado nesta última rubrica.

b) Decisão dos indicadores a utilizar na análise financeira

A forma mais usual de analisar a informação de uma empresa é proceder ao cálculo de indicadores que permitam avaliar a situação da empresa.

Dada a grande quantidade de rácios/indicadores existentes na análise financeira torna-se bastante importante que haja uma correcta escolha daqueles a utilizar, atendendo à empresa ou sector em questão, sendo a sua análise, efectuada de forma cuidada.

Em anexo<sup>7</sup>, encontra-se um formulário dos rácios/indicadores adoptados na Taveiropoc para a elaboração das análises financeiras realizadas durante o estágio.

c) Elaboração da análise económica

Segundo Moreira (1999), a análise económica centra-se essencialmente na apreciação das rubricas da Demonstração de Resultados, de forma a avaliar o desempenho económico da empresa. Esta análise tem como objectivo tentar perceber qual a capacidade da empresa de obter proveitos e de incorrer em custos. Assenta em vários pontos, nomeadamente: análise da evolução e estrutura dos custos e dos proveitos, o estudo da rendibilidade dos seus recursos e o estudo da actividade e da produtividade da empresa.

d) Elaboração da análise financeira

Moreira (1999), afirma que “a análise financeira gira à volta do estudo do equilíbrio financeiro, entendendo-se por tal a situação em que a empresa tem capacidade para em cada momento solver os seus compromissos financeiro.”

Esta análise divide-se essencialmente em duas partes: o estudo do equilíbrio financeiro de curto prazo e médio e longo prazo.

---

<sup>7</sup> ANEXO 4 - Rácios utilizados na Taveiropoc.

e) Elaboração da análise de risco

Segundo Martins (2004), a análise de risco procura medir a sensibilidade dos resultados da empresa a um determinado conjunto de factores que influenciam a respectiva actividade.

Para Moreira (1999:110) a área de risco reflecte os aspectos de vivência de uma empresa, evidenciando a “possibilidade dos fluxos financeiros futuros não virem a ocorrer ou virem a ocorrer em dimensão diferente da esperada (...)”.

Esta análise tem como objectivo medir o risco da empresa em termos económico, financeiro e global, essencialmente através do cálculo de graus de alavancagem.

f) Recolha da informação sectorial

Depois de calculados os rácios da empresa, para um período de três anos, deve ser recolhida a informação do sector em que esta se insere calculando os rácios para o sector, de forma a, permitir a comparação da empresa com o sector.

A Central de Balanços do Banco de Portugal é uma plataforma que nos fornece a informação necessária a esta análise. O Banco de Portugal publica anualmente, de forma gratuita na sua página da Internet, os dados da sua Central de Balanços. A amostra tem como base um conjunto de empresas aderentes, agregadas pela CAE.

A pesquisa na Central de Balanços é feita por CAE da empresa e ano que se pretende analisar.

g) Elaboração do relatório financeiro

Após o cálculo dos rácios relativos à empresa e ao sector em que se insere, procede-se à elaboração de um relatório financeiro que evidencia e explica os resultados alcançados por forma a retirar conclusões acerca da saúde da empresa, assim como, referir soluções (conselhos), por forma a melhorar os seus pontos fracos e tirar ainda partido dos seus pontos fortes.

Em anexo<sup>8</sup> consiste um relatório completo de Análise Financeira elaborado durante o estágio. Por questões de confidencialidade o nome da empresa é omitido no mesmo.

---

<sup>8</sup> ANEXO 5 – Relatório de Análise Financeira realizado na Taveiropoc.

### 3.3. Participação em conferências

A TaveiroPoc valoriza a aprendizagem constante dos seus colaboradores. Desde o início que a minha orientadora me colocou à vontade para participar em seminários e conferências. Durante o período de estágio foi-me sugerida a ida a duas conferências. A primeira, promovida pela Universidade de Coimbra que abordou o tema do Empreendedorismo. A segunda, promovida por uma empresa de *software* denominada “ O novo normativo contabilístico – as mudanças necessárias”.

A primeira conferência visou pôr à prova a capacidade empreendedora dos participantes através da apresentação de seis casos reais, desenvolvidos em Coimbra e que são exemplos da capacidade de inovação e empreendedorismo. A tarefa proposta pela Universidade de Coimbra foi o confronto com momentos decisivos na gestão, nascimento e crescimento de novos projectos, tentando colocar-nos na posição dos responsáveis destes projectos. No final, os responsáveis por cada projecto revelaram a opção tomada num momento de indecisão.

A segunda conferência organizada por uma empresa de *software* contou com a presença de prestigiados oradores na área da contabilidade, o Prof. Dr. Rui Almeida, que desempenha actualmente as funções de membro da Comissão de Normalização Contabilística, formador da CTOC, entre outras e a Prof. Dra. Maria do Céu Almeida, Revisora Oficial de Contas, Técnica Oficial de Contas e formadora da CTOC. Esta conferência teve como principal objectivo a apresentação das principais mudanças que irão ocorrer no próximo ano em Portugal, devido à entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística.

Em anexo<sup>9</sup>, encontra-se o programa das conferências assistidas.

---

<sup>9</sup> ANEXO 6 – Programa das conferências assistidas.



## 4. INDICADORES DE DESEMPENHO ECONÓMICO E FINANCEIRO DAS PME'S NO ÂMBITO DO SNC

### 4.1. Introdução

Aquando da realização do estágio foi proposto a análise de um tema enquadrado no trabalho realizado na empresa de acolhimento. Uma vez que o estágio realizado na Taveiropoc atravessou as áreas da contabilidade e análise financeira, o tema por mim escolhido foi “Indicadores de desempenho económico e financeiro das PME’s no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística”.

A avaliação do desempenho das empresas é um assunto cada vez mais discutido no mundo empresarial. Segundo Neely (2002), a avaliação do desempenho, apesar de ser um tema muito falado, poucas vezes é definido. Para este autor, a avaliação do desempenho pode ser definida como sendo o processo de quantificar a acção passada de uma empresa, na qual o desempenho actual é determinado pela acção passada.

As organizações de todo o mundo estão a rever e a melhorar os seus sistemas de avaliação, uma vez que, os gestores necessitam de melhores métodos para definir a posição da empresa, supervisionar progressos, motivar e recompensar os empregados, tomar decisões, compreender as necessidades dos clientes e responder aos desafios colocados pela concorrência (Neely, 2002).

Nos dias que correm, em que se verifica um crescente nível de concorrência, mercados em constante mutação, agravados pela actual crise económico-financeira, a avaliação do desempenho de uma empresa é uma questão crucial para o seu sucesso, e em muitas situações para a sobrevivência da empresa.

Existem inúmeras ferramentas de avaliação do desempenho organizacional: desde indicadores económico-financeiros a elaborados sistemas de gestão como por exemplos: o *Tableau de Board*, o *Balanced Scorecard*, entre outros.

O ***Balanced Scorecard*** surgiu em 1992 nos Estados Unidos da América. Este método foi implementado pelos professores de *Harvard Business School*, *Robert Kaplan & David*

Norton<sup>10</sup>, definindo-o como sendo uma ferramenta de gestão que procura dar uma visão global e integrada do desempenho organizacional, complementando medidas financeiras do desempenho passado com medidas de vectores que impulsionam o desempenho futuro. Os objectivos e medidas focalizam o desempenho organizacional sobre quatro perspectivas: financeira, de processos internos, de clientes e de aprendizagem e desenvolvimento.

Neste sistema de gestão, à semelhança dos restantes, são vários os pontos fortes e fracos que diversos autores lhe atribuem. Dos pontos fortes, Russo (2006) destaca os seguintes:

- ▶ É um instrumento flexível e considera o planeamento estratégico;
- ▶ Promove a sinergia organizacional;
- ▶ Permite desenvolver uma cultura de aprendizagem e melhoria contínua;
- ▶ Estabelece um equilíbrio e ponderações entre as medidas financeira;
- ▶ Focaliza a atenção da gestão para a estratégia e a visão da empresa, transformando-as em objectivos e indicadores;
- ▶ Considera diferentes grupos de interesse na análise e execução da estratégia.

Ainda segundo Russo (2006), são pontos fracos do *Balanced Scorecard*:

- ▶ A ausência de mecanismo de validação;
- ▶ É um sistema que se encontra muito focado a nível interno;
- ▶ É incapaz de identificar o papel da comunidade na definição do meio envolvente em que a empresa trabalha;
- ▶ A ausência de uma base histórica para análise de um indicador pode levar a conclusões imprecisas;
- ▶ Não tem em consideração a incerteza estratégica, isto é, acontecimento que podem ameaçar ou mesmo invalidar a estratégia da empresa.

O **Tableau de Board**, como ferramenta de gestão na medição do desempenho das empresas, surgiu nos anos trinta em França. Segundo Russo (2006), este sistema de gestão foi criado devido à falta de adequação dos dados fornecidos pela contabilidade para as tomadas de decisão.

---

<sup>10</sup> KAPLAN, R. S. e NORTON, D. P. (1992) "The Balanced Scorecards – measures that driving performance", jan-feb 1992 in *Harvard Business Review*, pp.71-79: citado por RUSSO (2006).

O *Tableau de Board* segundo Hugues Jordan *et al*<sup>11</sup> é “um conjunto de dados sobre os resultados de um centro de responsabilidade, para a informação do gestor”. Segundo Bugalho (2004), o *Tableau de Board* é pormenorizado a partir da missão e objectivos de cada centro de responsabilidade.

Segundo Marc Epstein e Jean-François Manzoni<sup>12</sup> os principais pontos fortes do *Tableau de Board* são:

- ▶ É um sistema de gestão que proporciona aos gestores uma visão do desempenho do seu centro de responsabilidade, ajudando nas tomadas de decisão do mesmo;
- ▶ Representa uma grande ajuda para a identificação dos factores críticos de sucesso por parte da direcção;
- ▶ Favorece a descentralização de responsabilidade.

Bugalho (2004) evidencia os principais pontos fracos do *Tableau de Board*:

- ▶ Apresenta dados na sua maioria financeiros;
- ▶ Não analisa o impacto das decisões dos gestores sobre as variáveis não financeiras;
- ▶ Não determina relações de causa e efeito, apenas apura o resultado final;
- ▶ Não estabelece a relação entre a estratégia e as decisões e acções ao nível operacional;
- ▶ Analisa dados históricos, não considerando de forma sistemática variáveis com impacto nos resultados futuros.

Neste trabalho abordamos com ênfase os indicadores económico-financeiros. Este método tem por base, essencialmente, o cálculo de rácios e indicadores que consistem nos estabelecimentos de relações entre contas e agrupamentos de contas do Balanço e da Demonstração de Resultados, ou ainda entre outras grandezas económico-financeiras (Neves, 2004).

Existem inúmeros indicadores de desempenho económico e financeiro, apesar de durante o estágio terem sido calculados um grande número de indicadores, neste trabalho

---

<sup>11</sup> JORDAN, H., NEVES, J. C. e RODRIGUES, J. A. (2002), *O controlo de gestão ao serviço da estratégia e dos gestores*, 4ª ed., Lisboa: Áreas Editora: citado por Bugalho (2004).

<sup>12</sup> EPSTEIN, M. e MANZONI, J. F. (1998), Implementing corporate strategy: from Tableaux de Bord to Balanced Scorecards, *European Management Journal*, vol. 16, nº2, Abril, pp. 190:230: citado por Bugalho (2004).

será evidenciada a escolha de um conjunto de indicadores, de aplicação geral, e que melhor caracterizem o seu desempenho.

Na secção seguinte são apresentados os indicadores utilizados, a justificação da sua escolha e um caso prático real, onde são divulgados os resultados alcançados e conclusões retiradas.

A partir do próximo ano, entrará em vigor, em Portugal, o Sistema de Normalização Contabilística, sistema comum a todos os países, mais direccionado para o analista financeiro e facilitando a comparação da informação entre países. Assim, na segunda secção deste capítulo veremos qual o impacto das alterações provocadas pelo SNC na análise financeira, mais propriamente nos indicadores tratados neste trabalho.

#### 4.1.1. Indicadores económico-financeiros

O método de avaliação de desempenho que abordamos nesta secção é a análise de indicadores económico-financeiros. Este diagnóstico denomina-se **económico** quando compara os resultados gerados e a sua origem, tendo por base a Demonstração de Resultados, e denomina-se **financeiro** quando analisa a situação patrimonial da empresa procurando detectar as origens dos recursos ou seja, quem financiou a empresa, e as aplicações subsequentes, e tem por base o Balanço da empresa (Carvalho e Magalhães, 2002).

Segundo Moreira (1999:97-98), “um rácio não é mais que um quociente (razão) entre duas grandezas”, no entanto, é necessário “ (...) que esse quociente possua significado económico ou financeiro, a partir das grandezas que entram na respectiva construção.”

Moreira (1999:103), afirma ainda que “ (...) os rácios não valem por si, mas pelas interpretações que permitem”. Segundo este autor existem três tarefas que são uma ajuda importante na interpretação dos rácios:

- ▶ Para interpretar um rácio é necessário que haja conhecimento da empresa que se está a analisar, conhecendo o meio que a rodeia, ou rodeou;
- ▶ Para interpretar um rácio não basta apenas fazer uma leitura do mesmo;
- ▶ Interpretar deve ser um processo de síntese sequencial e progressiva.

Segundo Cohen (1990), a análise de rácios de uma empresa deve ter por base “valores de referência”, uma fonte desta informação de referência é a divulgada pela Central de Balanços do Banco de Portugal.

De seguida é proposto um quadro de indicadores económico-financeiros, escolhidos atendendo a cinco factores críticos às empresas, nomeadamente: crescimento, rentabilidade, actividade, produtividade e equilíbrio financeiro.

Factores Críticos	Rácios
<b>CRESCIMENTO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Variação do Volume de Negócios</li> </ul>
<b>RENDIBILIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rendibilidade dos Capitais Próprios</li> <li>• Rendibilidade do Activo Económico</li> </ul>
<b>ACTIVIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Prazo Médio de Recebimentos</li> <li>• Prazo Médio de Pagamento</li> </ul>
<b>PRODUTIVIDADE</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Produtividade</li> </ul>
<b>EQUILIBRIO FINANCEIRO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Liquidez Geral</li> <li>• Tesouraria Líquida</li> <li>• Autonomia Financeira</li> <li>• Solvabilidade</li> </ul>

**Quadro 3 – Quadro de indicadores de desempenho económico-financeiro**

**Fonte: Elaboração própria**

Estes rácios podem ser visualizados em outros sistemas de gestão como o *Tableau de Board* ou o *Balanced Scorecard*. Neste último, os rácios indicados podem estar incorporados na sua perspectiva financeira.

#### **4.1.1.1. FACTOR CRÍTICO: Crescimento da Empresa**

##### **▶ INDICADOR: Volume de negócios**

Segundo Moreira (1999:159), o volume de negócios “corresponde ao montante das vendas e das prestações de serviços efectuados pela empresa durante o exercício, líquido dos descontos e abatimentos de que foram objecto”.

O volume de negócios é um indicador utilizado para avaliar o crescimento de uma empresa e calcula-se da seguinte forma:

$$\text{Volume de Negócios} = \text{Vendas} + \text{Prestações de Serviços}$$

Ao utilizar este indicador para quantificar o crescimento importa analisá-lo numa óptica de variação do Volume de Negócios, de forma a ver qual foi o acréscimo (ou decréscimo) do mesmo, de um ano para o outro. Desta forma, o cálculo da variação do volume de negócios (VN) efectua-se da seguinte forma:

$$\text{Variação do VN} = \frac{(\text{VN } n - \text{VN } n-1)}{\text{VN } n-1}$$

Na avaliação do desempenho de uma empresa interessa que o seu volume de negócios tenha uma evolução positiva ao longo dos anos, e que o seu crescimento seja sustentado.

#### **4.1.1.2. FACTOR CRÍTICO: Rendibilidade da empresa**

A rendibilidade é um conceito bastante importante na análise económico-financeira de uma empresa, senão o mais importante. Segundo Nabais (2004), a análise da rendibilidade permite avaliar o desempenho económico e financeiro de uma empresa, identificando os factores que influenciam a rendibilidade. A rendibilidade económica avalia o desempenho dos capitais totais investidos na empresa, independentemente da sua origem, enquanto que, a financeira é afectada pela política de financiamento de cada empresa (Neves, 2004).

Para este trabalho será utilizada a rendibilidade do activo económico para avaliar o desempenho económico e a rendibilidade dos capitais próprios para o desempenho financeiro.

#### **► INDICADOR: Rendibilidade do activo económico**

Este indicador mede a rendibilidade económica de uma empresa. Segundo Nabais e Nabais (2004), “a rendibilidade do activo económico é um indicador que avalia a capacidade do negócio de gerar resultados face ao investimento que lhe está afecto (...), independentemente da forma de financiamento”. Estes autores propõem a seguinte forma de cálculo:

$$\text{Rendibilidade do Activo Económico} = \frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Activo Económico}}$$

Neves (2004) assume que para o cálculo do rácio de rendibilidade do activo, na maioria das vezes é utilizado o activo total líquido, uma vez que é aquele que se obtém de uma forma mais rápida. No entanto, devido a críticas levantadas a este, o autor aconselha a utilizar o activo económico, definido da seguinte forma:

$$\text{Activo Económico} = \text{Activo Fixo} + \text{Necessidades de Fundo Maneio}$$

Neves (2004), assume que o mais razoável seria utilizar o activo médio do ano, no entanto, considera que a maior parte dos analistas utiliza o valor de final ou de início do ano. Neste trabalho será utilizado o valor do activo económico líquido relativo ao final do ano.

Martins (2004), indica o activo económico como sendo a soma do capital alheio e do capital próprio e define a rendibilidade do activo económico como uma medida de eficácia da empresa na gestão dos seus recursos, sendo os recursos o activo económico da empresa e o resultado operacional os resultados gerados pelo activo económico.

#### ► **INDICADOR: Rendibilidade dos capitais próprios**

Segundo Martins (2004), a rendibilidade dos capitais próprios “representa a remuneração do capital investido pelos sócios” de uma empresa.

Para Neves (2004), este rácio permite ao accionista/sócio da empresa ver se a rendibilidade dos capitais próprios está a um nível razoável relativamente às taxas de rendibilidade do mercado de capitais e ao custo de financiamento.

De seguida é indicada a fórmula de cálculo deste indicador:

$$\text{Rendibilidade dos Capitais Próprios} = \frac{\text{Resultado Líquido do Exercício}}{\text{Capitais Próprios}}$$

Segundo Martins (2004:79), “a rendibilidade dos capitais próprios representa a relação entre o lucro líquido obtido num dado exercício e o capital próprio afecto ao financiamento da empresa”. Este autor indica ainda que, o capital próprio pode ser o



referente ao início ou fim do ano, ou ainda à média do capital no período em questão. O mais correcto é utilizar o capital próprio referente ao início do período, no entanto, a forma mais usual é a utilização do relativo ao final do período, sendo esse o utilizado neste trabalho.

Nabais e Nabais (2004), referem que este é um indicador utilizado com frequência por agentes económicos externos como os bancos e investidores e desta forma interessa que o valor alcançado seja o maior possível.

Quanto maior for a rendibilidade de uma empresa, mais atractiva será, aos olhos de agentes externos.

#### 4.1.1.3. **FACTOR CRÍTICO: Actividade da empresa**

Segundo Martins (2004), os indicadores de actividade da empresa proporcionam informação relativa a determinadas características das operações da empresa e são elementos importantes na avaliação da eficiência de gestão dos activos.

Moreira (1999:221) afirma que o objectivo do estudo da actividade da empresa “(...)é o de apreender o nível de eficiência com que a empresa está a gerir os seus recursos”.

Os prazos médios de pagamento a fornecedores e recebimento dos seus clientes são dois indicadores de actividade bastante importantes. Segundo Martins (2004), estes prazos pode ser calculados em dias, meses ou anos fornecendo informação “sobre o prazo que a empresa, em média, demora a pagar as compras ou a receber as vendas que efectua.”

#### ► **INDICADOR: Prazo médio de recebimentos**

Segundo Neves (2004), o prazo médio de recebimentos é o rácio que determina a rapidez com que os clientes de uma empresa pagam as suas dívidas.

O prazo médio de recebimento dos clientes, em dias, é calculado pela seguinte fórmula:

$$\text{Prazo Médio de Recebimento} = \frac{\text{Clientes}}{\text{Volume de Negócios + IVA}} \times 365$$

Neste indicador, um valor alto, não é favorável à empresa, revelando por vezes insuficiências do departamento de cobranças ou falta de poder negocial da empresa perante os seus clientes (NEVES, 2004).

► **INDICADOR: Prazo médio de pagamentos**

Segundo Neves (2004), o prazo médio de pagamentos determina a rapidez com que a empresa paga as dívidas que possui aos seus fornecedores.

O prazo médio de pagamento a fornecedores, em dias, é calculado da seguinte forma:

$$\text{Prazo Médio de Pagamento} = \frac{\text{Fornecedores}}{\text{Compras + FSE + IVA}} \times 365$$

Para Neves (2004), quanto mais baixo for o prazo médio de pagamentos, “menor o grau de financiamento que os fornecedores fazem à exploração”. Um prazo médio de pagamento elevado pode significar duas situações totalmente diferentes: por um lado pode ser sinal de um forte poder negocial da empresa perante os seus fornecedores, por outro, pode também significar que a empresa se encontra em dificuldades para realizar as suas obrigações perante os fornecedores.

A comparação entre estes dois indicadores é bastante importante para o analista, nomeadamente quando se estuda o equilíbrio financeiro da empresa.

É importante que a empresa possua prazos médios de pagamento superiores aos prazos médios de recebimento para que consiga beneficiar de um período de tempo em que financia a exploração com crédito concedidos pelos fornecedores.

**4.1.1.4. FACTOR CRÍTICO: Produtividade da empresa**

Nabais e Nabais (2004) indicam que a produtividade de uma empresa coloca em causa dois elementos fundamentais: as actividades e os meios, traduzindo assim, a eficácia dos meios e a eficácia das actividades. Segundo este autor, a produtividade aumenta quando se consegue uma maior produção/venda com os mesmos ou menores recursos.

Segundo Martins (2004), os indicadores de produtividade relacionam a produção com os recursos necessários para a sua obtenção.

► **INDICADOR: Produtividade**

A produtividade de uma empresa pode ser calculada de diversas formas, uma delas traduz-se pela relação entre o Valor Acrescentado Bruto (VAB) e o número médio de trabalhadores da empresa. Martins (2004) afirma que este rácio mede a eficácia na utilização dos recursos humanos afectos à empresa. Segundo este autor, este rácio pode ser designado de “produtividade aparente do trabalho”, na medida em que, é frequentemente utilizado como uma forma de quantificar a produtividade do trabalho, apesar de ignorar equipamentos e outros recursos que são disponibilizados aos trabalhadores.

$$\text{Produtividade} = \frac{\text{VAB}}{\text{Número médio de trabalhadores}}$$

Segundo Moreira (1999), o VAB mede o contributo produtivo da empresa, ou seja, aquilo que efectivamente criou através da sua produção. Este autor indica duas formas de calcular o VAB, uma segundo a óptica da produção e a outra segundo a óptica do rendimento. Neste trabalho será utilizado o VAB segundo a óptica da produção, calculado da seguinte forma:

- VAB= produção – custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas – fornecimentos e serviços externos – impostos.

Em que a produção é igual a:

- PRODUÇÃO= vendas + prestações de serviços + variação da produção + trabalhos para a própria empresa + proveitos suplementares + subsídios à exploração

Como podemos verificar, o VAB calcula-se a partir da produção retirando aquilo que não é contributo da mesma (Moreira, 1999).

#### 4.1.1.5. **FACTOR CRÍTICO: Equilíbrio Financeiro**

O desequilíbrio financeiro é uma das principais preocupações dos proprietários/gestores de uma empresa. Para o estudo do equilíbrio financeiro, o analista baseia-se, essencialmente, no Balanço Financeiro da empresa. Neste trabalho serão abordados quatro indicadores, bastante conhecidos, de equilíbrio financeiros: liquidez geral, tesouraria líquida, autonomia financeira e solvabilidade, sendo os dois primeiros indicadores de equilíbrio financeiro de curto prazo e os restantes dois de médio e longo prazo.

##### ► **INDICADOR: Liquidez geral**

Segundo Carvalho e Magalhães (2002), Os rácios de liquidez medem a capacidade da empresa para saldar os seus compromissos com carácter de curto prazo, assim, uma elevada liquidez representará uma maior probabilidade do credor de curto prazo ser reembolsado pelo crédito concedido.

Segundo Neves (2004), a liquidez é um rácio bastante utilizado pelos Bancos aquando do processo de concessão de crédito a uma empresa, uma vez que, interessa às entidades bancárias, possuir garantias da capacidade de reembolso da dívida por parte da empresa.

Existem essencialmente três rácios de liquidez: a liquidez geral, a liquidez imediata e a liquidez reduzida<sup>13</sup>. A liquidez geral é o indicador mais utilizado, sendo calculada da seguinte forma:

$$\text{Liquidez Geral} = \frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Este indicador mede a capacidade da empresa pagar o seu passivo de curto prazo com o seu activo de curto prazo (Carvalho e Magalhães, 2002).

Nabais e Nabais (2004) indica como nível normal de liquidez geral os valores compreendidos entre 1,5 e 2, podendo variar em função de vários factores como, por

<sup>13</sup> A liquidez reduzida é dada pela divisão entre o activo circulante deduzido das existências e o passivo circulante. A liquidez imediata obtém-se pelo rácio entre as disponibilidades e o passivo circulante.

exemplo, o sector onde a empresa se insere, a política de vendas da empresa ou o carácter sazonal de algumas empresas.

Carvalho e Magalhães (2002), afirmam que é indicado o valor 2 ou mais, para este indicador, como sendo prudente. Mas cada caso é um caso, o que para uma empresa de um determinado sector é razoável, para outra de outro sector pode ser excelente, ou mesmo péssimo. Além disso, um valor muito elevado pode ainda ser causado por:

- ▶ *Stocks* ou dívidas de clientes excessivas;
- ▶ Disponibilidades muito elevadas.

Estes autores, à semelhança dos anteriores, indicam como factores que possam afectar este rácio o sector onde a empresa exerce a sua actividades e outros factores como os aumentos de capital, as compras e vendas de imobilizado, o reembolso de empréstimos a médio e longo prazo, entre outros.

Segundo o IAPMEI<sup>14</sup>, sempre que possível a liquidez geral deverá ser superior à unidade, uma vez que, caso contrário exige o recurso aos capitais permanentes da empresa para financiar a parte não coberta pelo passivo circulante.

#### ▶ **INDICADOR: Tesouraria líquida**

A tesouraria líquida é o indicador normalmente utilizado na abordagem funcional do equilíbrio financeiro de curto prazo de uma empresa. Segundo Martins (2004) e Neves (2004), esta abordagem assenta na divisão do Balanço segundo três ciclos de operações da empresa, o ciclo operacional, de exploração e de tesouraria, tal como está representado na figura seguinte:

---

<sup>14</sup> Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e à Inovação.

CICLO	APLICAÇÕES	RECURSOS	CICLO
INVESTIMENTO	APLICAÇÕES DE INVESTIMENTO OU ACTIVO FIXO	RECURSOS PRÓPRIOS RECURSOS ALHEIOS ESTÁVEIS	OPERAÇÕES DE CAPITAL
EXPLORAÇÃO	ACTIVO CÍCLICO OU NECESSIDADES CÍCLICAS	PASSIVO CÍCLICO OU RECURSOS CÍCLICOS	EXPLORAÇÃO
OPERAÇÕES DE TESOURARIA	TESOURARIA ACTIVA	TESOURARIA PASSIVA	OPERAÇÕES DE TESOURARIA

**Figura 2 - Divisão do Balanço segundo os ciclos de operações**

Fonte: Neves (2004)

Segundo Martins (2004), a tesouraria líquida depende essencialmente de dois factores: O Fundo de Maneio Funcional (FMF), que é calculado pela diferença entre os Capitais Estáveis (CE) e as Aplicações de Investimento (AI), e as Necessidades de Fundo Maneio (NFM) resultantes da diferença entre as Necessidades Cíclicas (NC) e os Recursos Cíclicos (RC).

$$\text{Tesouraria Líquida} = \text{FMF} - \text{NFM}$$

Segundo Nabais e Nabais (2004), “o FMF é um instrumento de avaliação do impacto da estratégia financeira sobre o nível de segurança da empresa.” Tradicionalmente, quando uma empresa apresentava um FMF positivo, considerava-se que a empresa estava em equilíbrio financeiro de curto prazo, no entanto, esta não é condição única para que se possa afirmar que uma empresa se encontra em equilíbrio financeiro. Desta forma, é fundamental que o FMF seja adequado às NFM. Para estes autores, as NFM constituem “ o principal indicador do ciclo de exploração, reflectem os impactos do negócio (...), bem como a forma como os gestores operacionais executam as suas actividades.”

Consoante as NFM existentes e o FMF disponível, Nabais e Nabais (2004) e Martins (2004) indicam que se:

- ▶ FMF=NFM, o fundo de maneo da empresa é adequado às necessidades de fundo maneo, ou seja, a empresa apresenta-se em equilíbrio financeiro a curto prazo;
- ▶ FMF>NFM, pode indicar que existem excedentes ociosos de tesouraria com impacto negativo na rentabilidade.

- ▶  $FMF < NFM$ , pode significar um défice da tesouraria da empresa, representando dificuldades em cumprir os compromissos a curto prazo, uma vez que, o FMF não é suficiente para cobrir as NFM da empresa.

Em anexo<sup>15</sup> encontra-se um exemplo de apuramento da tesouraria líquida proposto por Martins (2004).

Neste trabalho a tesouraria líquida será calculada em valor absoluto, tal como é indicado por vários autores. No entanto, Neves (2004) propõe a utilização de dois rácios para apurar a importância do défice ou do excesso de tesouraria líquida. Segundo este autor, quando a empresa apresenta uma tesouraria líquida positiva deve calcular-se o excesso de Tesouraria Líquida (TL) em dias através do seguinte rácio:

$$\text{Excesso de TL em dias} = \frac{\text{Tesouraria líquida}}{\text{Despesas Correntes}^{16}} \times 12$$

Segundo Neves (2004), este rácio dá a informação acerca do número de meses em que a empresa poderá manter o pagamento de despesas correntes sem actividade extra de vendas.

Para o caso da empresa apresentar um défice de tesouraria líquida, este autor, recomenda o cálculo do seguinte rácio:

$$\text{Défice de TL em dias} = \frac{\text{Tesouraria líquida}}{\text{Autofinanciamento Corrente}^{17}} \times 12$$

Este rácio permite estimar o número de meses em que a empresa poderá auto-repor a tesouraria líquida, assumindo que opera de forma continua e que apresenta a mesma eficiência em termos de rendibilidade, sem crescimento.

<sup>15</sup> ANEXO 7 – Apuramento da Tesouraria Líquida

<sup>16</sup> Despesas Correntes = Compras + Fornecimentos e Serviços Externos + Custos com Pessoal + Outros Custos Operacionais + Custos Financeiros.

<sup>17</sup> O autofinanciamento corrente diz respeito ao potencial da empresa gerar anualmente meios libertos.

► **INDICADOR: Autonomia financeira**

Segundo Moreira (1999) a autonomia financeira dá a informação sobre a parte do activo da empresa que é financiada pelos capitais próprios.

A autonomia financeira de uma empresa é dada pelo seguinte rácio:

$$\text{Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo Líquido}}$$

Este rácio compara o capital próprio da empresa com o total das aplicações de fundos.

Para a empresa interessa que a sua autonomia financeira seja a mais elevada possível. Segundo Moreira (1999), na perspectiva dos credores da empresa, um elevado valor deste rácio, é considerado como um índice de solidez financeira. Quanto maior for a autonomia financeira de uma empresa, menor será a sua alavanca financeira.

Segundo Nabais e Nabais (2004), este indicador é bastante importante na avaliação do risco financeiro da empresa, sendo muito utilizado aquando da contratação de financiamento, essencialmente perante entidades bancárias.

► **INDICADOR: Solvabilidade**

Nabais e Nabais (2004), definem a solvabilidade como uma medida de avaliação da “(...) capacidade da empresa de solver os seus compromissos de médio e longo prazo e determinam a sua independência face a terceiros.”

Este rácio compara os capitais próprios com a totalidade dos capitais alheios aplicados na empresa.

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$$

Este indicador, à semelhança do anterior, é frequentemente utilizado pelos credores da empresa (banco, fornecedores,...) para avaliar o risco de eventuais operações.



Na linguagem financeira, analisar a solvabilidade significa averiguar se a empresa tem activos que lhes possibilitem o pagamento das dívidas e responsabilidades assumidas para com terceiros, ou seja, que a empresa possui capitais próprios positivos. Caso contrário pode dizer-se que a empresa se encontra em “falência técnica”.

A autonomia financeira e a solvabilidade são dois dos indicadores mais utilizados para medir o equilíbrio financeiro de médio e longo prazo. Segundo Martins (2004), estes indicadores pretendem averiguar “ (...) o grau de solidez patrimonial das empresas para períodos longos, isto é, a capacidade de solver compromissos em prazos dilatados.”

Nabais e Nabais (2004) indicam que quando calculados estes dois indicadores, caso os seus resultados sejam inferiores a  $\frac{1}{3}$  de autonomia financeira e a  $\frac{1}{2}$  de solvabilidade a empresa deverá ser cautelosa, uma vez que esta situação representa uma elevada dependência aos seus credores.

#### **4.1.2. Aplicação prática do quadro de indicadores de desempenho**

Nesta parte do trabalho serão expostos e discutidos os resultados da avaliação do desempenho económico-financeiro de três empresas clientes da Taveiropoc.

Para esta avaliação será utilizado o quadro de indicadores apresentado no ponto anterior para os anos 2006, 2007 e 2008, assim como, os dados do sector para os dois primeiros anos, uma vez que o Banco de Portugal ainda não divulgou a informação sectorial de 2008.

Importa realçar que as empresas estudadas durante o estágio na Taveiropoc apresentam uma pequena dimensão e enquadram-se em diversos sectores. Serão apresentadas três empresas que por questões éticas serão denominadas Empresa X, Empresa Y e empresa Z.

A empresa X é uma sociedade por quotas que tem como actividade principal a construção e engenharia civil possuindo a CAE 45212 (Rev. 2.1). É uma empresa de pequena dimensão, com cerca de duas décadas de existência. A X está sediada em Coimbra actuando nas zonas Norte, Sul e Centro de Portugal.

A empresa Y é uma empresa em nome individual com sede em Coimbra e que pertence ao sector dos cafés, possuindo a CAE 55401. Actualmente, a empresa Y possui dois estabelecimentos comerciais no centro de Coimbra, contando com a colaboração de dez funcionários.

A empresa Z pertence ao sector do comércio a retalho de material óptico, fotográfico cinematográfico e de instrumentos de precisão, CAE 52482, e tem sede em Taveiro. É uma empresa de pequena dimensão, quando comparada com o sector em que está inserida.

Este método de análise utilizado é relativamente simples, no entanto, dado que as empresas clientes da Taveiropoc possuem uma dimensão reduzida, revela-se ser o método mais adequado para a compreensão dos resultados.

## ◆ Apresentação dos dados económico-financeiros e conclusões

### ► Empresa X:

Rácios	Empresa X				
	2006	Sector	2007	Sector	2008
Volume de Negócios (€)	1.862.063	1.674.103	9.194.390	1.864.584	14.503.141
Varição do Volume de Negócios	-	-	393,77%	11,38%	57,74%
Rendibilidade do Activo Económico	34,95%	5,62%	83,65%	5,29%	42,92%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	45,54%	5,26%	39,69%	4,70%	32,76%
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	123	85	48	86	63
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	134	84	88	86	83
Produtividade	33.581,64	24.391,85	21.948,43	26.969,35	34.936,69
Liquidez Geral	131,72%	151,46%	120,25%	152,29%	121,66%
Tesouraria Líquida	25.667	-215.603	646.061	-241.389	584.482
Autonomia Financeira	19,38%	40,93%	18,19%	42,48%	16,90%
Solvabilidade	24,04%	69,29%	22,23%	73,84%	20,33%

**Quadro 4 – Dados do desempenho económico-financeiro da empresa X e do sector**

Fonte: elaboração própria

A empresa X, pertencente ao sector da construção e engenharia civil, apresenta um crescimento do negócio bastante favorável, em especial quando comparado com o sector. É de realçar que, em 2007, o volume de negócios cresceu, aproximadamente, 4 vezes face ao ano anterior. No ano seguinte, dá-se um abrandamento deste indicador, no entanto a empresa apresenta-se numa posição bastante mais favorável que o sector da engenharia e construção civil. Nos próximos anos importa à empresa que se mantenha em crescimento. Para tal, terá que continuar a apostar na melhoria constante dos serviços prestados, na satisfação/fidelização dos seus clientes e na motivação dos seus colaboradores.

Neste período, podemos verificar que, a empresa X apresenta quer uma rendibilidade económica, quer financeira superior às apresentadas pelo sector. Em 2007, a capacidade do negócio para produzir resultados face ao investimento afecto, traduzido pela rendibilidade do activo económico, aumentou em mais de 100% face ao ano anterior. No ano seguinte verifica-se uma diminuição, no entanto, quando comparada com o sector, a empresa X apresenta ainda uma boa rendibilidade económica. A rendibilidade dos capitais próprios da empresa tem vindo a diminuir, apesar de apresentar valores bastante superiores

aos do sector. A empresa deverá ter especial atenção nos próximos anos neste indicador, uma vez que, os capitais dos sócios são cobertos numa percentagem cada vez menor pelos resultados gerados.

Os prazos médios de pagamento e de recebimento da empresa são relativamente próximos, conseguindo receber primeiro dos clientes e só depois pagar aos fornecedores.

A empresa X apresenta uma produtividade bastante positiva, tal como o sector da construção e engenharia civil.

A empresa encontra-se equilibrada financeiramente a curto prazo, pois todas as suas dívidas a menos de um ano, conseguem ser cobertas por activos de curto prazo. Este facto é visível na liquidez geral superior à unidade, tal como sucede no sector. A tesouraria líquida da empresa apresenta-se bastante positiva nos anos em questão, ao contrário do que acontece no sector. Podemos concluir que, o fundo maneio existente é suficiente para cobrir todas as necessidades de fundo de maneio, devendo a empresa verificar se os excedentes de tesouraria não afectam a sua rendibilidade, ao poderem ter outras aplicações.

O equilíbrio financeiro de médio e longo prazo da empresa deve ser melhorado. O sector encontra-se bastante mais equilibrado a médio e longo prazo que a empresa. Uma forma de melhorar os indicadores de solvabilidade e autonomia financeira é a introdução de capital na empresa por parte dos sócios. Uma vez que estes são rácios cruciais aos olhos de agentes externos a empresa deve tentar melhorá-los o quanto antes.

► EMPRESA Y:

Rácios	Empresa Y				
	2006	Sector	2007	Sector	2008
<b>Volume de negócios (€)</b>	369.257	114.154	395.819	122.558	351.753
<b>Varição do Volume de Negócios</b>	-	-	7,19%	7,36%	-11,13%
<b>Rendibilidade do Activo Económico</b>	226,36%	1,56%	322,46%	1,19%	398,14%
<b>Rendibilidade dos capitais próprios</b>	22,54%	-0,07%	45,73%	-0,95%	48,51%
<b>Prazo médio de recebimentos (dias)</b>	0	0	0	0	0
<b>Prazo médio de pagamentos (dias)</b>	3	4	5	5	1
<b>Produtividade</b>	15.292,71	8.289,50	15.010,99	8.940,25	20.101,77
<b>Liquidez geral</b>	1809,35%	108,55%	682,45%	109,30%	1019,55%
<b>Tesouraria Líquida</b>	204.594	-1.705	77.725	-1.795	70.401
<b>Autonomia financeira</b>	94,77%	49,25%	87,17%	49,92%	91,14%
<b>Solvabilidade</b>	1810,53%	97,04%	679,57%	99,68%	1029,15%

**Quadro 5 – Dados do desempenho económico-financeiro da empresa Y e do sector**

**Fonte: elaboração própria**

A empresa Y que segundo a sua classificação económica empresarial se insere no sector dos cafés apresenta um volume de negócios superior ao do sector, no entanto, em 2008 verifica-se um decréscimo deste indicador, superior ao acréscimo verificado em 2007. A empresa deve tentar melhorar nos próximos anos.

Para este período, quando analisada a rendibilidade económica e financeira verifica-se que a empresa se apresenta bastante mais rentável que o sector, em especial, quando olhamos para a rendibilidade dos capitais próprios do sector que se apresenta negativa devido a resultados líquidos negativos. A empresa apresenta uma rendibilidade do activo económico cada vez maior dado os elevados resultados operacionais que tem alcançado face ao seu activo económico, com isto podemos verificar que a capacidade da empresa se autofinanciar é muito elevada, em especial quando comparada com o sector. A remuneração dos capitais investidos na empresa também tem vindo a aumentar, o que torna a empresa bastante atractiva aos olhos de agentes externos a ela.

O prazo médio de recebimentos da empresa, à semelhança do sector, é de zero dias, dada a inexistência de conta corrente para clientes. Na empresa e no sector, o prazo médio de pagamento a fornecedores é bastante reduzido.

A produtividade medida pela relação entre o VAB e o número médio de trabalhadores da empresa manteve-se de 2006 para 2007, verificando um aumento significativo em 2008. Este resultado deve-se ao facto do VAB se manter praticamente constante nos três anos, no entanto, a empresa Y diminuiu o seu número médio de empregados.

Quando analisado o equilíbrio financeiro da empresa a curto e a médio e longo prazo podemos verificar que a empresa se apresenta bastante equilibrada. A curto prazo, a empresa apresenta dívidas a terceiros reduzidas face ao seu activo, o que se traduz numa liquidez geral bastante favorável. A tesouraria líquida da empresa apresenta-se positiva, ao contrário do sector, em que o seu fundo maneio não cobre as necessidades existentes. No equilíbrio de médio e longo prazo, a empresa apresenta uma autonomia financeira próxima de 100%, o que indica que praticamente todo o seu activo consegue ser financiado recorrendo aos capitais próprios. Os valores de solvabilidade revelam, mais uma vez, o reduzido nível de passivos da empresa face ao seu capital próprio.

#### EMPRESA Z:

Rácios	Empresa Z				
	2006	Sector	2007	Sector	2008
<b>Volume de negócios (€)</b>	115.731	441.486	162.100	480.930	179.785
<b>Varição do Volume de Negócios</b>	-	-	40,07%	8,93%	10,91%
<b>Rendibilidade do Activo Económico</b>	34,41%	5,92%	39,67%	7,30%	35,47%
<b>Rendibilidade dos capitais próprios</b>	25,08%	4,00%	44,45%	5,44%	30,42%
<b>Prazo médio de recebimentos (dias)</b>	9	0	14	0	13
<b>Prazo médio de pagamentos (dias)</b>	128	102	83	97	52
<b>Produtividade</b>	30.192,50	25.794,83	32.235,74	25.134,00	27.903,18
<b>Liquidez geral</b>	200,62%	113,64%	118,85%	115,53%	131,06%
<b>Tesouraria Líquida</b>	3.371	-10,492	-36.473	-8.312	-19.622
<b>Autonomia financeira</b>	59,94%	52,53%	35,48%	54,68%	42,32%
<b>Solvabilidade</b>	149,63%	110,65%	55%	120,65%	73,38%

Quadro 6 – Dados do desempenho económico-financeiro da empresa Z e do sector

Fonte: elaboração própria

A empresa Z inserida no sector do comércio a retalho de material óptico, fotográfico cinematográfico e de instrumentos de precisão, verifica, nos anos em análise, um aumento do seu volume de negócios, no entanto, este crescimento é mais relevante no ano de 2007, verificando-se um abrandamento no ano seguinte. O volume de negócios do sector é bastante mais elevado, dada a reduzida dimensão da empresa face a este.

A empresa apresenta níveis de rentabilidade superiores aos do sector. A rentabilidade dos capitais próprios aumentou em 2007, diminuindo significativamente no ano seguinte. Esta diminuição deve-se ao aumento dos capitais próprios da empresa, sendo a sua remuneração pelos resultados gerados inferior. Quando olhamos para a remuneração do sector verificamos que é bastante inferior à apresentada pela empresa. A rentabilidade do activo económico é semelhante à anterior tanto na empresa como no sector.

O sector apresenta um prazo médio de recebimento nulo, enquanto que na empresa este prazo ronda os 10 dias. Esta situação deve-se ao facto da empresa oferecer os seus clientes a possibilidade de não pagar no acto da compra, uma vez que existe uma relação próxima entre clientes e empresa por esta se situar numa vila pequena.

A produtividade da empresa é semelhante à do sector no período em análise, encontrando-se o valor do VAB por trabalhador entre os 25.000 e os 30.000 €.

Em termos de equilíbrio financeiro de curto prazo, a empresa apresenta uma liquidez geral superior a 200% em 2006, o que indica que os passivos de curto prazo são cobertos 2 vezes pelos activos de curto prazo. Nos anos seguintes, a liquidez geral da empresa não se apresenta tão elevada, no entanto, possui valores superiores a 100%, sendo todos os passivos circulantes cobertos pelos activos circulantes. A tesouraria líquida da empresa em 2006 apresenta-se positiva, sendo todas as necessidades de fundo maneio cobertas pelo fundo maneio, contudo, nos anos seguintes, a empresa segue o exemplo do sector, apresentando uma tesouraria negativa. Este défice da tesouraria pode representar dificuldades à empresa para cumprir as dívidas que possui a curto prazo, dado que o fundo maneio que existe não é suficiente para cobrir as necessidades de fundo maneio da empresa. A empresa deverá ter em atenção esta situação tentando aproximar o seu fundo maneio às suas necessidades. Em termos de equilíbrio financeiro de médio e longo prazo, a empresa apresenta valores de autonomia financeira e solvabilidade razoáveis, notando-se uma melhoria em 2008, fruto de um aumento dos capitais próprios.

## 4.2. Sistema de Normalização Contabilística

### 4.2.1. Introdução

O Sistema de Normalização Contabilística (SNC) é o novo modelo de normalização contabilística, que entrará em vigor em Portugal a 1 de Janeiro de 2010, sucedendo ao actual Plano Oficial de Contabilidade (POC). Este sistema à semelhança do POC não é de aplicação geral, como veremos mais à frente.

O Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho, aprova o SNC revogando o POC. Segundo este, o SNC “trata-se de um modelo de normalização assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo IASB<sup>18</sup> e adoptadas na União Europeia (...)”, contribuir para uma melhoria qualitativa e do nível de transparência do ordenamento fiscal e contabilístico nacional.

Borges *et al* (2007) afirma que o SNC é “ (...) um modelo em que se atende às diferentes necessidades de relato financeiro, dado o tecido empresarial a que irá ser aplicado (...)”.

Segundo o artigo 3º do DL nº160/2009 de 13 de Julho, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) é a entidade cujo objectivo é o de emitir normas e estabelecer procedimentos contabilísticos, harmonizados com as normas comunitárias e internacionais da mesma natureza.

#### ► Limitações do Plano Oficial de Contabilidade

O Plano Oficial de Contabilidade (POC) foi aprovado pelo Decreto-Lei nº 47/77, de 7 de Fevereiro. Este mesmo Decreto-Lei criou a Comissão de Normalização Contabilística (CNC).

Ao longo dos anos o POC tem sofrido sucessivas alterações. Tal como refere o Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, estas alterações têm origem, essencialmente, na

---

<sup>18</sup> International Accounting Standards Board



necessidade de adaptação do modelo contabilístico nacional a instrumentos jurídicos comunitários. Segundo este Decreto-Lei, o POC revela-se insuficiente para as empresas com maiores exigências qualitativas de relato financeiro, e destaca os seguintes pontos fracos:

- ▶ Falta de revisão técnica ao nível dos critérios de reconhecimento e mensuração, aspectos conceptuais, conceito de resultados e ainda das demonstrações financeiras individuais e consolidadas;
- ▶ As demonstrações financeiras são bastante inflexíveis;
- ▶ Os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal já não são capazes de responder às exigências contemporâneas.

Segundo Rodrigues (2003), actualmente em Portugal, o contabilista encara a contabilidade como um mero cumprimento de obrigações legais e fiscais. Esta é outra crítica levantada ao POC. Os contabilistas em Portugal terão de mudar a sua forma de pensar, o que segundo este autor será difícil, uma vez que, também a mentalidade dos empresários terá de mudar.

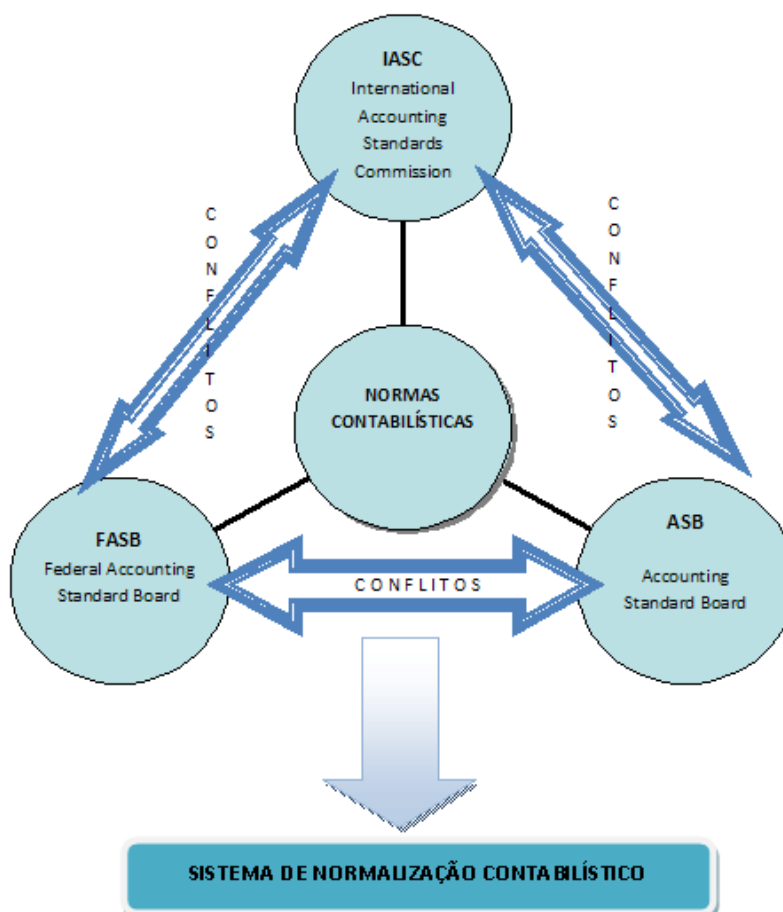
#### ▶ **Objectivos da adopção do Sistema de Normalização Contabilística**

Um dos principais objectivos da normalização contabilística em Portugal é que as empresas portuguesas consigam acompanhar a actual conjuntura económica e financeira internacional em termos de relato financeiro. Da implementação do SNC espera-se que qualquer entidade nacional ou internacional consiga ler e interpretar as diferentes Demonstrações Financeiras (Costa, 2009).

É necessário que existam normas de relato financeiro comuns a todos os mercados, de forma a garantir a comparabilidade da informação nas decisões de investimento estrangeiro. Para tal, é necessário que existam padrões de reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação que sejam comuns às empresas, independentemente da sua actividade ou do seu negócio.

É essencial criar condições de comparabilidade para os investidores globais, não só no seio do espaço europeu, mas também para todos os que aqui poderão realizar os seus investimentos.

Segundo Rodrigues (2003), devido à existência de uma economia cada vez mais globalizada não é aceitável existirem contabilidades diferentes que conduzem a resultados distintos, consoante o país onde a empresa se encontra. O SNC visa assim eliminar os conflitos que existem entre os diferentes normativos contabilísticos, como podemos verificar na figura seguinte.



**Figura 3 – Conflitos entre os diferentes normativos contabilísticos**

Fonte: elaboração própria

Desta forma cresce a necessidade de alterar o POC, consequência da erosão das suas regras. Nesta nova realidade, considera-se irreversível, o SNC deixará de ser um modelo assente em regras, para passar a ser algo mais flexível e susceptível de julgamento, mais directo, comportando algum dinamismo, sendo no entanto inevitavelmente mais complexo.

Segundo Cravo *et al* (2009), destacam-se inúmeras vantagens provenientes da implementação do SNC, nomeadamente:

- ▶ Existência de um relato financeiros mais moderno e a criação de um potencial afastamento fiscal, ou seja, os contabilistas e empresários terão de se

consciencializar de que a função da contabilidade não é apenas a de responder perante exigências impostas fiscalmente;

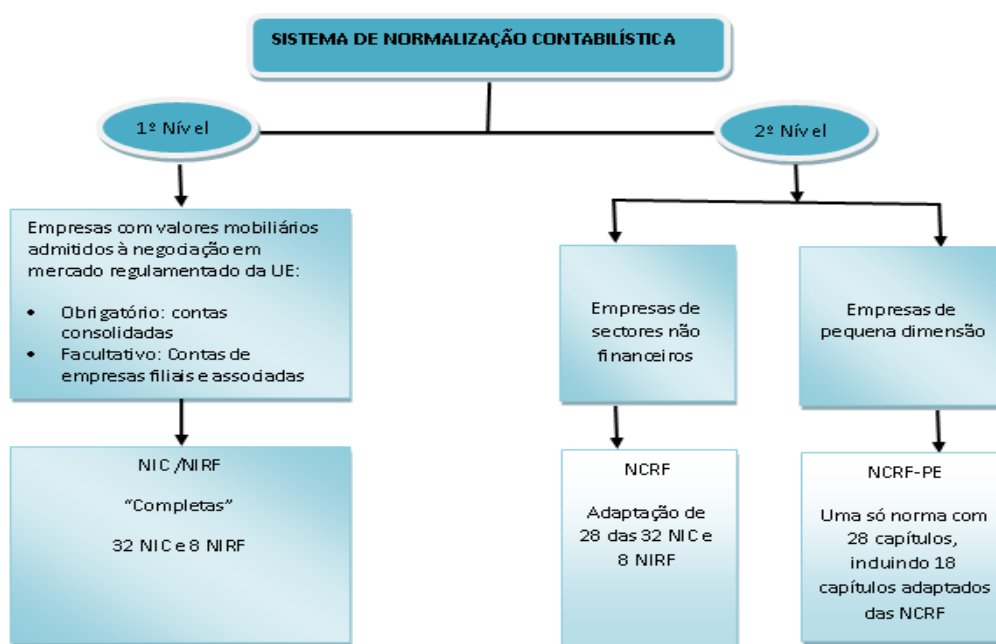
- ▶ Redução do risco da informação fornecida, pois um dos principais princípios do SNC é o da transparência da informação;
- ▶ Uma potencial melhoria da organização interna de uma empresa;
- ▶ Uma possível melhoria na relação das empresas portuguesas com o resto do mundo, uma vez que, o SNC adopta a linguagem das Normas Internacionais de Contabilidade, sendo possível em todo o mundo ler uma demonstração financeira da mesma forma.

### ▶ Níveis de Normalização Contabilística

O Sistema de Normalização Contabilística prevê a existência de dois níveis de normalização contabilística.

Tal como indica Costa (2009), existem em Portugal, três grupos de entidades distintas, às quais serão aplicados procedimentos contabilísticos diferentes, com o novo normativo contabilístico. A criação de níveis, pela CNC, para a aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade deve-se à reduzida dimensão das empresas portuguesas.

O esquema seguinte mostra-nos os níveis de normalização que passarão a existir com o SNC.



**Figura 4 – Níveis de normalização contabilística**

Fonte: Adaptado de Guimarães (2007)

Segundo Costa (2009), no **primeiro nível** de normalização são incluídas as entidades que aplicam as normas internacionais de contabilidade, que corresponde às NIC (Normas Internacionais de Contabilidade) e NIRF (Normas Internacionais de Relato Financeiro) no seu estado original que são designadas de “completas” ou “puras”. Neste nível encontram-se obrigatoriamente as sociedades cujos valores mobiliários estejam admitidos à negociação num mercado regulamentado, ao nível das suas contas consolidadas e individuais.

O **segundo nível** de normalização inclui: por um lado as entidades que aplicam as NCRF, ou seja, as sociedades que, segundo Costa (2009), sejam abrangidas pelo Código das Sociedades Comerciais, empresas individuais reguladas pelo Código Comercial, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, empresas públicas, cooperativas, agrupamentos complementares de empresas e entidades sem fins lucrativos sejam obrigadas a possuir contabilidade organizada e que não sejam abrangidas por outros planos sectoriais. Por outro lado inclui, as entidades que aplicam a NCRF-PE. Esta norma contempla de uma forma mais resumida, os princípios gerais de reconhecimento, mensuração e divulgação que estão previstos na NCRF.

#### **4.2.2. Caracterização e composição do Sistema de Normalização Contabilística**

Da definição do SNC, presente no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho é possível retirar as seguintes características do mesmo:

- ▶ É um modelo baseado em princípios e não em regras, tal como acontece no POC;
- ▶ O SNC garante a compatibilidade com as Directivas Comunitárias<sup>19</sup>;
- ▶ É um sistema que atende às diferentes necessidades de relato financeiro, uma vez que, como já foi referido, existem diferentes níveis de normalização, consoante a dimensão da empresa em questão;
- ▶ É flexível para receber com oportunidade as alterações às normas do IASB adoptadas na União Europeia.

---

<sup>19</sup> Nomeadamente com a Quarta Directiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978, e Sétima Directiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983. Estas directivas constituem os principais instrumentos de harmonização da contabilidade da União Europeia.

Segundo o DL nº 158, de 13 de Julho de 2009, o SNC é constituído pelos seguintes elementos: Estrutura Conceptual, Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras, Modelo das Demonstrações Financeiras, Código das Contas, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiros para Pequenas Entidade e Normas Interpretativas, tal com podemos visualizar na figura que se segue:

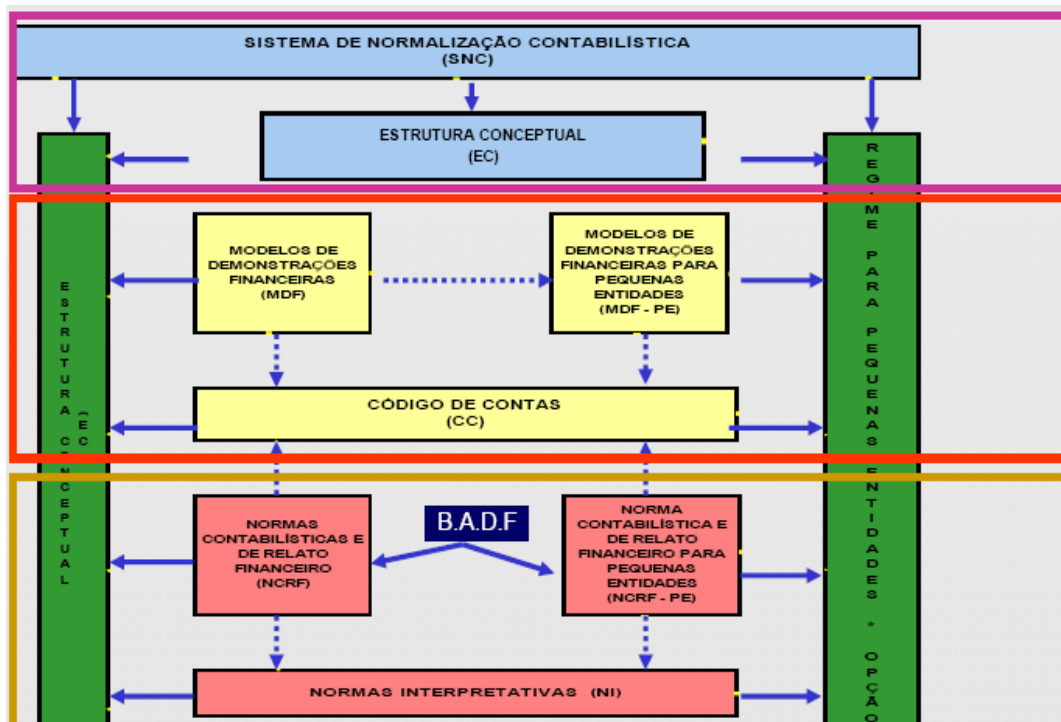


Figura 5 – Estrutura do SNC

Fonte: Almeida e Almeida (2009)

## I) Estrutura Conceptual

O Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho, aprova a Estrutura Conceptual do SNC e através do Aviso 15652/2009 foi publicada em Diário da República. Segundo este Decreto-Lei, “a estrutura conceptual estabelece conceitos que estão subjacentes à preparação e apresentação das demonstrações financeiras para utentes externos (...)”. desta forma, a estrutura conceptual estabelece as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras através dos seguintes pontos:

- ▶ **Definir um conjunto completo de Demonstrações Financeiras**, como sendo: um balanço, uma demonstração de resultados, uma demonstração das alterações no

capital próprio, uma demonstração de fluxos de caixa e um anexo às demonstrações financeiras;

- ▶ **Pressupostos subjacentes à preparação das Demonstrações Financeiras:** continuidade e regime do acréscimo.
- ▶ **Características qualitativas da informação financeira:** compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude, comparabilidade, constrangimentos à informação relevante e fiável, imagem verdadeira e apropriada.
- ▶ **Elementos das Demonstrações Financeiras:** o activo, passivo e capitais próprios, são os elementos presentes no Balanço relacionados com a mensuração da posição financeira da empresa, os rendimentos e gastos são os elementos relacionados com a mensuração na demonstração de resultados.
- ▶ **Reconhecimento dos elementos das Demonstrações Financeiras:** probabilidade de benefício económico futuro, fiabilidade da mensuração, reconhecimento de activo, reconhecimento de passivo, reconhecimento de rendimento, reconhecimento de gasto.
- ▶ **Mensuração dos elementos das Demonstrações Financeiras:** os conceitos base de mensuração dos elementos das Demonstrações Financeiras são o custo histórico (base usual), combinado com o custo corrente, valor realizável, valor presente e justo valor.
- ▶ **Conceito de capital e manutenção de capital:** define o que é o capital (próprio) e no que consiste a sua manutenção.

## II) Modelo das Demonstrações Financeiras

Por Portaria 986/2009 de 7 de Setembro, do Ministro das Finanças, foram publicados os modelos para as seguintes demonstrações financeiras:

- ▶ Balanço;
- ▶ Demonstração de Resultados (por naturezas e por funções);
- ▶ Demonstrações de Alterações no Capital Próprio;
- ▶ Demonstrações de Fluxo de Caixa;
- ▶ Anexo às Demonstrações Financeiras.

Este constitui o conjunto completo de demonstrações financeiras previsto na Estrutura Conceptual do SNC. Em anexo<sup>20</sup>, podemos visualizar os modelos destas demonstrações financeiras publicados pela Portaria referida.

Para as empresas que se encontrem em condições de adoptar a “Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades”, ou seja, aquelas que estão de acordo com o artigo 9º do DL 158/2009 de 13 de Julho, a Portaria 986/2009 de 7 de Setembro, divulga os modelos simplificados de demonstrações financeiras. Para estas entidades os modelos de demonstrações financeiras a utilizar são os seguintes:

- ▶ Balanço;
- ▶ Demonstração de Resultados;
- ▶ Anexo às Demonstrações Financeiras.

Em anexo<sup>21</sup>, encontram-se os respectivos modelos reduzidos das demonstrações financeiras.

Para este trabalho é este o conjunto de demonstrações financeiras que interessa aprofundar, uma vez que, as empresas analisadas na Taveiropoc são consideradas Pequenas Entidades.

### III) Código de Contas

A Portaria 1011/2009 de 9 de Setembro, do Ministro das Finanças publica o código de contas do SNC, documento bastante simples que contem, segundo o seu artigo 1º:

- ▶ O quadro síntese de contas;
- ▶ O código de contas;
- ▶ Notas de enquadramento.

---

<sup>20</sup> ANEXO 8 – Modelos das Demonstrações Financeiras

<sup>21</sup> ANEXO 9 – Modelos reduzidos das Demonstrações Financeiras.

#### **IV) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro**

As Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) foram publicadas pelo Aviso 15655/2009 em Diário da República no dia 7 de Setembro, sendo de aplicação obrigatória a partir da data de eficácia de cada uma delas.

O Aviso 15655/2009 publica 28 NCRF que constituem uma adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas na União Europeia tendo em conta a dimensão das empresas portuguesas. Em anexo<sup>22</sup>, podemos visualizar as 28 normas propostas pela CNC, assim como, a (s) respectiva (s) Norma Internacional de Contabilidade.

#### **V) Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades**

As pequenas empresas representam a maioria do tecido empresarial português, desta forma, surgiu a necessidade da CNC propor uma norma de aplicação a estas entidades. A Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE) foi publicada pelo Aviso 15654/2004 em Diário da República. Esta norma será de aplicação às empresas que cumpram com o artigo 9º do Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho, onde refere que as empresas que não ultrapassem dois dos três limites seguintes, e não optem pela utilização das NCRF gerais, são obrigadas a adoptar a NCRF-PE.

- ▶ Total do balanço: € 500.000
- ▶ Total de vendas líquidas e outros rendimentos: € 1.000.000
- ▶ Número de trabalhadores médio: 20

Segundo Costa (2009), esta norma destina-se a entidades de menor dimensão e “ (...) assenta, essencialmente, na mesma filosofia, conceitos e requisitos técnicos de referência que o regime geral”. A NCRF-PE encontra-se dividida em capítulos respeitantes a aspectos fundamentais tratados nas NCRF.

---

<sup>22</sup> ANEXO 10 - Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.



## VI) Normas Interpretativas

As Normas Interpretativas do SNC propostas pela CNC no Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho foram publicadas conforme Aviso 15653/2009 em Diário da República, com a finalidade de esclarecimento do conteúdo dos restantes instrumentos que compõem o SNC.

Depois de apresentados os elementos que irão constituir o SNC, a figura seguinte pretende resumir o normativo legal do SNC.

NORMATIVO LEGAL		CONTEÚDO
<b>Decreto – Lei</b>	DL 158/2009 de 13 de Julho	Criação do SNC, com as linhas estruturantes constantes do anexo.
	DL 158/2009 de 13 de Julho	Revogação do POC e legislação complementar.
	DL 158/2009 de 13 de Julho	Âmbito de aplicação
<b>Portarias</b>	Portaria 986/2009, de 7 de Setembro	Modelo de Demonstrações Financeiras
	Portaria 1011/2009 de 9 de Setembro	Código de Contas (CC)
<b>Avisos</b>	Aviso 15652/2009	Estrutura Conceptual (EC)
	Aviso 15655/2009	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiros (NCRF).
	Aviso 15654/2009	Normas Contabilísticas e de Relato Financeiros para Pequenas Entidades (NCRF-PE)
	Aviso 15653/2009	Normas Interpretativas (NI)

**Quadro 7 – Normativo Legal do SNC**

Fonte: adoptado da CNC<sup>23</sup>

<sup>23</sup> Disponível em [http://www.cnc.min-financas.pt/Documentos/SNC%20 apr 16abr08.pdf](http://www.cnc.min-financas.pt/Documentos/SNC%20apr%2016abr08.pdf) (Download gratuito).

### 4.2.3. Mudanças provenientes do SNC

Nesta secção serão apontadas as principais mudanças proveniente da adopção do SNC, tendo em especial atenção o caso das PME's. De uma forma geral as principais alterações são:

- Verifica-se uma mudança na terminologia utilizada: mudam os nomes, resultado de uma tradução das Normas Internacionais de Contabilidade. Em anexo<sup>24</sup>, encontram-se as mudanças nas principais contas do Balanço e da Demonstração de Resultados. As alterações verificadas nas classes de contas são especificadas no quadro seguinte:

Código	POC	SNC
1	Disponibilidades	Meios Financeiros Líquidos
2	Terceiros	Contas a Receber e a Pagar
3	Existências	Inventários e Activos Biológicos
4	Imobilizado	Investimentos
5	Capital	Capital, Reservas e Resultados Transitados
6	Custos	Gastos
7	Proveitos	Rendimentos
8	Resultados	Resultados

**Quadro 8 – Principais diferenças nas classes de contas**

Fonte: elaboração própria

- Introdução de uma nova Demonstração Financeira: a Demonstração de Alterações no Capital Próprio (DACP). A DACP “ (...) prefigura um quadro de dupla entrada que combina informação em linha com informação em coluna” (Borges e Rodrigues, 2007). Cada linha contém informação de itens do capital próprio evidenciados no balanço, e em coluna estão evidenciados factos susceptíveis de gerar as alterações no capital próprio. Esta demonstração financeira é opcional para as Pequenas Entidades.

<sup>24</sup> ANEXO 11 – Alterações nas contas do Balanço e da Demonstração de Resultados provocadas pelo SNC.

- ▶ O Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados possui algumas diferenças, propondo a CNC um modelo que as empresas podem utilizar.

De seguida serão apresentadas as principais alterações no Balanço, Demonstração de Resultados e Anexo, resultantes da aplicação do SNC. Estas demonstrações financeiras são de aplicação obrigatória para as pequenas entidades. Em todas as demonstrações surgem mudanças de nomenclatura.

- ▶ **Alterações no Balanço:**

Pelo Decreto-Lei 158/2009 de 13 de Julho são aprovados e publicados por Portaria 986/2009 de 7 de Setembro, dois modelos de Balanço: um modelo simplificado para as Pequenas Entidades e outro modelo mais complexo para as restantes entidades. Almeida e Almeida (2009) referem as seguintes alterações no Balanço:

- ▶ Separação clara entre activos correntes e activos não correntes e passivos correntes e passivos não correntes;
- ▶ O activo apenas possui uma coluna (líquido) para os dois períodos comparados: desaparece a coluna das amortizações e provisões;
- ▶ Modelo único de base para contas individuais e consolidadas;
- ▶ Referenciação cruzada com o anexo;
- ▶ Interesses minoritários surgem agora no capital próprio;
- ▶ Alterações nos acréscimos e diferimentos: os acréscimos surgem nas outras contas a pagar ou a receber e os diferimentos ganham importância sendo evidenciados numa conta própria;
- ▶ Algumas rubricas autónomas “novas”, como são exemplos, o “*Goodwill*”, os “activos biológicos” e “activos não correntes detidos para venda”;
- ▶ Influência (respeito) pelas normas, uma vez que, para muitos itens do Balanço existe uma norma respectiva. Por exemplo, para os activos fixos tangíveis (imobilizado

corpóreo no POC), que se encontram no activo não corrente existe uma norma denominada “activos fixos tangíveis” (NCRF 7);

- ▶ Uma grande diferença no capital próprio é a introdução de apenas o capital que efectivamente foi realizado, uma vez que muitas empresas subscreviam capital no entanto não o realizam, o que dava uma imagem errada da empresa.

#### ▶ **Alterações na Demonstração de Resultados:**

As principais alterações que podemos verificar na Demonstração de Resultados, segundo Almeida e Almeida (2009) são:

- ▶ Existência de um modelo único para contas individuais e consolidadas;
- ▶ Referenciação cruzada com o anexo;
- ▶ Formato vertical na demonstração de resultados por naturezas;
- ▶ Rendimentos apresentados antes de ganhos;
- ▶ Movimentos do período por ajustamentos, imparidades e provisões apresentados numa quantia líquida;
- ▶ Ausência das rubricas de extraordinários, estes serão reorganizados pelos rendimentos (ou gastos) operacionais ou financeiros, consoante a sua natureza;
- ▶ Inclusão do resultado por acção, apenas relevante para empresas cotadas;
- ▶ Apresentação do Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA), tornando-se mais útil para análise financeira.

#### ▶ **Alterações no Anexo às Demonstrações Financeiras:**

- ▶ O Anexo às Demonstrações Financeiras proposto pela CNC é composto por 30 notas das quais 5 possuem um carácter obrigatório e as restantes facultativas.

- ▶ Das 30 notas do Anexo, as obrigatórias são:
  - NOTA 1 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras;
  - NOTA 2 – Principais Políticas Contabilísticas;
  - NOTA 3 – Fluxos de Caixa;
  - NOTA 29 – Divulgações Exigidas por Diplomas Legais;
  - NOTA 30 – Outras Informações.
  
- ▶ As 25 notas de carácter facultativo devem possuir uma referenciação cruzada nas Demonstrações Financeiras (Balanço e Demonstração de Resultados), tal como podemos visualizar na figura seguinte.

<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros</li> <li>5. Partes relacionadas</li> <li>6. Activos intangíveis</li> <li>7. Activos fixos tangíveis</li> <li>8. Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas</li> <li>9. Locações</li> <li>10. Custos de empréstimos obtidos</li> <li>11. Propriedades de investimento</li> <li>12. Imparidade de activos</li> <li>13. Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em A</li> <li>14. Concentrações de actividades empresariais</li> <li>15. Investimentos em Subsidiárias e Consolidação</li> <li>16. Exploração e avaliação de recursos minerais</li> <li>17. Agricultura</li> <li>18. Inventários</li> <li>19. Contratos de construção</li> <li>20. Rédito</li> <li>21. Provisões, passivos contingentes e activos contingentes</li> <li>22. Subsídios do Governo e apoios do Governo</li> <li>23. Efeitos de alterações em taxas de câmbio</li> <li>24. Acontecimentos após a data do balanço</li> <li>25. Impostos sobre o rendimento</li> <li>26. Matérias ambientais</li> <li>27. Instrumentos financeiros</li> <li>28. Benefícios dos empregados</li> </ol>	<p>Entidade: .....</p> <p>BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYYYY DE 200N</p> <p style="text-align: right;">UNIDADE MONETARIA (1)</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">RUBRICAS</th> <th rowspan="2">NOTAS</th> <th colspan="2">DATAS</th> </tr> <tr> <th>31 XXX N</th> <th>31 XXXN-1</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td colspan="4" style="text-align: center;"><b>ACTIVO</b></td> </tr> <tr> <td>Activo não corrente</td> <td rowspan="13" style="text-align: center; vertical-align: middle;"><b>7</b></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Activos fixos tangíveis</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Propriedades de investimento</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Goodwill</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Activos intangíveis</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Activos biológicos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Participações financeiras - método da equivalência patrimonial</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Participações financeiras - outros métodos</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Accionistas/sócios</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Outros activos financeiros</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Activos por impostos diferidos</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>	RUBRICAS	NOTAS	DATAS		31 XXX N	31 XXXN-1	<b>ACTIVO</b>				Activo não corrente	<b>7</b>			Activos fixos tangíveis			Propriedades de investimento			Goodwill			Activos intangíveis			Activos biológicos			Participações financeiras - método da equivalência patrimonial			Participações financeiras - outros métodos			Accionistas/sócios			Outros activos financeiros			Activos por impostos diferidos		
RUBRICAS	NOTAS			DATAS																																									
		31 XXX N	31 XXXN-1																																										
<b>ACTIVO</b>																																													
Activo não corrente	<b>7</b>																																												
Activos fixos tangíveis																																													
Propriedades de investimento																																													
Goodwill																																													
Activos intangíveis																																													
Activos biológicos																																													
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial																																													
Participações financeiras - outros métodos																																													
Accionistas/sócios																																													
Outros activos financeiros																																													
Activos por impostos diferidos																																													

**Figura 6 – Referência cruzada das Demonstrações Financeiras com o Anexo do SNC**

Fonte: elaboração própria

#### 4.2.4. Alterações no quadro dos indicadores de desempenho económico-financeiro

Nesta secção veremos como o quadro de indicadores de desempenho económico e financeiro escolhido para a elaboração deste trabalho vai ser alterado, a partir do próximo ano, com o Sistema de Normalização Contabilística.

O quadro seguinte mostra as fórmulas de cálculo dos indicadores económico-financeiros antes e depois da aplicação do SNC.

Rácios	Fórmula: POC	Fórmula: SNC
• <b>Volume de Negócios</b>	Vendas + Prestações de serviços	Vendas e Prestações de serviços
• <b>Rendibilidade dos Capitais Próprios</b>	Resultado Líquido exercício/Capital Próprio	Resultado Líquido Período/ Capital Próprio
• <b>Rendibilidade do Activo Económico</b>	Resultado Operacional/Activo Económico	Resultado Operacional /Activo Económico
• <b>Prazo Médio de Recebimento</b>	(clientes/ (vendas + prestações serviços) + IVA) X 365	(clientes/ (vendas e prestações serviços) + IVA) X 365
• <b>Prazo Médio de Pagamento</b>	(Fornecedores/ (compras + FSE) + IVA) X 365	(Fornecedores/ (compras + FSE) + IVA) X 365
• <b>Produtividade</b>	Valor acrescentado bruto/ Número de Trabalhadores	Valor acrescentado bruto/ Número de Trabalhadores
• <b>Liquidez Geral</b>	Activo circulante / passivo circulante	Activo corrente/ passivo corrente
• <b>Tesouraria Líquida</b>	FMF – NFM	FMF – NFM
• <b>Autonomia Financeira</b>	Capital próprio / activo	Capital próprio / activo
• <b>Solvabilidade</b>	Capital próprio / passivo	Capital próprio / passivo

**Quadro 9 – Fórmulas de cálculo dos indicadores de desempenho económico-financeiro**

**Fonte: Elaboração própria**

Da análise das fórmulas de cálculo dos indicadores, podemos verificar que as alterações não são muito profundas a nível de nomenclatura. No fundo as maiores alterações surgem no conteúdo das contas: aparecem novas contas, outras desaparecem e

outras ainda vêm a sua localização alterada. Verifiquemos agora cada indicador de forma individual:

No primeiro indicador (**volume de negócios**) as alterações não são muito significativas. As vendas e prestações de serviços possuem a mesma nomenclatura no SNC, alterando a sua posição na Demonstração de Resultados por Naturezas, dado que, com o SNC, primeiro surgem os rendimentos (proveitos no POC) e só depois os gastos (custos no POC). Além disso, o SNC agrega estas duas rubricas numa só na Demonstração de Resultados, tal como podemos visualizar na figura seguinte.

Entidade: .....

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido)

PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Outras imparidades (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos e ganhos		+	+
Outros gastos e perdas		-	-

AGREGADAS

Figura 7 – Localização das vendas e prestações de serviços na Demonstração de Resultados do SNC

Fonte: elaboração própria

Na **rendibilidade dos capitais próprios** o resultado líquido do exercício passa a designar-se resultado líquido do período, permanecendo o capital próprio com a mesma designação.

Na composição do resultado líquido do período há uma grande alteração: deixam de existir resultados extraordinários, no entanto, as rubricas extraordinárias não deixam de existir, uma vez que, são reorganizadas pelas rubricas operacionais e financeiras.

No que se refere ao capital próprio as principais diferenças prendem-se com o facto de apenas prefigurar o capital realizado e não o subscrito (como acontece no POC), e os interesses minoritários passarem a estar presente no capital próprio, apesar de esta alteração não afectar as pequenas entidades.

Pelo facto de apenas surgir a capital realizado no capital próprio da empresa pode levar a que a rendibilidade dos capitais próprios aumente.

A figura seguinte mostra a composição do capital próprio, proposto pela CNC, evidenciando as principais diferenças em relação ao POC.

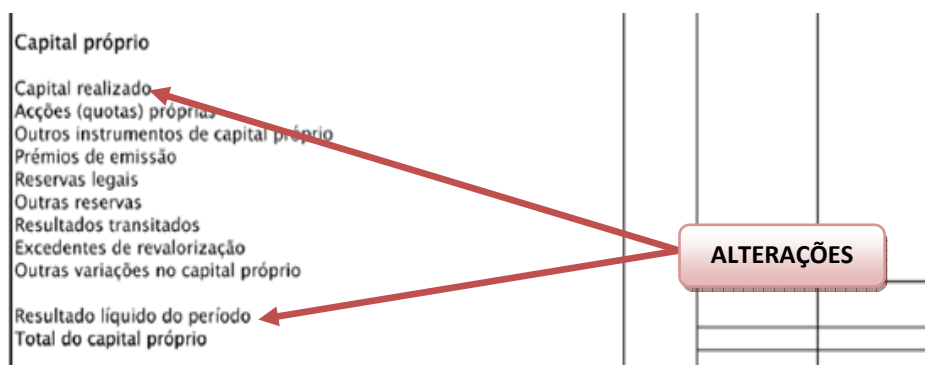


Figura 8 – Diferenças no Capital Próprio do SNC

Fonte: elaboração própria

A **rendibilidade do activo económico** que resulta da divisão entre o resultado operacional e o activo económico, irá sofrer algumas alterações.

O resultado operacional, agora designado por resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos), passará a incluir as rubricas antes consideradas extraordinárias e que agora têm natureza operacional. Como exemplos de custos extraordinários que com o SNC passarão a ser classificados como gastos operacionais podemos destacar os donativos, as dívidas incobráveis e as perdas em inventários (existências no POC) por quebras ou sinistros, entre outros. Dos proveitos extraordinários que passarão a ser classificados como rendimentos operacionais no SNC, podemos destacar a restituição de impostos, a recuperação de dívidas e as correcções relativas a períodos anteriores.

Na composição do resultado operacional do SNC podemos destacar as seguintes diferenças: a variação da produção do POC passará a designar-se variação nos inventários da produção, sendo calculada pela diferença entre os inventários iniciais (produtos acabados e produtos em curso) e os inventários finais. Com o SNC alguns elementos das demonstrações financeiras podem ser mensurados pelo seu justo valor. No resultado operacional do SNC surge a rubrica de aumentos/reduções de justo valor, onde serão colocados os aumentos ou



reduções nas quantias de activos ou passivos, mensurados pelo justo valor com reconhecimento nos resultados.

**Justo Valor:** Quantia pela qual um activo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transacção em que não existe relacionamento entre elas (Estrutura Conceptual do SNC).

Outra diferença no resultado operacional é a utilização de rubricas que incorporam perdas ou reversões de imparidades, como por exemplo, imparidades de dívidas a receber, imparidades de inventários entre outras. A NCRF 12 – Imparidades em activos, indica que os activos de uma empresa não devem ser escriturados por mais do que a sua quantia recuperável e sempre que não se verifique esta condição a empresa deve reconhecer uma perda (e as suas reversões) por imparidade na Demonstração de Resultados.

No activo económico, que resulta da soma do activo fixo e das necessidades de fundo maneio (NFM), o activo fixo traduz-se pelo activo não corrente do SNC. Segundo o DL nº 158/2009 de 13 de Julho um activo não corrente é todo aquele que não:

- a. se espera que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- b. esteja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- c. Se espera que seja realizado num período até 12 meses após a data do balanço;
- d. É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

As necessidades de fundo maneio resultantes da diferença entre as necessidades cíclicas e os recursos cíclicos, resultam das seguintes somas:

- ▶ Necessidades cíclicas = clientes + inventários + adiantamentos a fornecedores + estado e outros entes públicos (a receber) + outras contas a receber.
- ▶ Recursos cíclicos = fornecedores + adiantamentos de clientes + estado e outros entes públicos (a pagar) + outras contas a pagar.

A figura seguinte mostra de que forma são formadas as necessidades de fundo maneio da empresa, assim como, o seu activo fixo, segundo o Balanço proposto pela CNC.

Entidade: .....  
BALANÇO EM XX DE YYYYYY DE 200N (modelo reduzido) UNIDADE MONETARIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 XXX N	31 XXX N-1
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Accionistas/sócios			
Activo corrente			
Inventários			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários			
Total do activo			
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar			
Outros passivos financeiros			
Total do passivo			

**Figura 9 – Rubricas que compõem o Activo Económico no SNC**

Fonte: elaboração própria

Como podemos verificar as alterações na composição das necessidades de fundo maneio não são muito relevantes. O activo fixo que passará a designar-se activo não corrente altera nos seguintes pontos: nos activos fixos tangíveis (imobilizado corpóreo no POC) passa a estar presente a rubrica de equipamentos biológicos e deixa de figurar a rubrica Taras e vasilhames, as amortizações acumuladas passam a designar-se depreciações acumuladas, nos activos fixos tangíveis (imobilizado corpóreo no POC). Nos activos intangíveis (imobilizado incorpóreo no POC) deixam de estar presentes as despesas de instalações e passa a existir a rubrica projectos de desenvolvimento onde estão presentes, por exemplo, as despesas de investigação e desenvolvimento do POC.

Nos **prazos médios de pagamento e recebimento** as alterações não são muito relevantes.

No cálculo do prazo médio de recebimento (PMR) em numerador prefiguram os activos financeiros referentes a dívidas a receber de clientes líquidas de perdas de imparidades acumuladas, em denominador estão presentes os réditos (rendimentos das actividades ordinárias da empresa) apurados no exercício relativamente a vendas de bens e serviços prestados, acrescentados de IVA. Relativamente aos clientes, deixa de existir a rubrica “clientes de cobrança duvidosa”, no entanto, caso seja necessário poderá criar-se um conta para tal.

No cálculo do prazo médio de pagamento (PMP), em numerador encontram-se o montante de passivos financeiros de dívidas a pagar aos fornecedores da empresa, em denominador prefiguram as compras e a quantia referente ao consumo e uso de bens e serviços destinados ao desenvolvimento da actividade da empresa acrescentada do IVA.

No cálculo da **Produtividade** alteram algumas rubricas que compõem o valor acrescentado bruto (VAB). No cálculo da produção, como já foi referido, as rubricas de vendas e prestações de serviços encontram-se agregadas na Demonstração de Resultados, a variação de produção passa a designar-se “variação nos inventários de produção”, que inclui um rubrica nova o “Inventário de activos biológicos” para empresas do âmbito da actividade agrícola. Os trabalhos para a própria empresa passam a designar-se “trabalhos para a própria entidade”, não se verificando diferenças assim como nos subsídios à exploração. Os proveitos suplementares deixam de ter conta própria para passarem a estar incluídos na rubrica “Outros rendimentos e ganhos” do SNC. Ainda no cálculo do VAB, no CMVMC é introduzida a rubrica de “activos biológicos (compras)”, na rubrica dos FSE apenas se verifica uma reorganização dos seus itens e os Impostos passam agora a ter uma menor importância, uma vez que se encontra nos “outros gastos e perdas”.

O cálculo da **liquidez geral** será facilitado com o SNC, uma vez que, o Balanço proposto pela CNC passa a distinguir claramente os activos e passivos de curto e médio e longo prazo. A liquidez geral da empresa, com o SNC, passa a resultar da divisão entre o activo corrente e o passivo corrente.

Segundo a NCRF 1 – Estrutura e conteúdo das Demonstrações Financeiras, um **activo corrente** é aquele que satisfaz qualquer dos seguintes critérios:

- ▶ Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido, no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- ▶ Seja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- ▶ Espera-se que seja realizado num período até 12 meses após a data do Balanço; ou
- ▶ É caixa ou equivalente de caixa, a menos que lhe seja limitada a troca ou uso para liquidar um passivo durante pelo menos 12 meses após a data do Balanço.

Ainda segundo esta norma um **passivo corrente** é todo aquele que satisfaz um dos seguintes critérios:

- ▶ Se espere que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- ▶ Seja detido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- ▶ Deva ser liquidado num período até 12 meses após a data do Balanço; ou
- ▶ A entidade não tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do Balanço.

A **tesouraria líquida** resulta, no POC, da diferença entre o fundo maneió funcional e as necessidades de fundo de maneió. No fundo de maneió resultante da diferença entre os capitais estáveis (capitais próprios e passivo de médio e longo prazo) e as aplicações de investimento (activo fixo) as alterações são as seguintes: no activo fixo foram já referidas no cálculo da rendibilidade do activo económico, no capital próprio as diferenças foram evidenciadas na rendibilidade dos capitais próprios e no passivo de médio e longo prazo, denominado passivo não corrente no SNC, as principais alterações referem-se à inclusão de novas contas explícitas nas provisões como é o caso de “matérias ambientais”, “contratos onerosos” entre outras, e nos financiamentos obtidos surgem de forma explícita as rubricas “descobertos bancários” e “locações financeiras”. As diferenças relativas ao cálculo das necessidades de fundo maneió foram referidas na rendibilidade do activo económico.

Para o cálculo da **autonomia financeira e da solvabilidade**, são de realçar as diferenças verificadas no capital próprio, já referidas no cálculo da rendibilidade dos capitais próprios. Na autonomia financeira a activo total resulta da soma do activo não corrente, no qual as diferenças foram já referidas no cálculo da rendibilidade do activo económico, e do

activo corrente. No cálculo da **solvabilidade**, o passivo da empresa é igual à soma do passivo não corrente e do passivo corrente.

Tanto no activo como no passivo, os acréscimos e diferimentos alteram-se na medida em que os diferimentos passam a estar numa conta própria e os acréscimos perdem importância sendo colocados nas “outras contas a receber” (activo) ou “outras contas a pagar” (passivo). Este desdobramento, segundo Almeida e Almeida (2009), reflecte a tendência de aproximação para efeitos de análise financeira.

## 5. ANÁLISE CRÍTICA

### 5.1. Competências adequadas ao estágio

Existe três factores que são fulcrais para que se adquiram/desenvolvam competências, como podemos verificar na figura seguinte. Não se criam competências sem que haja conhecimento, ou seja, é necessário saber o que fazer e o porquê de fazer algo. Para além de conhecimentos, é também fundamental que existam capacidades, ou seja, saber como fazer. E por último é necessário que exista vontade/atitude, desejo de fazer. Existindo conhecimento, capacidade e vontade as competências surgem.

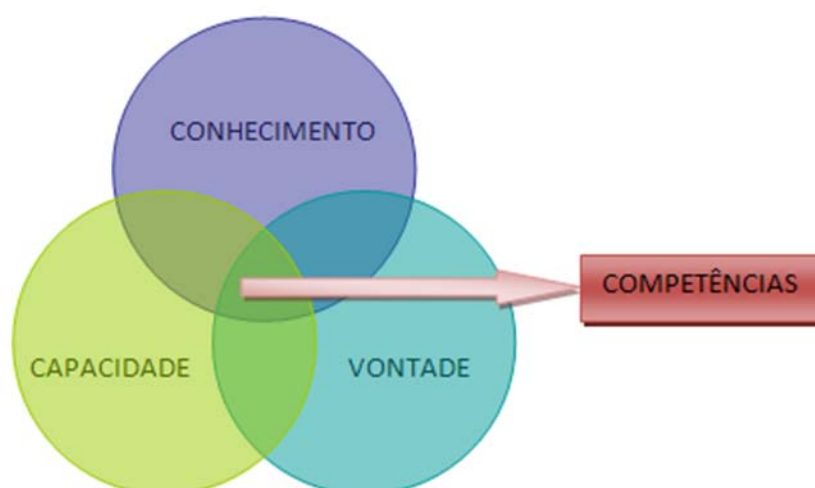


Figura 10 – Factores críticos na formação de competências

Fonte: adaptado de [www.talentostop.com/pttoptreinamento.html](http://www.talentostop.com/pttoptreinamento.html) (Download gratuito)

Durante a realização do estágio na Taveiropoc desenvolvi um vasto conjunto de competências, conseguindo aprofundar outras que penso já possuir, no entanto, muitas outras ficaram por adquirir.

Das competências adquiridas são de evidenciar: **o sentido de responsabilidade e de ética profissional**. No mundo profissional a ética é uma palavra-chave. Durante o estágio na Taveiropoc foi colocada ao meu dispor toda a informação disponível na empresa, no

entanto, umas das principais recomendações que me foi dada foi a necessidade de haver sigilo profissional acerca desta informação. Por esta razão as empresas aqui apresentadas possuem um nome fictício. **A capacidade de adaptação/ utilização de novas tecnologias** foi outra competência adquirida. Até ao início do estágio não tinha contactado com um sistema informático de contabilidade. O estágio na Taveiropoc, possibilitou-me a experiência de poder contactar como *PHC Corporate 2008*, um sistema de gestão e contabilidade. Outra competência adquirida foi a **autonomia na realização de tarefas**. Nem sempre é possível ter uma pessoa ao nosso lado para nos auxiliar na realização das tarefas, ser autónomo é outra competência bastante relevante na prática empresarial. Outra competência relevante foi a **capacidade de adquirir conhecimentos relativos à profissão**, na faculdade durante o curso adquirimos muita informação, no mundo profissional é necessário adquirir informação relevante à função desempenhada de forma rápida e eficaz para que possamos produzir resultados.

Das competências que já possuía e que aprofundei na Taveiropoc são de destacar: a capacidade de comunicação, a capacidade de adquirir/assimilar rapidamente novos conhecimentos, a facilidade de adaptação a novos ambiente, a capacidade de relacionamento interpessoal, de comunicar facilmente com as pessoas da empresa.

Este período de estágio foi bastante positivo, para mim representou o primeiro contacto com o mundo empresarial, portanto foram muitos os conhecimentos que adquiri. No entanto, o conhecimento é algo que apreendemos ao longo da nossa vida, de forma gradual. Foram várias as competências que desenvolvi, todavia sei que muitas outras ficaram por desenvolver, como por exemplo, a facilidade de contactar com os clientes.

## 5.2. Contribuições dos conhecimentos adquiridos para as tarefas desenvolvidas

Para a realização do estágio na Taveiropoc, foi bastante importantes os conhecimentos transmitidos nas disciplinas que integram o primeiro ciclo do curso de Gestão e parte do segundo ciclo.

Os conhecimentos e aprendizagens adquiridos durante as aulas de análise financeira foram bastante importantes, na medida em que foi desenvolvido um trabalho semelhante àquele realizado na empresa que me acolheu. Na Taveiropoc utilizei a metodologia e bibliografia utilizada durante estas aulas para a elaboração das análises financeiras das empresas estudadas durante o estágio.

Também os conhecimentos das aulas de contabilidade financeira foram importantes para a realização do estágio, uma vez que a contabilidade financeira é a base principal da análise financeira. Só conseguimos chegar às demonstrações financeiras se tivermos acesso às demonstrações contabilísticas das empresas, e para alcançarmos as primeiras temos desde logo perceber aquilo que as segundas nos mostram.

São de realçar ainda o contributo das disciplinas de Gestão Financeira, Direito das Empresas e dos Contratos e Noções Gerais de Direito, Contabilidade das Sociedades e de Finanças, que de uma forma menos directa contribuíram para a realização do estágio.

Apesar dos importantes contributos que as aulas me proporcionaram, no mundo profissional, as coisas não são tão lineares como aquilo que aprendemos nas aulas. As aulas são apenas a base de um trabalho árduo em que surgem por vezes situações inesperadas, que necessitam ser solucionadas.



## 6. CONCLUSÃO

O estágio realizado na Taveiropoc foi muito gratificante, na medida em que, representou o meu primeiro contacto com o mundo empresarial. Durante os cinco meses na empresa pude trabalhar numa área que me agrada bastante, a análise financeira, no entanto, tive também a oportunidade de colaborar na contabilidade onde pude perceber quais os procedimentos interno da Taveiropoc na realização da contabilidade e ainda trabalhar no programa de contabilidade *PHC Corporate 2008*.

O estágio representou uma experiência profissional onde foram colocados à prova os conhecimentos adquiridos e onde me apercebi que as coisas nem sempre são tão lineares como os problemas que surgem nas aulas.

A análise financeira a empresas nem sempre se revela uma tarefa fácil, são muitas as técnicas que se podem utilizar para avaliar o desempenho económico-financeiro de uma empresa. Esta foi uma das dificuldades encontradas na Taveiropoc, onde anteriormente não era comum realizar esta tarefa. Assim, junto com a minha orientadora, decidimos adoptar a técnica utilizada nas aulas de análise financeira, ou seja, o método de análise de indicadores.

No que se refere ao enquadramento teórico, o trabalho visou apresentar um quadro de indicadores económico-financeiros de fácil aplicação às pequenas e médias empresas tendo em conta a aproximação da entrada em vigor do Sistema de Normalização Contabilística.

De futuro, a Taveiropoc poderá aplicar este quadro de indicadores de desempenho económico-financeiro às empresas suas clientes, enquadrando-o no âmbito do Sistema de Normalização Contabilística.

O estágio representou uma experiência bastante enriquecedora, tanto a nível profissional como pessoal, possibilitando a criação de bases para a vida profissional que agora começa.

## 7. BIBLIOGRAFIA

### Manuais:

- ▶ ALMEIDA, R. M. P. e ALMEIDA, M. C. (2009), *Conferência - O Novo Normativo Contabilístico: as mudanças necessárias*. Leiria: CPS, consultores de informática.
- ▶ ANTÃO, A., GONÇALVES, C., SOUSA, R., PEREIRA, A. e FIGUEIREDO, A.(2009), Sistema contabilístico para pequenas empresas: recomendações e boas práticas. *Revista dos Técnicos Oficiais de Contas*, nº 109, pp. 28-34.
- ▶ BORGES, A., RODRIGUES, A. e RODRIGUES, R. (2003), *Elementos de Contabilidade Geral*. 21ªEd., Lisboa: Áreas Editora.
- ▶ BORGES, A., RODRIGUES, J. A., RODRIGUES, J.M. e RODRIGUES, R. (2007), *As novas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais da Contabilidade*. 2ª ed., Lisboa: Áreas Editora.
- ▶ BUGALHO, A. F. P. (2004), *O Balanced Scorecard nas empresas de construção civil e obras públicas com actividades no estrangeiro*, Tese de Mestrado em Gestão/MBA, Instituto Superior de Economia e Gestão, Lisboa.
- ▶ CARVALHO, C. N. e MAGALHÃES, G (2002), *Análise Económico-Financeira de Empresas*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- ▶ COHEN, E. (1990) – *Analyse Financière*, Paris: Económica, tradução portuguesa de C. M. Weiler Nunes da Silva, sob o título *Análise Financeira*, Lisboa: Editorial Presença, Colecção Fundamentos, 1995.
- ▶ COSTA, E. M.(2009), As pequenas entidades no SNC. *Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas*, nº 113, pp. 56-58.
- ▶ CRAVO, D., SILVA, I. C., GRENHA, C., COLAÇO, P. e PONTES, S.(2009), Novo Sistema de Normalização Contabilística – alterações introduzidas após o processo de audição pública. *Revista da Câmara do Técnicos Oficiais de Contas*, nº 110, pp. 38-44.
- ▶ GUIMARÃES, J.F.C. (2008), *As Demonstrações Financeiras – do POC ao SNC*. Revista da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, nº 95, pp.29-38.
- ▶ GUIMARÃES, J.C. (2007), *A Estrutura conceptual da Contabilidade – do POC ao SNC*. Revista da Câmara do Técnicos Oficiais de Contas, nº 91, pp.42-56.

- ▶ MARTINS, A. (2004), *Introdução à Análise Financeira de Empresas*. 2ª ed., Porto: Grupo Editorial Vida Económica.
- ▶ MOREIRA, J.A.C. (1999), *Análise Financeira de Empresas – da Teoria à Prática*. 3ª ed., Porto: Associação da Bolsa de Derivados dos Porto.
- ▶ NABAIS, C. e NABAIS, F. (2004), *Prática Financeira – Análise Económica & Financeira*. Lousã: Lidel – Edições Técnicas.
- ▶ NEELY, A. (1998), *Measuring Business Performance- Why, what and how*. Tradução portuguesa de Isabel Dantas, sob o título *A avaliação do desempenho das empresas – Porquê, o quê e como.*, Lisboa: Editorial Caminho (2002).
- ▶ NEVES, J.C. (2004), *Análise Financeira I: Técnicas Fundamentais*. 15ª ed., volume I, Lisboa: Texto Editora.
- ▶ NEVES, J. C., (2005), *Avaliação e Gestão da Performance Estratégica da Empresa*. 1ªEd., Lisboa: Texto Editores.
- ▶ PEREIRA, R., ESTEVAM, M. e ALMEIDA, R. (2009), *Harmonização Contabilística Internacional*. Lisboa: bnomics.
- ▶ RODRIGUES, J. (2003), *Adopção em Portugal das Normas Internacionais de Relato Financeiro*. Lisboa: Áreas Editora.
- ▶ RUSSO, J. (2006), *Balanced Scorecard para Pme's*, Lisboa: Lidel – edições técnicas.
- ▶ *Sistema de Normalização Contabilístico – Projecto da Comissão de Normalização Contabilística*. 2ª Edição, Porto Editora, 2008.
- ▶ Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, *Diário da República nº 133 – I Série*, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Lisboa.
- ▶ Decreto-Lei nº 160/2009 de 13 de Julho, *Diário da República nº 133 – I Série*, Ministério das Finanças e da Administração Pública, Lisboa.

#### **Recursos On-line e Websites consultados:**

- ▶ [www.iapmei.pt](http://www.iapmei.pt) (Site do IAPMEI), consultado em Março 2009.
- ▶ [www.cnc.min-financas.pt](http://www.cnc.min-financas.pt) (site da Comissão de Normalização Contabilística), consultado em Agosto 2009.
- ▶ [www.bdp.pt](http://www.bdp.pt) (site do Banco de Portugal), consultado em Abril de 2009.

- ▶ [www.finbolsa.com](http://www.finbolsa.com), consultado em Maio 2009.
- ▶ [www.scribd.com/doc/502060/analisefinanceira](http://www.scribd.com/doc/502060/analisefinanceira), consultado em Março 2009.
- ▶ [www.sage.pt/snc](http://www.sage.pt/snc), consultado em Julho de 2009.
- ▶ [www.ctoc.pt](http://www.ctoc.pt) (site da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas), consultado em Agosto de 2009.

## 8. ANEXOS

---

# ANEXO 1

---

**Classificação e numeração de um documento na Taveiropoc**

Empresa Xpto, Lda.  
Coimbra

206056/

Telefone: xxx xxx xxx  
Nº contrib.: xxx xxx xxx

Factura	
2009/06/29	20090353

TRIPPLICADO

Vencimento 2009/07/29  
Cliente 00000051  
V/Contribuinte xxx xxx xxx  
Cond.pagamento PAGAMENTO A 30 DIAS

Exmo(s) Senhor (es):  
Cliente ABC  
Coimbra

Pág. 1

Artigo	Descrição	Uni	Quantidade	P.unitário	Iva	Líquido
0043	Kg cevada moída	Kg	50.000	1.080	12	54.00
	N.E. nº3/0948/9					

2111051  
71  
84



Os artigos facturados foram colocados à disposição do adquirente na data das guias de remessa acima mencionadas, ou na sua ausência na data deste documento.

Incidência	Taxa	Valor IVA		
54.00	12	6.48	Total ilíquido	54.00
			Desconto comercial	0.00
			Desconto financeiro	0.00
			Total líquido	54.00
			Total IVA extras	0.00
			Total IVA	6.48
			<b>TOTAL (EUR)</b>	<b>60.48</b>

Meio de expedição:  
Processado por computador

© Comograma, Lda.

**LEGENDA:**

-  Numeração
-  Classificação

# ANEXO 2

---

**Lançamento efectuado no *PHC Corporate 2008***



**Empresa XPTO - PHC Corporate 2008**

Sistema Editar Gestão Contabilidade Pessoal Imobilizado Supervisor Tabelas Análises Janelas Ajuda

Ano: 2009

**Documentos Contabilísticos**

Diário: 2 Clientes Data:  Fiscal  Civil 30.06.2009

Nº do Lançamento: 206056

Documento: N/ Factura a 12% Nº do Documento: 20090353

Opções deste Ecrã: Totais, Imprimir, Alterar Documento, Post-Net

Conta	Nome da Conta	Descrição do movimento	Débito	Crédito	Rúbrica	Centro Analítico
2111051	Centro Hospitalar Psiqui	Fact. nº 20090353	60,48			
7111112	Taxa Intermédia	Fact. nº 20090353		54,00		
2433112	Taxa Intermédia	Fact. nº 20090353		6,48		


Débito: 60,48      Crédito: 60,48

# ANEXO 3

---

**Declaração periódica do IVA e conferência manual do IVA**

### Declaração Periódica do IVA

<p><b>MINISTÉRIO DAS FINANÇAS</b> DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS</p> <p><b>IVA</b> IMPOSTO SOBRE O VALOR ADICIONADO</p> <p>01 - A NÚMERO DA DECLARAÇÃO</p>  <p>102601518665</p>	<p><b>DECLARAÇÃO PERIÓDICA - MODELO B1</b></p> <p><b>DECLARAÇÃO EM EURO</b></p>	<p>01 NÚMERO DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL 133456789</p> <p>02 PERÍODO A QUE RESPEITA 01.04.2009 A 30.06.2009</p> <p>ASSINALE COM X A PERIODICIDADE</p> <p>MENSAL <input type="checkbox"/></p> <p>TRIMESTRAL <input checked="" type="checkbox"/></p> <p>ASSINALE O MÊS OU O TRIMESTRE</p> <table border="1" style="font-size: small;"> <tr><td>JAN</td><td>FEV</td><td>MAR</td><td>ABR</td><td>MAI</td><td>JUN</td></tr> <tr><td>JUL</td><td>AGO</td><td>SET</td><td>OUT</td><td>NOV</td><td>DEZ</td></tr> </table> <p>1º Trim <input type="checkbox"/> 2º Trim <input checked="" type="checkbox"/> 3º Trim <input type="checkbox"/> 4º Trim <input type="checkbox"/></p>	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ																																																																								
JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN																																																																																	
JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ																																																																																	
<p>04 ANEXOS ENTREGUES DEC LEI Nº 347/85, DE 23/08 RELATIVO A OPERAÇÕES EFECTUADAS EM CONTINENTE <input type="checkbox"/> Açores <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/></p> <p>DEC LEI Nº 241/86, DE 29/08 ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS 4 ANEXOS</p> <p>REGIME DO IVA NAS TRANSAÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS 5 ASSINALE COM X SE ENVIOU ANEXO <input type="checkbox"/></p>																																																																																						
<p>03 REPARTIÇÃO DE FINANÇAS COMPETENTE CÓDIGO DA R.F. 0</p> <p>LOCALIZAÇÃO DA SEDE CONTINENTE <input type="checkbox"/> Açores <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/></p> <p>05-A INEXISTÊNCIA DE OPERAÇÕES SE NO PERÍODO A QUE ESTA DECLARAÇÃO RESPEITA NÃO REALIZOU OPERAÇÕES ACTÍVAS OU PASSIVAS ASSINALE EM ESTE QUADRO E PASSE JÁ AO QUADRO 20 <input type="checkbox"/></p>																																																																																						
<p>05 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO</p> <p>NOME EMPRESA XPTO</p> <p>MORADA COIMBRA</p> <p>LOCALIDADE COIMBRA CÓDIGO TEL</p>																																																																																						
<p>06 APURAMENTO DO IMPOSTO RESPEITANTE AO PERÍODO A QUE A DECLARAÇÃO SE REFERE</p> <table border="1" style="width:100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width:30%;"></th> <th style="width:30%;">BASE TRIBUTÁVEL</th> <th style="width:30%;">IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>1 - TAXAS REDUZIDAS</td><td>1 0,00</td><td>2 0,00</td></tr> <tr><td>2 - TAXAS INTERMÉDIAS</td><td>5 12 977,81</td><td>6 1 557,34</td></tr> <tr><td>3 - TAXAS NORMAIS</td><td>3 122,39</td><td>4 24,47</td></tr> <tr><td>7 - TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS</td><td>7 0,00</td><td></td></tr> <tr><td>8 - OPERAÇÕES PREVISTAS NA ALÍNEA f) DO Nº 1 DO ARTº 20º DO CIVA</td><td>8 0,00</td><td></td></tr> <tr><td>9 - OPERAÇÕES QUE NÃO CONTEM DIREITO À DEDUÇÃO</td><td>9 0,00</td><td></td></tr> <tr><td>10 - AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS</td><td>10 0,00</td><td>11 0,00</td></tr> <tr><td>20 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO</td><td>20 0,00</td><td></td></tr> <tr><td>21 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO</td><td>21 46,20</td><td></td></tr> <tr><td>22 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO</td><td>22 1094,94</td><td></td></tr> <tr><td>23 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO</td><td>23 286,55</td><td></td></tr> <tr><td>24 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO</td><td>24 195,99</td><td></td></tr> <tr><td>40 - REGULARIZAÇÕES MENSAIS/TRIMESTRAIS E ANUAIS, COM EXCEÇÃO DAS INDICADAS NO CAMPO 81</td><td>40 0,00</td><td>41 14,00</td></tr> <tr><td>61 - EXCESSO A REPORTAR DO PERÍODO ANTERIOR (Nº 4 DO ARTº 22º CAMPO 86 DA DECLARAÇÃO ANTERIOR)</td><td>61 669,32</td><td></td></tr> <tr><td>65 - ANEXO (VER CAMPO 1.2 OU 3 DO QUADRO 04)</td><td>65 0,00</td><td>66 0,00</td></tr> <tr><td>67 - ANEXO (VER CAMPO 1.2 OU 3 DO QUADRO 04)</td><td>67 0,00</td><td>68 0,00</td></tr> <tr><td>81 - REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO, COMUNICADAS PELA DGVIA (Módulo 8100)</td><td>81 0,00</td><td>&gt; PERÍODOS A QUE RESPEITAM</td></tr> <tr> <td>TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL (1 + 5 + 3 + ... + 10)</td> <td>90 13 100,20</td> <td>TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (20+21+...+81)</td> <td>91 2 293,00</td> <td>TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO (2 + 6 + 4 + ... + 68)</td> <td>92 1 595,81</td> </tr> <tr> <td colspan="3">IMPOSTO A ENTREGAR AO ESTADO (92 - 91) =</td> <td>93</td> <td colspan="2">0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3">CRÉDITO DE IMPOSTO A RECUPERAR (91 - 92) =</td> <td>94</td> <td colspan="2">6 97,19</td> </tr> <tr> <td colspan="3">SOLICITO O REEMBOLSO</td> <td>95</td> <td colspan="2">0,00</td> </tr> <tr> <td colspan="3">EXCESSO A REPORTAR</td> <td>96</td> <td colspan="2">0,00</td> </tr> </tbody> </table>				BASE TRIBUTÁVEL	IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO	1 - TAXAS REDUZIDAS	1 0,00	2 0,00	2 - TAXAS INTERMÉDIAS	5 12 977,81	6 1 557,34	3 - TAXAS NORMAIS	3 122,39	4 24,47	7 - TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS	7 0,00		8 - OPERAÇÕES PREVISTAS NA ALÍNEA f) DO Nº 1 DO ARTº 20º DO CIVA	8 0,00		9 - OPERAÇÕES QUE NÃO CONTEM DIREITO À DEDUÇÃO	9 0,00		10 - AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS	10 0,00	11 0,00	20 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	20 0,00		21 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	21 46,20		22 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	22 1094,94		23 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	23 286,55		24 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	24 195,99		40 - REGULARIZAÇÕES MENSAIS/TRIMESTRAIS E ANUAIS, COM EXCEÇÃO DAS INDICADAS NO CAMPO 81	40 0,00	41 14,00	61 - EXCESSO A REPORTAR DO PERÍODO ANTERIOR (Nº 4 DO ARTº 22º CAMPO 86 DA DECLARAÇÃO ANTERIOR)	61 669,32		65 - ANEXO (VER CAMPO 1.2 OU 3 DO QUADRO 04)	65 0,00	66 0,00	67 - ANEXO (VER CAMPO 1.2 OU 3 DO QUADRO 04)	67 0,00	68 0,00	81 - REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO, COMUNICADAS PELA DGVIA (Módulo 8100)	81 0,00	> PERÍODOS A QUE RESPEITAM	TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL (1 + 5 + 3 + ... + 10)	90 13 100,20	TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (20+21+...+81)	91 2 293,00	TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO (2 + 6 + 4 + ... + 68)	92 1 595,81	IMPOSTO A ENTREGAR AO ESTADO (92 - 91) =			93	0,00		CRÉDITO DE IMPOSTO A RECUPERAR (91 - 92) =			94	6 97,19		SOLICITO O REEMBOLSO			95	0,00		EXCESSO A REPORTAR			96	0,00	
	BASE TRIBUTÁVEL	IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO																																																																																				
1 - TAXAS REDUZIDAS	1 0,00	2 0,00																																																																																				
2 - TAXAS INTERMÉDIAS	5 12 977,81	6 1 557,34																																																																																				
3 - TAXAS NORMAIS	3 122,39	4 24,47																																																																																				
7 - TRANSMISSÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS	7 0,00																																																																																					
8 - OPERAÇÕES PREVISTAS NA ALÍNEA f) DO Nº 1 DO ARTº 20º DO CIVA	8 0,00																																																																																					
9 - OPERAÇÕES QUE NÃO CONTEM DIREITO À DEDUÇÃO	9 0,00																																																																																					
10 - AQUISIÇÕES INTRACOMUNITÁRIAS DE BENS E OPERAÇÕES ASSIMILADAS	10 0,00	11 0,00																																																																																				
20 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	20 0,00																																																																																					
21 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	21 46,20																																																																																					
22 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	22 1094,94																																																																																					
23 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	23 286,55																																																																																					
24 - IMPOSTO DEDUTÍVEL RESPEITANTE A TRANSMISSÕES DE BENS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS EFECTUADAS AO SUJEITO PASSIVO E IMPORTAÇÕES DE BENS EFECTUADAS PELO SUJEITO PASSIVO	24 195,99																																																																																					
40 - REGULARIZAÇÕES MENSAIS/TRIMESTRAIS E ANUAIS, COM EXCEÇÃO DAS INDICADAS NO CAMPO 81	40 0,00	41 14,00																																																																																				
61 - EXCESSO A REPORTAR DO PERÍODO ANTERIOR (Nº 4 DO ARTº 22º CAMPO 86 DA DECLARAÇÃO ANTERIOR)	61 669,32																																																																																					
65 - ANEXO (VER CAMPO 1.2 OU 3 DO QUADRO 04)	65 0,00	66 0,00																																																																																				
67 - ANEXO (VER CAMPO 1.2 OU 3 DO QUADRO 04)	67 0,00	68 0,00																																																																																				
81 - REGULARIZAÇÕES A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO, COMUNICADAS PELA DGVIA (Módulo 8100)	81 0,00	> PERÍODOS A QUE RESPEITAM																																																																																				
TOTAL DA BASE TRIBUTÁVEL (1 + 5 + 3 + ... + 10)	90 13 100,20	TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO SUJEITO PASSIVO (20+21+...+81)	91 2 293,00	TOTAL DO IMPOSTO A FAVOR DO ESTADO (2 + 6 + 4 + ... + 68)	92 1 595,81																																																																																	
IMPOSTO A ENTREGAR AO ESTADO (92 - 91) =			93	0,00																																																																																		
CRÉDITO DE IMPOSTO A RECUPERAR (91 - 92) =			94	6 97,19																																																																																		
SOLICITO O REEMBOLSO			95	0,00																																																																																		
EXCESSO A REPORTAR			96	0,00																																																																																		

### Conferência Manual do IVA (Folha de Excel)

	Base 5%	Iva 5%	Base 12%	Iva 12%	Base 20%	Iva 20%
<b>ABRIL</b>	0,00	0	4320,56	518,4672	40,65	8,12
<b>MAIO</b>	0,00	0	2356,12	282,7344	33,35	6,67
<b>JUNHO</b>	0,00	0,00	6.301,13	756,1356	48,39	9,678
<b>SEMESTRE</b>	0,00	0,00	12977,81	1557,34	122,39	24,47
	<b>2432111</b>	<b>2432112</b>	<b>2432113</b>	<b>2432311</b>	<b>2432313</b>	<b>2434</b>
<b>ABRIL</b>	0,45	1,25	23,65		3,33	2,35
	0,33	20,65	12,65		12,76	4,81
	2,14	3,1	67,12		3,86	
	0,99	1,69	20,43		33,65	
	1,24	2,45	2,67		12,76	
	3,65	33,33	65,34		8,81	
	5,24	54,23	78,56			
		3,13	12,65			
			32,66			
			44,56			
<b>MAIO</b>	0,98	42,34	123,65		3,33	
	1,26	1,23	12,57		4,23	
	2,54	3,34	9,65		4,32	2,34
	6,76	24,56	12,34		13,56	
	0,99	21,12	65,12			
	2,47	23,65	28,99			
		2,96	4,54			
			12,68			
			9,34			
			46,24			
<b>JUNHO</b>	1,45	29,65	23,55		3,33	3,25
	5,43	2,67	65,34		1,25	1,25
	2,34	12,32	23,76		2,34	
	0,98	1,54	12,45		45,23	
	2,56	1,11	55,78		43,23	
	1,15	0,23	120,43			
	3,25		12,45			
			32,67			
			63,1			
<b>TOTAL</b>	46,2	286,55	1094,94	0	195,99	14

<b>Base</b>	13100,20
<b>Liquidado</b>	1595,81
<b>Dedutivel</b>	1623,68
<b>Reporte</b>	669,32
<b>Iva a Receber</b>	697,19

# ANEXO 4

---

## Rácios utilizados na Taveiropoc

## 1. Análise Económica

### ► Rácios de Rendibilidade

Rendibilidade dos Capitais Próprios =	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Capital Próprio}}$
Rendibilidade do Activo =	$\frac{\text{RAJI}}{\text{Activo}}$
Rendibilidade Líquida das Vendas =	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Volume de Negócios}}$

### ► Rácios de Actividade

<b>PRAZOS MÉDIOS</b>	
Prazo Médio de Recebimento =	$\frac{\text{Clientes}}{(\text{Volume de Negócios} + \text{IVA})} \times 365$
Prazo Médio de Pagamentos =	$\frac{\text{Fornecedores}}{((\text{Compras} + \text{FSE}) + \text{IVA})} \times 365$
<b>ROTAÇÃO</b>	
Rotação do activo =	$\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Activo}}$

### ► Rácios de Produtividade

VAB por Trabalhador =	$\frac{\text{VAB}}{\text{Volume Médio de Emprego}}$
Vendas por Trabalhador =	$\frac{\text{Volume de Negócios}}{\text{Volume Médio de emprego}}$
Produtividade =	$\frac{\text{VAB}}{\text{Custos com o Pessoal}}$

## 2. Análise Financeira

### ► Curto Prazo

<b>Indicadores de Liquidez:</b>	
Liquidez Geral =	$\frac{\text{Activo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Reduzida =	$\frac{\text{Activo Circulante} - \text{Existências}}{\text{Passivo Circulante}}$
Liquidez Imediata =	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}}$
<b>Fundo de Maneio:</b>	
Fundo de Maneio =	$\text{Activo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$
Ou	
Fundo de Maneio =	$\text{Capitais permanentes} - \text{Activo Fixo}$
<b>Tesouraria Liquida:</b>	
Tesouraria Liquida =	$\text{Fundo Maneio} - \text{NFM}$

### ► Médio e Longo Prazo

Autonomia Financeira =	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Activo}}$
Solvabilidade =	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Passivo}}$
Estrutura dos Capitais Alheios =	$\frac{\text{Passivo Curto Prazo}}{\text{Total do Passivo}}$
Cobertura do Imobilizados por Capitais Próprios =	$\frac{\text{Capitais Próprios}}{\text{Activo imobilizado}}$
Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes =	$\frac{\text{Capitais Permanentes}}{\text{Activo Imobilizado}}$
Endividamento Geral =	$\frac{\text{Capitais Alheios Totais}}{\text{Capital Próprio}}$
Endividamento de Médio e Longo Prazo =	$\frac{\text{Capitais Alheios de Médio Longo Prazo}}{\text{Capital Próprio}}$
Estrutura do Endividamento =	$\frac{\text{Passivo Curto Prazo}}{\text{Total do Passivo}}$
Estrutura do Capital =	$\frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Capital Alheio de Médio e Longo Prazo}}$

### 3. Análise de Risco

#### ► Risco Operacional

Grau de Alavanca Operacional = (GAO)	$\frac{\text{Margem Bruta}}{\text{Resultado Operacional}}$
Ponto Crítico das Vendas =	$\frac{\text{Custos Fixos}}{(\text{Margem Bruta} / \text{Volume de Negócios})}$
Margem de Segurança = 1_	$\frac{\text{Custo Fixos}}{\text{Margem de Segurança}}$

#### ► Risco Financeiro

Grau de Alavanca Financeira = (GAF)	$\frac{\text{Resultado Operacional}}{\text{Resultados Antes de Imposto}}$
--	---

#### ► Risco Global

Grau de Alavanca Combinado =	$\text{GAO} * \text{GAF}$
------------------------------	---------------------------

#### Abreviaturas Utilizadas:

- RAJI – Resultado Antes de Juros e Impostos
- FSE – Fornecimentos e Serviços Externos
- VAB – Valor Acrescentado Bruto
- NFM – Necessidades de Fundo Maneio



# ANEXO 5

---

**Relatório de Análise Financeira realizado na Taveiropoc**

## Análise Económica

Segundo Moreira (1999), a análise económica centra-se essencialmente na apreciação das rubricas da Demonstração de Resultados, de forma a avaliar o desempenho económico da empresa. Esta análise tem como objectivo tentar perceber qual a capacidade da empresa de obter proveitos e de incorrer em custos.

### 1) Evolução e estrutura dos custos e dos proveitos

#### I) ESTRUTURA DOS CUSTOS:

NATUREZAS	2006		2007		2008	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
<b>CMVMC:</b>	<b>200.744,97</b>	<b>63,37%</b>	<b>213.288,45</b>	<b>60,58%</b>	<b>155.500,88</b>	<b>50,04%</b>
Mercadorias	58.510,32	18,47%	56.308,08	15,99%	80,00	0,03%
Matérias	142.234,65	44,90%	156.980,37	44,58%	155.420,88	50,02%
Fornecimentos e Serviços Externos	30.851,65	9,74%	32.420,96	9,21%	35.437,60	11,40%
Custos com Pessoal – Remunerações	51.450,46	16,24%	64.356,27	18,28%	72.026,72	23,18%
Custos com Pessoal – Encargos sociais	15.831,80	5,00%	16.709,95	4,75%	19.359,97	6,23%
Amortizações do exercício	5.079,39	1,60%	6.124,50	1,74%	6.203,68	2,00%
Ajustamentos	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Provisões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Impostos	25,54	0,01%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Outros custos operacionais	480,00	0,15%	1.140,00	0,32%	900,00	0,29%
Custos Financeiros	651,12	0,21%	301,01	0,09%	17.105,16	5,50%
Custos Extraordinários	11.685,98	3,69%	17.756,90	5,04%	4.206,76	1,35%
<b>TOTAL DE CUSTOS</b>	<b>316.800,91</b>	<b>100,00%</b>	<b>352.098,04</b>	<b>100,00%</b>	<b>310.740,77</b>	<b>100,00%</b>

Quadro 1 – Estrutura dos custos

Fonte: elaboração própria

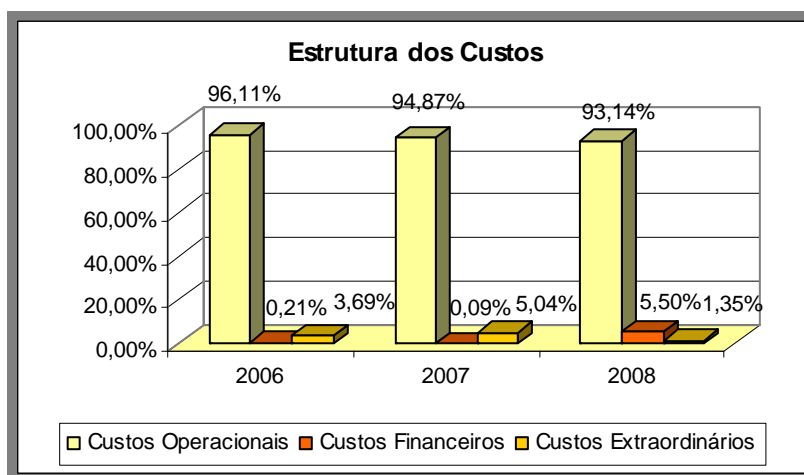
Os custos da empresa Y devem-se na sua maioria: a custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, representando esta rubrica mais de 50% dos custos totais; a custos com o pessoal e a fornecimentos e serviços externos. Os custos com o pessoal têm vindo a aumentar o seu peso no total dos custos. Os fornecimentos e serviços externos rondam os 10% dos custos no período analisado.

As amortizações do exercício têm vindo a possuir um peso cada vez maior na totalidade dos custos, representando 2% destes em 2008.

É de realçar o elevado aumento do peso dos custos financeiros da empresa Y em 2008, representando 5,5% neste ano.

Os custos extraordinários diminuíram bastante em 2008.

O gráfico seguinte mostra-nos a distribuição dos custos da empresa pelas três categorias de custos: operacionais, financeiros e extraordinários.



**Gráfico 1 – Estrutura dos custos**

Fonte: elaboração própria

Podemos verificar que praticamente todos os custos da empresa Y se devem àqueles que têm uma natureza operacional, ou seja, àqueles que decorrem da sua actividade normal. É de realçar que a percentagem destes tem vindo a diminuir de ano para ano. Tal facto deve-se, no ano 2007, ao aumento do peso dos custos extraordinários e no ano seguinte ao aumento dos custos financeiros.

## II) ESTRUTURA DOS PROVEITOS:

NATUREZAS	2006		2007		2008	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Vendas:		0,000%		0,000%		0,000%
Mercadorias	62.450,50	16,907%	59.433,95	14,993%	98,90	0,028%
Produtos	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Prestação de Serviços	306.806,06	83,061%	336.385,41	84,859%	351.653,76	99,764%
Variação da Produção	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Trabalhos para a Própria Empresa	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Proveitos Suplementares	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Subsídios à Exploração	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Outros Proveitos Operacionais	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Reversão de Ajustamentos e Provisões	0,00	0,000%	0,00	0,000%	0,00	0,000%
Proveitos Financeiros	118,81	0,032%	587,51	0,148%	580,79	0,165%
Proveitos Extraordinários	0,00	0,000%	0,00	0,000%	153,34	0,044%
<b>TOTAL DE PROVEITOS</b>	<b>369.375,37</b>	<b>100,000%</b>	<b>396.406,87</b>	<b>100,000%</b>	<b>352.486,79</b>	<b>100,000%</b>

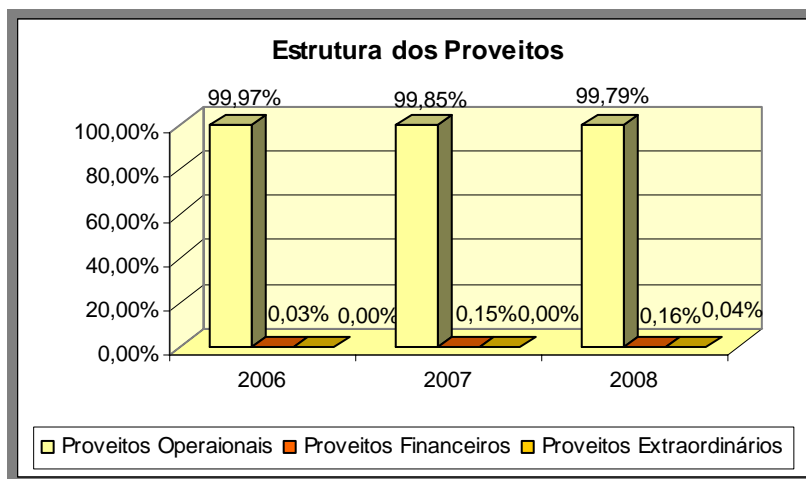
**Quadro 2 – Estrutura dos proveitos**

Fonte: elaboração própria

Os proveitos da empresa Y, no período analisado, devem-se essencialmente às prestações de serviços, que no ano de 2008 representam aproximadamente 100% dos proveitos, representando nos anos anteriores mais de 80% destes. O peso das vendas de mercadorias na totalidade dos proveitos tem vindo a ser cada vez menor, sendo este peso, no ano de 2008, próximo de zero.

Os restantes proveitos representam uma parcela bastante reduzida da totalidade dos proveitos da empresa.

O gráfico seguinte mostra-nos a distribuição dos proveitos pelas três categorias de proveitos: operacionais, financeiros e extraordinários.



**Gráfico 2 – Estrutura dos proveitos**

Fonte: elaboração própria

Como podemos verificar no gráfico anterior os proveitos da empresa Y devem-se, essencialmente, a proveitos operacionais mais propriamente às prestações de serviços.

## 2) Estudo da rendibilidade da empresa

A rendibilidade é uma questão bastante importante em qualquer empresa, uma vez que os seus investidores esperam uma certa rendibilidade dos capitais investidos, em princípio superior à de investimentos alternativos. Moreira (1999) indica que a rendibilidade procura aferir da capacidade da empresa gerar resultados e da dimensão destes.

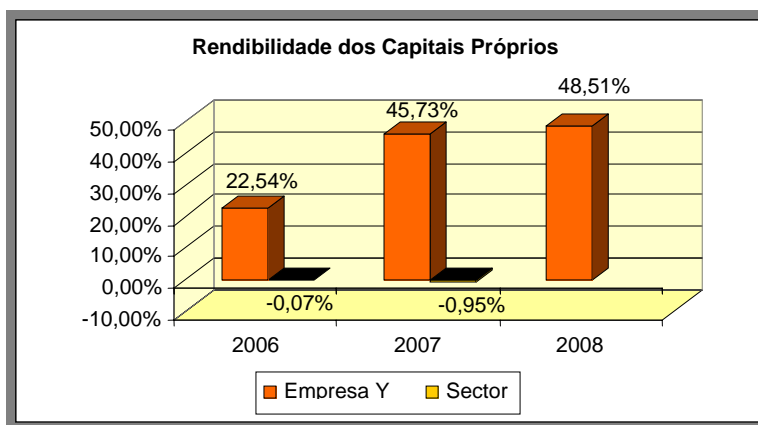
Segundo Nabais (2004), a análise da rendibilidade permite avaliar o desempenho económico e financeiro de uma empresa, identificando os factores que influenciam a rendibilidade.

### I) RENDIBILIDADE DO CAPITAL PRÓPRIO

Segundo Martins (2004), a rendibilidade dos capitais próprios representa a relação entre o lucro líquido obtido num dado exercício e o capital próprio afecto ao financiamento da empresa.

A rendibilidade do capital próprio representa a remuneração do capital investido pelos sócios, ou seja, é a capacidade da empresa obter resultados para os seus sócios, com base na aplicação dos seus capitais próprios que financiam a empresa (Martins, 2004).

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da rendibilidade dos capitais próprios da empresa Y e do sector para o período em análise.



**Gráfico 3 – Rendibilidade dos capitais próprios**

Fonte: elaboração própria

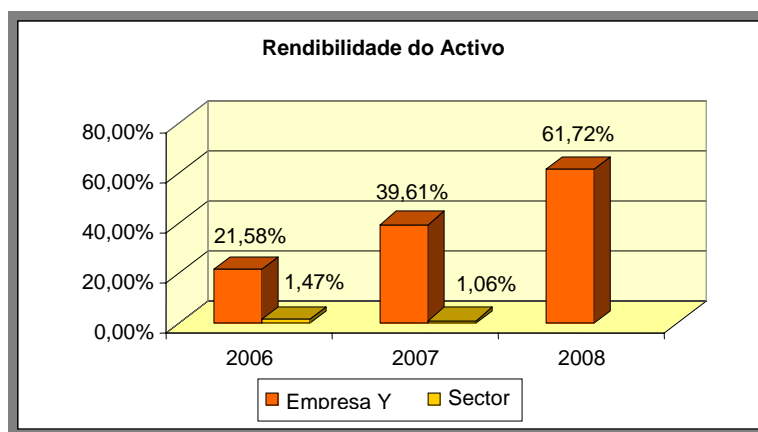
A rentabilidade dos capitais próprios da empresa Y tem vindo a melhorar ao longo dos anos, passando de 22,54%, em 2006, para 45,73% no ano seguinte e 48,51% em 2008. Dada esta evolução positiva, podemos afirmar que, a remuneração dos capitais investidos pelos sócios da empresa tem vindo a aumentar, isto porque, a parte de capitais próprios coberta pelo resultado líquido gerado é cada vez maior.

É de realçar o facto da rentabilidade dos capitais próprios do sector ser negativa para os anos de 2006 e 2007, fruto de um resultado líquido negativo.

## II) RENDIBILIDADE DO ACTIVO

Segundo Moreira (1999), a rentabilidade do activo mede a rentabilidade dos capitais da empresa, independentemente da sua origem. Assim, pode ser visto como a capacidade da entidade em obter resultados para os seus financiadores, por meio dos investimentos realizados.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da rentabilidade do activo da empresa Y ao longo do período em análise.



**Gráfico 4 – Rentabilidade do activo**

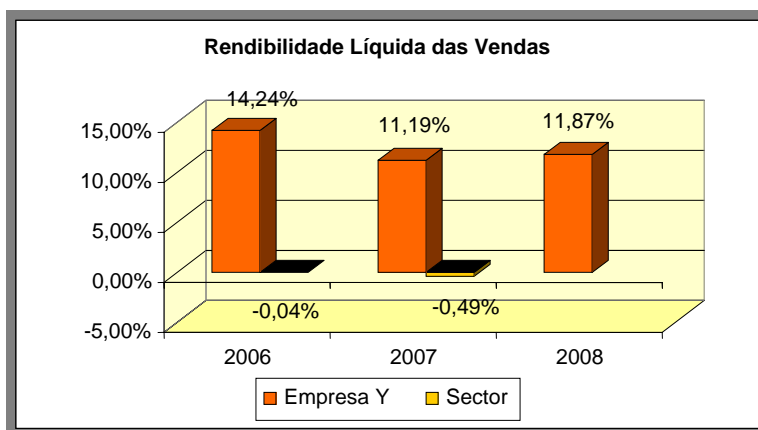
**Fonte: elaboração própria**

A empresa Y apresenta uma rentabilidade do activo bastante positiva, com uma evolução favorável, especialmente, quando comparada com o sector. Esta evolução positiva da rentabilidade do activo, indica que, a capacidade da empresa obter resultados para os seus sócios por meio dos investimentos realizados tem vindo a aumentar ao longo dos anos.

### III) RENDIBILIDADE LÍQUIDA DAS VENDAS

A rentabilidade líquida das vendas mede a capacidade da empresa para obter resultados por via da captação de mercado e através da exploração. Pode ser avaliada pela relação existente entre o resultado líquido e o volume de negócios da empresa.

O gráfico seguinte mostra-nos como tem evoluído a rentabilidade das vendas da empresa Y.



**Gráfico 5 – Rentabilidade líquida das vendas**

Fonte: elaboração própria

A rentabilidade líquida das vendas da empresa Y decresceu de 2006 para 2007, este facto deve-se à diminuição do resultado líquido da empresa neste ano e ao aumento do seu volume de negócios. No ano seguinte, este indicador aumenta ligeiramente fruto de uma diminuição do volume de negócios da empresa superior à diminuição do resultado líquido.

O sector apresenta valores de rentabilidade líquida das vendas negativos nos anos de 2006 e 2007, dado que apresenta resultados líquidos inferiores a zero.

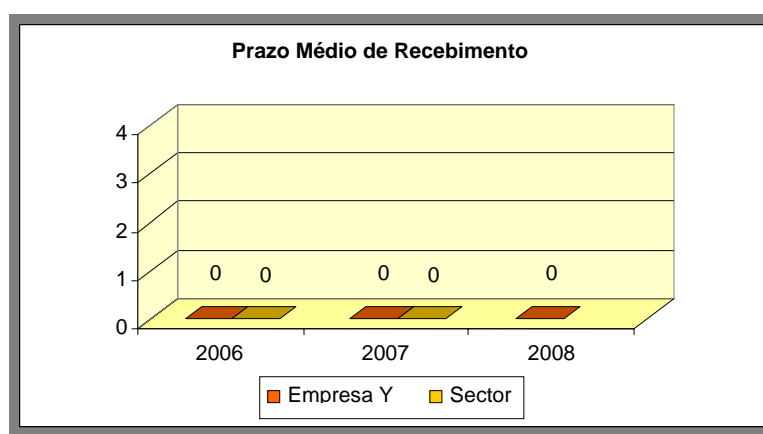
### 3) Estudo da actividade da empresa

#### 3.a) Prazos médios:

- **Prazo médio de recebimento de clientes**

Este indicador dá-nos o número médio de dias que os clientes da empresa demoram a regularizar as suas responsabilidades (Martins, 2004).

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução do número de dias médios que a empresa Y e o sector levam a receber dos seus clientes.



**Gráfico 6 – Prazo médio de recebimentos**

Fonte: elaboração própria

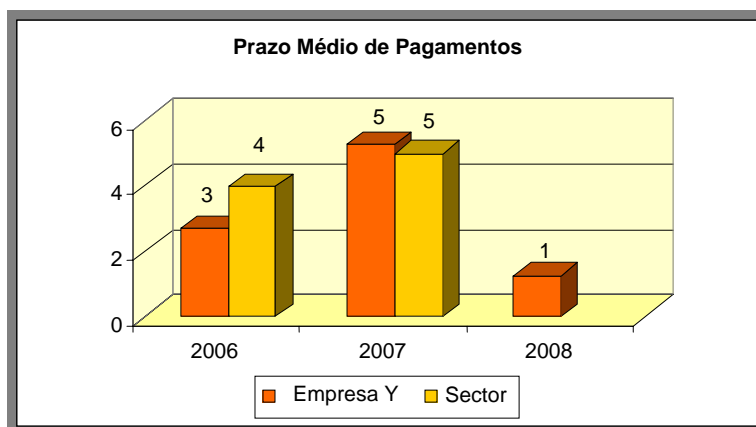
Tanto a empresa como o sector apresentam prazos médios de recebimentos nulos, dada a actividade que exercem. No sector dos cafés, não é frequente utilizar contas correntes para os clientes.

- **Prazo médio de pagamento a fornecedores**

Este indicador mostra-nos o número de dias médio que a empresa leva a regularizar as suas responsabilidades perante os seus fornecedores (Moreira, 1999).

O gráfico seguinte mostra-nos o número de dias médio que a empresa e o sector levam a pagar aos seus fornecedores.





**Gráfico 7 – Prazo médio de pagamentos**

Fonte: elaboração própria

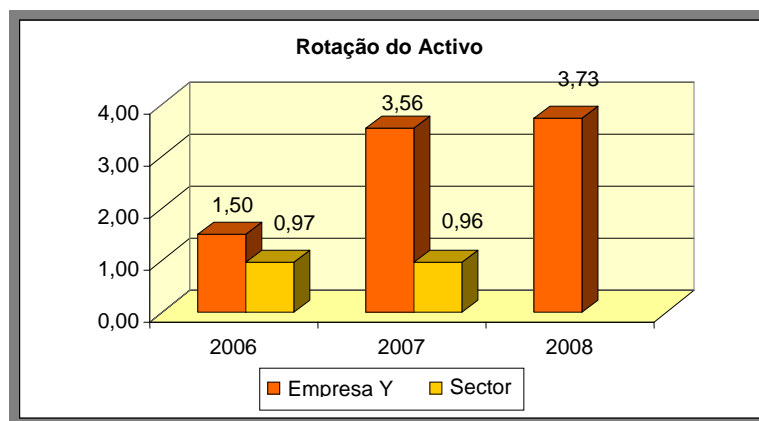
O prazo médio de pagamento aos fornecedores é bastante reduzido tanto na empresa Y como no sector. De realçar o facto de em 2008 a empresa conseguir pagar aos seus fornecedores em média ao fim de 1 dia. No ano 2006, paga em média, ao fim de 3 dias aos seus fornecedores e o sector ao fim de 4 dias. No ano seguinte, tanto a empresa como o sector, pagam aos seus fornecedores em média ao fim de 5 dias.

### 3.b) Rotação:

- **Rotação do activo**

A rotação do activo dá-nos a informação sobre o número de vezes que o activo foi reconstituído pelo volume de negócios. Quanto maior for este indicador, maior o montante dos meios líquidos libertos pela empresa. Pelo contrário, quanto menor for este indicador, maior a possibilidade de sub-utilização dos recursos (Moreira, 1999).

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da rotação do activo da empresa Y e do sector.



**Gráfico 8 – Rotação do activo**

Fonte: elaboração própria

Assistimos a um aumento do número de vezes que o activo da empresa Y é reconstituído pelo seu volume de negócios. É de realçar que, em 2008, o activo da empresa consegue ser reconstituído, aproximadamente, 4 vezes pelo seu volume de negócios. Assim, podemos concluir que a empresa consegue libertar cada vez mais meios libertos líquidos.

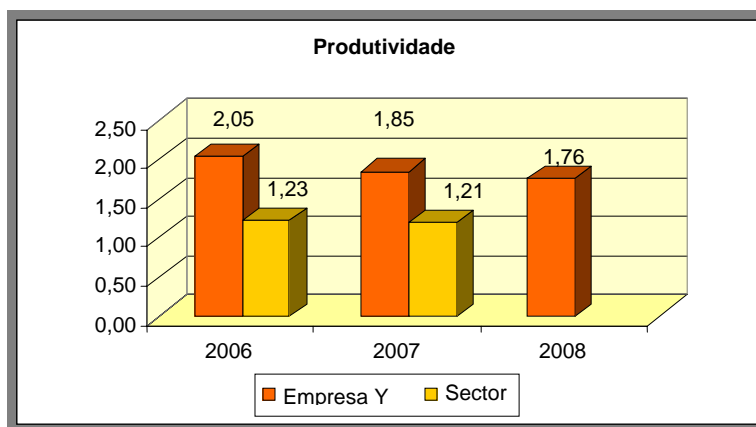
O sector apresenta valores inferiores à unidade, o que nos indica que o activo do sector não consegue ser coberto pelo seu volume de negócios. Este facto indica que, o sector poderá estar a sub-utilizar recursos.

#### **4) Estudo da produtividade da empresa**

- **Produtividade**

Segundo Nabais e Nabais (2004), a produtividade traduz a eficiência dos meios das actividades de uma empresa. Uma forma de medir a produtividade de uma empresa é através da relação entre o Valor Acrescentado Bruto e os custos com o pessoal.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da produtividade da empresa Y e do sector.



**Gráfico 9 – Produtividade**

**Fonte: elaboração própria**

A produtividade da empresa Y tem vindo a diminuir ao longo dos anos. Esta diminuição de produtividade deve-se ao facto dos custos com o pessoal estarem a aumentar numa proporção maior que o seu valor acrescentado bruto.

O sector apresenta valores de produtividade inferiores aos da empresa.

## 5) Síntese da Análise Económica

- ▶ Os custos da empresa Y devem-se na sua maioria aos custos das mercadorias vendidas e matérias consumidas, representando estes mais de metade da totalidade dos custos.
- ▶ As prestações de serviços representam a maioria dos proveitos da empresa, sendo em 2008 este valor próximo de 100%.
- ▶ A rentabilidade dos capitais próprios tem vindo a aumentar, alcançando um valor próximo de 50%, em 2008. Este aumento representa uma capacidade maior por parte da empresa para remunerar os capitais investidos pelos sócios.
- ▶ A rentabilidade do activo tem vindo a aumentar ao longo do período analisado, aumentando assim a capacidade da empresa Y obter resultados através do investimento realizado.
- ▶ A rentabilidade líquida das vendas situa-se entre os 11 e os 14%, notando-se um decréscimo em 2007 devido à diminuição do resultado líquido da empresa.
- ▶ O número médio de dias que a empresa Y leva a receber dos seus clientes é nulo, assim como o do sector. O prazo médio de pagamento a fornecedores situa-se entre 1 e

5 dias nestes período, revelando uma boa capacidade de pagamento aos seus fornecedores.

- ▶ A rotação do activo tem vindo a aumentar, assim sendo, aumenta o número de vezes que o activo da empresa Y é reconstituído pelo seu volume de negócios.
- ▶ A produtividade da empresa tem vindo a diminuir, pois apesar do seu valor acrescentado bruto ser cada vez maior, o acréscimo dos custos com o pessoal é maior.
- ▶ Podemos concluir que, em geral, a empresa Y apresenta um desempenho económico bastante favorável, em especial quando comparado com o sector em que se insere.

## II) Análise Financeira

A análise do equilíbrio financeiro tem por base o estudo do balanço ou de sucessivos balanços e divide-se essencialmente em duas partes: numa primeira fase o estudo do equilíbrio financeiro de curto prazo e numa segunda fase o estudo do equilíbrio financeiro de médio e longo prazo (Moreira, 1999).

### 1) Equilíbrio financeiro de curto prazo

Para o estudo do equilíbrio financeiro de curto prazo serão abordadas duas ópticas: a tradicional e a funcional.

A abordagem tradicional assenta essencialmente no estudo do Fundo Maneio da empresa, analisando também indicadores de liquidez geral, reduzida e imediata da empresa. A abordagem funcional tem como indicador fundamental a Tesouraria Líquida.

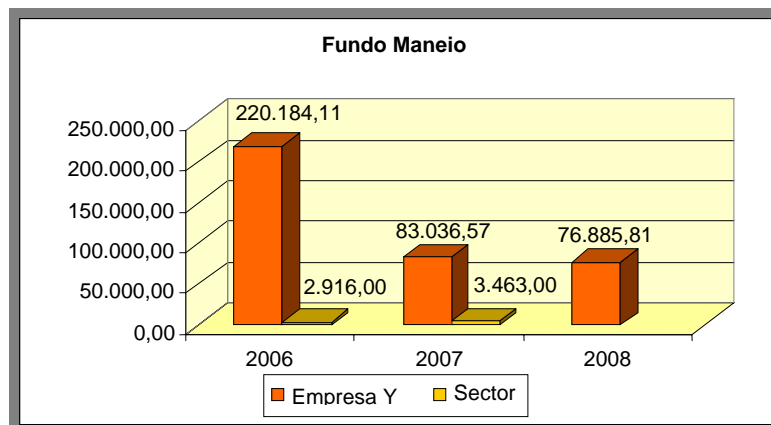
#### 1.a) Abordagem Tradicional

- **Fundo de Maneio:**

Segundo Nabais e Nabais (2004), o fundo maneio é a margem de segurança para que a empresa possa fazer face ao seu passivo cujo grau de exigibilidade é inferior a um ano, assim este indicador traduz-se pela diferença entre o activo circulante e o passivo circulante.

Segundo estes autores, é necessária a existência de um fundo de maneio positivo, uma margem de segurança, para evitar a ruptura da tesouraria.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução do fundo maneio da empresa Y bem como o do sector.



**Gráfico 10 – Evolução do Fundo Maneio**

Fonte: elaboração própria

O fundo maneio da empresa Y tem vindo a diminuir com o passar dos anos. Esta diminuição mostra-nos que a parte excedentária dos activos circulantes depois de cobertos os passivos de curto prazo é cada vez menor. No entanto, esta situação não é preocupante, uma vez que, quando comparado com o sector a empresa apresenta valores muito superiores a este.

- **Liquidez:**

A liquidez é a capacidade da empresa de solver os seus compromissos a curto prazo. Existindo liquidez, pode afirmar-se que a empresa está em equilíbrio financeiro de curto prazo (Moreira, 1999).

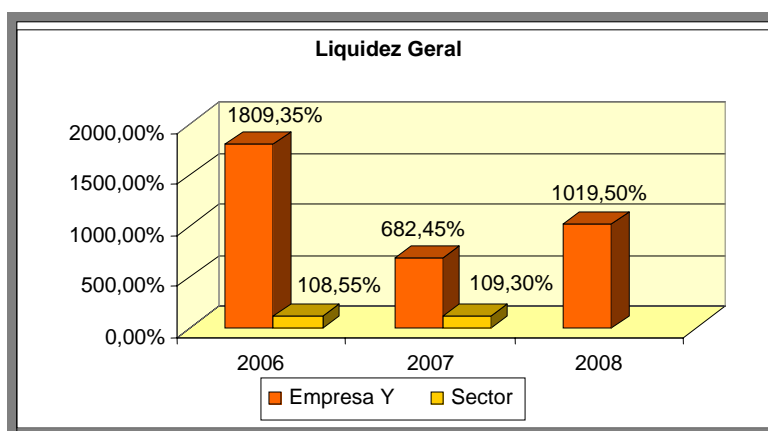
Podemos distinguir três tipos de liquidez: a liquidez geral, a liquidez reduzida e a liquidez imediata.

- ✓ LIQUIDEZ GERAL

A liquidez geral representa a relação entre o activo circulante e o passivo de curto prazo (Martins, 2004). Sendo o activo circulante aquilo que a empresa transforma em dinheiro no prazo de um ano e o passivo circulante aquilo que a empresa tem a pagar nesse

período, o valor apurado neste rácio deve ser superior a 1, para que a empresa se apresente equilibrada financeiramente.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da liquidez geral da empresa Y e do sector.



**Gráfico 11 – Evolução da Liquidez Geral**

Fonte: elaboração própria

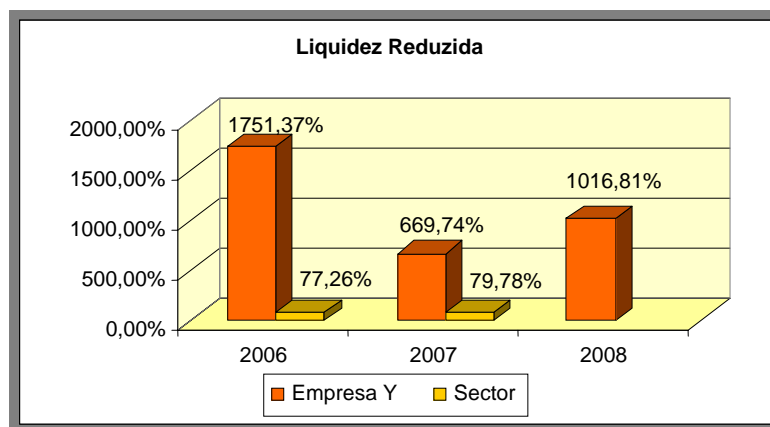
A empresa Y apresenta valores de liquidez geral muito positivos, sendo em 2006 o activo circulante superior ao passivo circulante em 1809%. Nos anos seguintes embora mais reduzida, a liquidez geral é ainda bastante elevada. Estes valores devem-se essencialmente ao reduzido montante de dívidas de curto prazo da empresa face ao seu activo circulante.

O sector apresenta valores de liquidez geral próximo de 100%, o que se revela bastante inferior aos valores da empresa Y.

#### ✓ LIQUIDEZ REDUZIDA

A liquidez reduzida difere da liquidez geral pelo facto de excluir do activo circulante as existências, ou seja, a parte do activo circulante com menor grau de liquidez, e assim sendo, aquela que não pode ser transformada de imediato em dinheiro (Martins, 2004).

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da liquidez reduzida da empresa Y e do sector.



**Gráfico 12 – Evolução da Liquidez Reduzida**

Fonte: elaboração própria

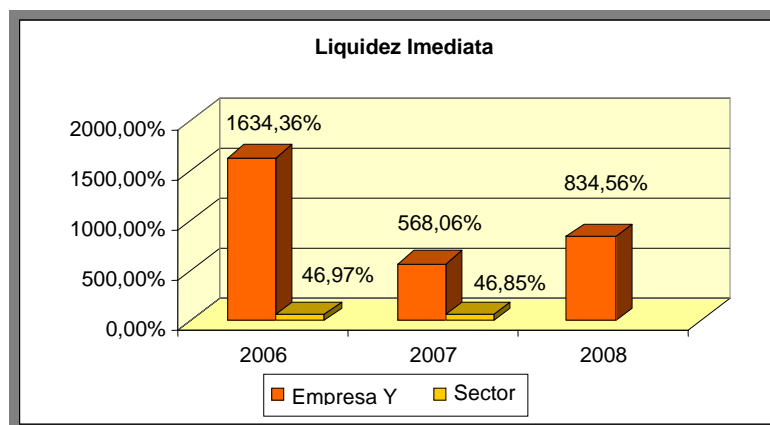
A liquidez reduzida que resulta da parte do activo circulante depois de deduzidas as existências (por serem o activo menos líquido) que cobre os passivos de curto prazo apresenta valores muito elevados, uma vez que, as existências representam menos de 3% do total do activo da empresa Y.

O sector apresenta valores inferiores à unidade, uma vez que nem todos os activos circulantes depois de deduzidas as existências conseguem cobrir o passivo de curto prazo.

✓ LIQUIDEZ IMEDIATA

A liquidez imediata é o rácio que exprime a relação existente entre as disponibilidades e o passivo de curto prazo da empresa (Martins, 2004).

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da liquidez imediata da empresa Y e do sector.



**Gráfico 13 – Evolução da Liquidez Imediata**

Fonte: elaboração própria

A liquidez imediata, que nos mostra a parte do passivo de curto prazo que é coberto pelas disponibilidades da empresa Y é bastante elevada neste período, uma vez que, as disponibilidades representam mais de 70% do activo da empresa. Assim, todas as dívidas de curto prazo conseguem ser cobertas pelas disponibilidades da empresa.

O sector apresenta valores bastante reduzidos de liquidez imediata, uma vez que, as disponibilidades não representam mais de 13% do total do activo.

### 1.b) Abordagem Funcional

A abordagem funcional procura atenuar algumas lacunas produzidas pelo Fundo Maneio na análise tradicional (Martins, 2004). Este indicador representa o resultado que se obtém ao subtrair as necessidades de fundo maneio ao fundo maneio da empresa. O quadro seguinte mostra-nos a evolução do fundo maneio, das necessidades de fundo maneio e da tesouraria líquida da empresa Y e do sector.

	Empresa Y			Sector	
	2006	2007	2008	2006	2007
<b>FUNDO MANEIO LÍQUIDO</b>	220.184,11	83.036,57	76.885,81	2.916,00	3.461,00
<b>NECESSIDADES DE FUNDO MANEIO</b>	15.590,18	5.311,72	6.484,65	4.621,00	5.256,00
<b>TESOURARIA LIQUIDA</b>	204.593,93	77.724,85	70.401,16	-1.705,00	-1.795,00

**Quadro 3 – Evolução do fundo maneio, necessidades de fundo maneio e da tesouraria líquida**

**Fonte: elaboração própria**

A empresa Y apresenta uma situação de equilíbrio financeiro de curto prazo com uma certa segurança nos três anos em análise.

Podemos verificar que existe um fundo maneio positivo, com necessidades de fundo maneio positivas, embora inferiores ao fundo maneio existente, o que traduz uma tesouraria líquida bastante positiva. Embora a tendência seja de diminuição da tesouraria líquida, os valores são ainda bastante razoáveis para assegurar o equilíbrio financeiro de curto prazo da empresa.

O sector apresenta uma tendência diferente, uma vez que apesar de possuir um fundo maneio positivo, este não ser suficiente para cobrir todas as necessidades de fundo maneio, conduzindo a uma tesouraria líquida negativa nos anos de 2006 e 2007.



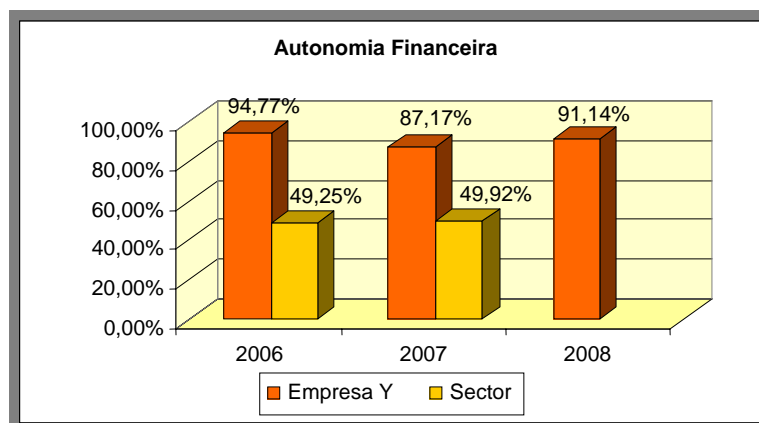
## 2) Equilíbrio financeiro de médio/longo prazo

O equilíbrio financeiro de médio e longo prazo averigua o grau de solidez patrimonial das empresas a longo prazo, isto é, a capacidade de solver compromissos em prazos superiores a um ano (Martins, 2004).

- **AUTONOMIA FINANCEIRA:**

Moreira (1999) define a autonomia financeira como sendo a parte do activo da empresa que é financiada pelos capitais próprios. Um elevado de autonomia financeira é um sinal de solidez financeira (Moreira, 1999).

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da autonomia financeira da empresa comparada com o sector.



**Gráfico 14 – Evolução da autonomia financeira**

**Fonte: elaboração própria**

A empresa Y apresenta bons níveis de autonomia financeira no período analisado, uma vez que o seu activo líquido é praticamente todo coberto pelos seus capitais próprios. Estes valores revelam uma boa capacidade por parte da empresa para fazer face aos investimentos realizados através dos seus capitais próprios, demonstrando uma elevada independência económica face aos seus credores.

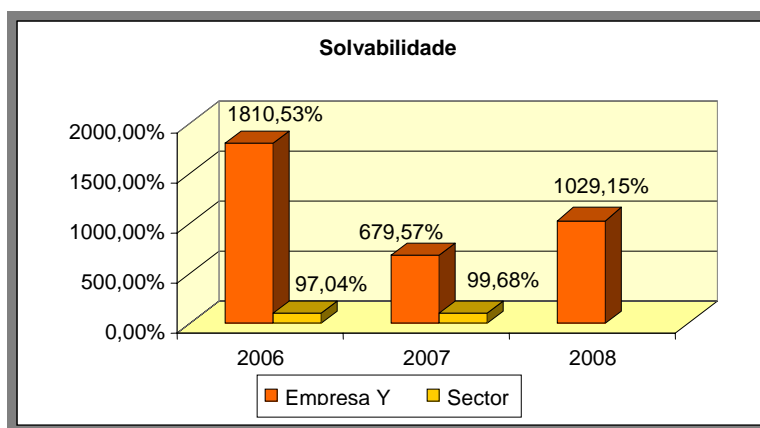
O sector apresenta valores mais reduzidos, apenas conseguindo cobrir cerca de 50% do seu activo recorrendo aos seus capitais próprios.

- **SOLVABILIDADE:**

Este indicador à semelhança da autonomia financeira mede a capacidade da empresa de solver os seus compromissos de médio e longo prazo determinando o grau de independência face a terceiros, tal como indica Nabais e Nabais (2004).

A solvabilidade calcula-se pela relação existente entre o capital próprio da empresa e o seu passivo (Martins, 2004).

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da solvabilidade da empresa Y e do sector.



**Gráfico 15 – Evolução da solvabilidade**

Fonte: elaboração própria

A solvabilidade da empresa Y apresenta valores ainda mais elevados que os apresentados pela autonomia financeira. A solvabilidade, que representa a parte dos passivos coberta pelos capitais próprios, apresenta valores em 2006 próximos de 2000%, sendo menores nos anos seguintes. Este facto deve-se à baixa quantia de passivos que a empresa possui, face a um elevado capital próprio.

O sector apresenta valores inferiores a 100% no anos de 2006 e 2007, o que indica que nem todos os passivos conseguem ser cobertos pelo capital próprio.

- **COBERTURA DO IMOBILIZADO POR CAPITAIS PERMANENTES**

Este rácio mede a proporção do activo fixo líquido que é financiado pelos capitais permanentes da empresa, ou seja, pelos capitais próprios e passivo de médio e longo prazo (Martins, 2004).

O gráfico seguinte mostra-nos como tem evoluído a cobertura do imobilizado da empresa Y por capitais permanentes e os dados do sector para este indicador.

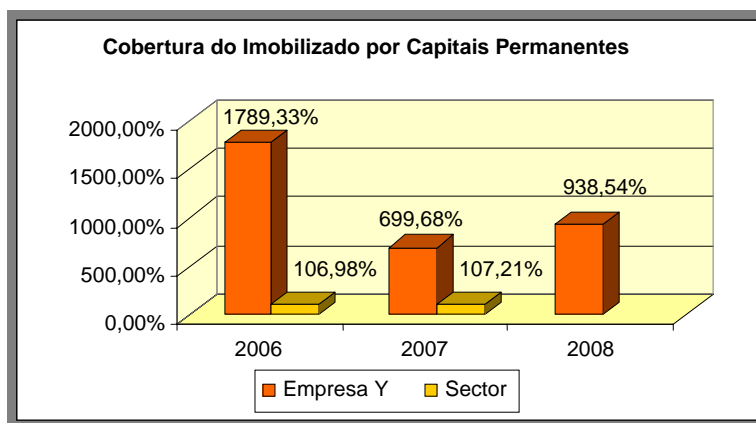


Gráfico 16 – Evolução da cobertura do imobilizado por capitais permanentes

Fonte: elaboração própria

O imobilizado da empresa Y encontra-se coberto na totalidade pelos seus capitais permanentes em cerca de 18 vezes no ano de 2006, 7 vezes em 2007 e 9 vezes no último ano. Estes elevados níveis de cobertura devem-se ao facto do imobilizado apenas representar entre 5 a 12% do activo neste período e a empresa apresentar elevados níveis de capitais permanentes (essencialmente capitais próprios).

O sector apresenta valores próximos de 100%, o que indica que o imobilizado do sector se apresenta coberto uma vez pelos seus capitais permanentes.

- **ENDIVIDAMENTO GERAL**

O indicador de endividamento geral mede em quanto é que o total do passivo de uma empresa é superior ao total dos seus capitais próprios, e assim sendo, limita-se a medir a relação do endividamento com o financiamento próprio, ou seja, é o valor limite entre financiamento próprio (auto financiamento) e o financiamento alheio (endividamento) da empresa.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução do endividamento geral da empresa Y e do sector.

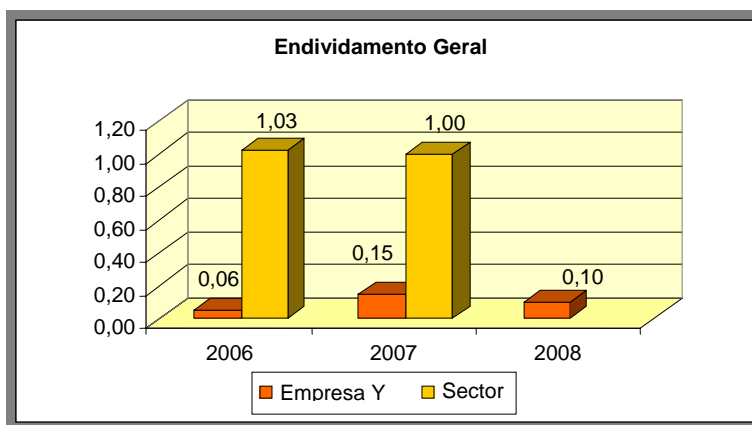


Gráfico 17 – Evolução do endividamento geral

Fonte: elaboração própria

O endividamento da empresa Y encontra-se bastante próximo de zero no período analisado. Em 2006 os capitais alheios apenas representam 6% do capital próprio da empresa, aumentando ligeiramente para 15% em 2007 e decrescendo para 10% em 2008. O sector apresenta um endividamento bastante superior (cerca de 100%). Assim, podemos concluir que, a empresa possui uma elevada capacidade de auto financiamento.

- **ESTRUTURA DO ENDIVIDAMENTO**

A estrutura do endividamento indica-nos a forma como é constituído o endividamento. É dado pela relação entre o passivo de curto prazo e o total do passivo da empresa. Assim, quanto mais próximo de 1 for, mais o endividamento se deve a passivos de curto prazo. O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da estrutura do endividamento da empresa Y e do sector.

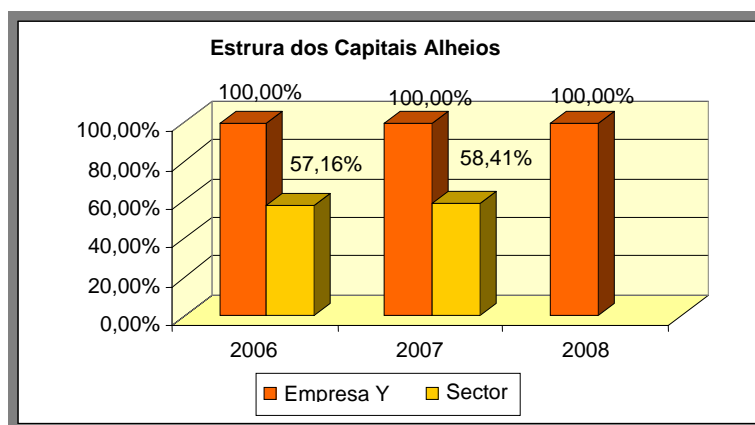


Gráfico 18 – Evolução da estrutura do endividamento

Fonte: elaboração própria

Do gráfico anterior podemos verificar que os capitais alheios da empresa Y se devem apenas a dívidas de curto prazo, cujo grau de exigibilidade é maior. As dívidas de curto prazo do sector representam cerca de 60% da totalidade das dívidas.

### 3) Síntese da análise financeira

Depois de efectuada a análise financeira da empresa Y podemos concluir que relativamente ao equilíbrio financeiro de curto prazo:

- ▶ A empresa apresenta bons níveis de liquidez geral, reduzida e imediata. Este facto demonstra que possui uma boa capacidade para solver os seus compromissos de curto prazo recorrendo aos seus activos de curto prazo, essencialmente através das suas disponibilidades que representam mais de 70% do activo da empresa no período analisado.
- ▶ Apresenta montantes de fundo maneio bastante elevados, e necessidades de fundo maneio positivas. No entanto, apesar das necessidades serem positivas o fundo de maneio é mais que suficiente para as cobrir, o que conduz uma tesouraria líquida bastante positiva, ao contrário do que acontece no sector em que esta é negativa.
- ▶ Assim, podemos concluir, que a empresa Y se apresenta numa situação de equilíbrio financeiro de curto prazo.

Relativamente ao equilíbrio financeiro de médio e longo prazo podemos concluir que:

- ▶ A empresa Y apresenta uma autonomia financeira próxima de 100%, o que significa que praticamente todo o seu activo é cobertos pelos seus capitais próprios.
- ▶ Os valores de solvabilidade são bastante elevados, uma vez que os passivos são bastante reduzidos face ao elevado montante de capitais próprios. É de realçar o ano de 2006 em que os passivos são cobertos em cerca de 18 vezes pelo capital próprios. Estes valores revelam uma boa capacidade por parte da empresa em honrar os seus compromissos de pagamento de dívida nos prazos acordados.
- ▶ O imobilizado da empresa é coberto na totalidade pelos seus capitais permanentes, dado o reduzido montante de imobilizado face aos capitais permanentes.

- ▶ O endividamento geral da empresa Y é bastante reduzido (próximo de zero).
- ▶ A totalidade dos capitais alheios deve-se apenas a dívidas de carácter de curto prazo, e por isso aquelas que possuem um grau de exigibilidade maior.
- ▶ Podemos concluir que a empresa Y apresenta uma situação de equilíbrio financeiro de médio e longo prazo bastante favorável.

### III) Análise de Risco

Segundo Martins (2004), a análise do risco “procura averiguar em que medida os resultados das empresas são sensíveis a um determinado conjunto de factores que influênciam a respectiva actividade.”

O risco pode ser definido como a possibilidade de perda, isto é, quanto maior a possibilidade de perda, maior o risco associado à empresa. Na análise económico-financeira, pode dizer-se que o risco que ela apresenta será tanto maior quanto maior for a possibilidade de que os fluxos financeiros que à partida se espera ter no futuro não se venham a verificar ou se verifiquem com menor dimensão do que a esperada.

#### 4) Risco Operacional ou risco de negócio

Segundo Martins (2004), o risco operacional diz respeito à probabilidade de os resultados operacionais serem positivos ao longo do período do tempo e serem os adequados. Para Nabais e Nabais (2004), o risco operacional “pode ser definido como a incerteza inerente às projecções do resultado operacional ou do resultado de exploração”.

São várias as formas que temos de avaliar o risco de negócio. Iremos analisar três delas: o grau de alavanca operacional; o ponto crítico das vendas; e a margem de segurança.

### 1.a) Grau de Alavanca Operacional

“O grau de alavanca operacional mede a sensibilidade dos resultados operacionais às variações das vendas” (Martins, 2004). Quanto maior for este valor maior será o risco operacional das vendas.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução do grau de alavanca operacional (GAO) da empresa Y ao longo dos três últimos anos.



**Gráfico 19 – Evolução do Grau de Alavanca Operacional**  
Fonte: elaboração própria

O grau de alavanca operacional da empresa tem vindo a aumentar ao longo dos anos, o que nos indica, um aumento do risco operacional (risco negócio).

Este aumento mostra-nos que o resultado operacional da empresa é cada vez mais sensível às vendas. Em 2006, um aumento de 1% nas vendas resultava num aumento de 2,59% no resultado operacional, assim como uma descida de 1% nas vendas resultava num decréscimo de 2,59% no resultado operacional. Em 2007 este valor sobe para 2,94% e no ano seguinte para 3,13%.

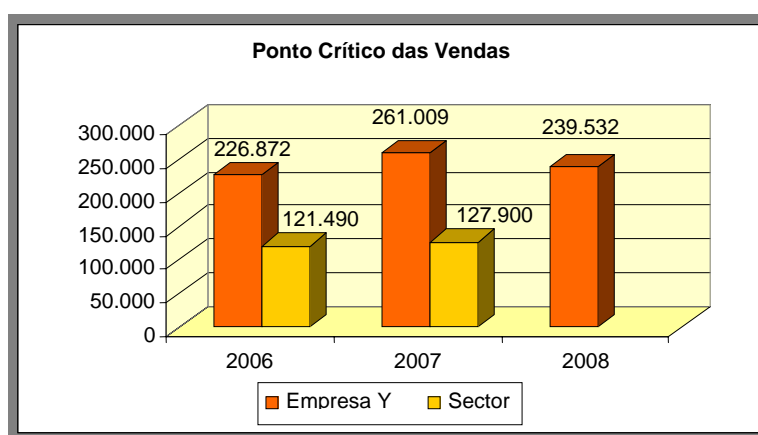
Quando comparado com o sector, a empresa Y apresenta um risco de negocio bastante reduzido. Podemos verificar que, o grau de dependência do resultado operacional às vendas é bastante elevado no sector.

### 1.b) Ponto Crítico das Vendas

O ponto crítico das vendas é o valor das vendas para o qual o resultado é nulo (Martins, 2004). Este ponto identifica a importância das vendas para que a empresa não obtenha lucro nem prejuízo.

Quanto maior for o ponto crítico das vendas maior o risco que a empresa apresenta, pois maior será o valor das vendas que a empresa tem de apresentar para que o resultado seja nulo. Pelo contrário, quanto mais baixo for o ponto crítico das vendas, mais facilmente a empresa conseguirá atingir o ponto a partir do qual começa a ter resultados operacionais positivos, para isto a empresa terá de reduzir os seus custos fixos, e por consequência diminuirá o seu risco económico.

No gráfico seguinte são apresentados os valores dos pontos críticos das vendas da empresa Y para o período em análise.



**Gráfico 20 – Evolução do ponto crítico das vendas (em valor)**

Fonte: elaboração própria

O ponto crítico das vendas da empresa aumentou de 2006 para 2007, de 226.872€ para 261.009€. Este aumento torna-se prejudicial, uma vez que, a empresa necessita de vender mais em 2007 para atingir o ponto em que os resultados passam de negativos a positivos. Em 2008, este ponto diminui para 239.532€.

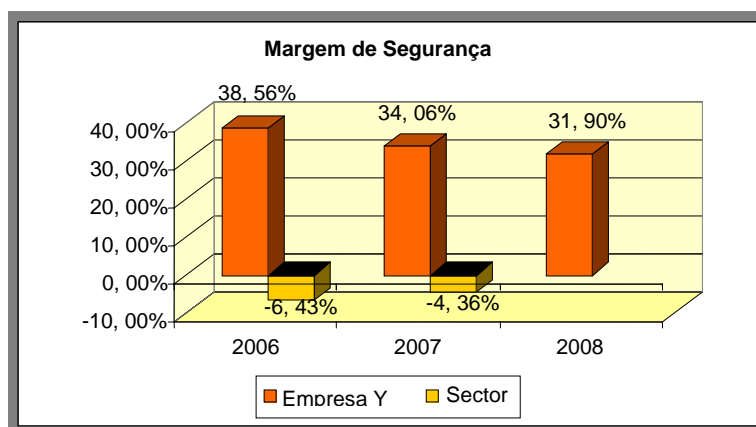
O ponto crítico das vendas do sector é bastante mais reduzido que o da empresa para os anos de 2006 e 2007.

### **1.c) Margem de Segurança**

A margem de segurança de uma empresa indica-nos o distanciamento que existe entre o valor das vendas atingido normalmente e o ponto crítico (Martins, 2004). Quanto mais baixa for a margem de segurança, maior será o risco económico, visto a empresa funcionar muito próximo do ponto crítico, podendo a qualquer momento entrar na zona de prejuízos.



O gráfico seguinte mostra-nos a evolução da margem de segurança da empresa Y para o período em análise.



**Gráfico 21 – Evolução da margem de segurança**

Fonte: elaboração da empresa

A margem de segurança da empresa tem vindo a diminuir ao longo dos anos. No entanto, apesar deste decréscimo, apresenta valores bastante razoáveis. Em 2006 as vendas podiam diminuir 38,56% para que a empresa atingisse o ponto em que não obtém lucro nem prejuízo. No ano seguinte diminui esta margem para 34,06% e em 2008 para 31,90%.

O sector apresenta uma margem de segurança negativa, o que significa que está a vender abaixo do seu ponto crítico das vendas, obtendo assim resultados negativos.

## 5) Risco Financeiro

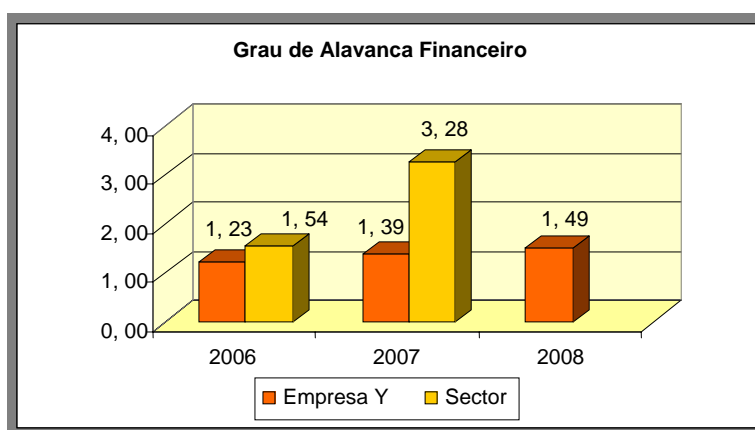
O risco financeiro diz respeito à incerteza relativamente à obtenção de resultados positivos devido à utilização de capitais alheios, os quais originam encargos financeiros. Quanto maior for o peso do financiamento alheio na estrutura de capitais, mais elevado será o risco financeiro (Martins, 2004).

### 2.a) Grau de Alavanca Financeiro

O grau de alavanca financeiro é um indicador que quantifica o risco financeiro.

Segundo Nabais e Nabais (2004), este indicador “avalia a capacidade de o negócio da empresa fazer face aos compromissos financeiro”. Assim, segundo estes autores, quanto maior for este rácio maior é o risco financeiro da empresa.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução do grau de alavanca financeiro da empresa Y no período em análise.



**Gráfico 22 – Evolução do Grau de Alavanca Financeiro**

Fonte: elaboração própria

O grau de alavanca financeiro da empresa Y tem vindo a aumentar, o que nos indica um aumento do risco financeiro. O sector apresenta a mesma evolução da empresa.

## 6) Risco Global

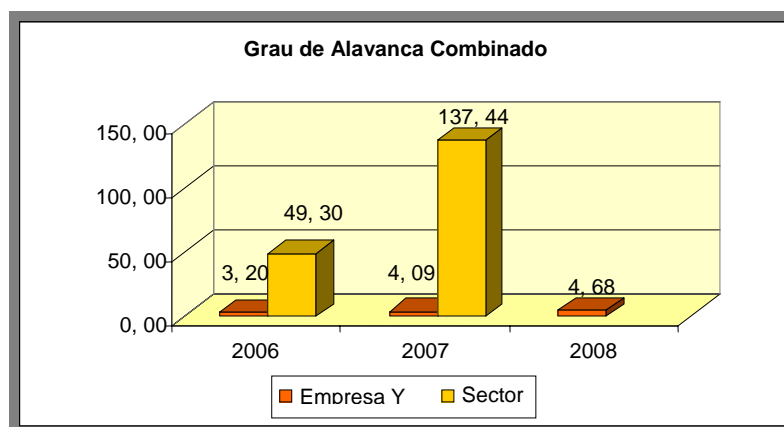
Segundo Martins (2004), o risco global incorpora os dois tipos riscos anteriormente referidos (operacional e financeiro), estando ligado à rendibilidade operacional e à situação financeira. O grau de alavanca combinado é um dos rácios utilizados para medir o risco global.

### 3.a) Grau de Alavanca Combinado

O grau de alavanca combinado mede a sensibilidade do resultado corrente às variações do volume de vendas. Este indicador é traduzido pelo produto do grau de alavanca operacional e do grau de alavanca financeiro (Martins, 2004).

Segundo Martins (2004), quanto mais elevado for o grau de alavanca combinado, maior é o risco global da empresa.

O gráfico seguinte mostra-nos a evolução do grau de alavanca combinado da empresa Y.



**Gráfico 23 – Evolução do Grau de Alavanca Combinado**

Fonte: elaboração própria

Da combinação do grau de alavanca operacional e do grau de alavanca financeira resulta um aumento ao longo do período analisado do risco global da empresa Y.

O sector apresenta valores de risco global bastante mais elevados que a empresa.

## 7) Conclusão da Análise de Risco

- ▶ O risco operacional ou risco de negócio da empresa Y tem vindo a aumentar ao longo dos anos, o que traduz uma maior sensibilidade do resultado operacional às vendas.
- ▶ O ponto crítico das vendas, ou seja, aquele a partir do qual a empresa passa de resultados negativos a positivos, aumento no ano de 2007 face ao anterior, voltando a diminuir em 2008.
- ▶ A margem de segurança tem vindo a diminuir, o que indica um menor distanciamento do valor das vendas face ao ponto crítico das vendas. Apesar desta diminuição a empresa apresenta ainda valores bastante razoáveis, superiores a 30%.
- ▶ O risco financeiro da empresa Y tem vindo a aumentar ao longo dos anos.
- ▶ Assim, podemos concluir, que o risco da empresa Y tem vindo a aumentar ao longo do período analisado, no entanto, este é bastante mais reduzido que o apresentado pelo sector em que se insere.

# ANEXO 6

---

## Programa das conferências assistidas

## Conferência 1: “Empreend. C – Um Desafio nas Tuas Mãos.”

empreend · C  
UM DESAFIO NAS TUAS MÃOS

→ CASOS REAIS  
→ MÚLTIPLAS RESPOSTAS  
→ UMA SOLUÇÃO

Testa a tua capacidade  
Empreendedora!  
Vem e traz um amigo!

14 Maio 2009 | 15h00  
Anfiteatro Nobre  
Departamento de  
Engenharia Química  
Polo II

Mais informações  
em [www.uc.pt/gats](http://www.uc.pt/gats)

### Programa:

- ▶ **Exposição de seis casos reais que se desenvolveram em Coimbra, de quem ousou acreditar no poder de uma ideia, nomeadamente:**
  - Como de uma pesquisa académica, centrada na história de uma região, se chegou ao maior jogo de estratégia para PC português.
  - Como a decisão de uma empresa estrangeira abandonar Coimbra abriu portas ao projecto com maior sucesso na Indústria Farmacêutica da Região.
  - Como sem dinheiro, nem meios, foi possível garantir a distribuição de refeições a quem mais precisa.
  - Como de um laboratório, se desenvolve uma promissora tecnologia e se cria uma empresa muito ambiciosa.

- Como um grupo de microempresários se uniu, com sucesso, numa rede de apoio ao desenvolvimento de pequenos produtores locais.
  - Como uma tecnologia, mais uma equipa de estudantes e um dedicado grupo de investigação poderão ser a receita para o sucesso.
- 
- ▶ Confrontar os participantes com momentos decisivos na gestão, nascimento e crescimento de um novo projecto.
  - ▶ Apresentação da escolha/razões do (s) empreendedor (es) num momento de tomada de decisão.

**Objectivo da conferência:**

- ▶ Testar a capacidade empreendedora dos participantes

## Conferência 2: “ O novo normativo contabilístico – as mudanças necessárias”



### Seminário

## O NOVO NORMATIVO CONTABILÍSTICO: AS MUDANÇAS NECESSÁRIAS

**Data da Realização: 26 de Junho de 2009**

**Horário: das 14:30h às 18:30h**

**Local: Centro de Eventos dos Pousos - Quinta das Palmeiras - Leiria**

### SAIBA

- O que muda com a entrada do SNC;
- Enquadrar o novo normativo na harmonização contabilística internacional;
- Como proceder quando aplicar as novas normas pela primeira vez;
- Que tarefas deve desempenhar para conseguir uma transição tranquila;
- Identificar as diferenças entre o SNC e o POC (que deixa de vigorar);
- Em que consistem os novos modelos de demonstrações financeiras e quais os benefícios decorrentes dos mesmos.

## PREPARE A SUA EMPRESA PARA AS NIC

### Programa

- 14:30** Recepção aos participantes
- 14:45** Enquadramento internacional do SNC
- 15:00** Estrutura do SNS e diferenças em relação ao POC
- 15:15** Principais diferenças no código de contas
- 16:30** *Coffee-Break*
- 17:00** Os novos modelos de demonstrações financeiras
- 17:45** Aplicar o SNC pela primeira vez
- 18:30** Encerramento

# ANEXO 7

---

## Apuramento da Tesouraria Líquida



### Exemplo de apuramento da tesouraria líquida

	1997	1998
1.Capital próprio	508 751	577 198
2.Capital alheio estável	18 456	14 318
3.CAPITAIS PERMANENTES (1) + (2)	527 207	591 516
4.Imobilizado de exploração	159 159	195 255
5.Outros valores imobilizados	98 927	107 965
6.ACTIVO FIXO LÍQUIDO (4)+(5)	258 086	303 220
7.FUNDO DE MANEIO LÍQUIDO (3)-(6)	269 121	288 296
8.Clientes	295 365	361 145
9.Existências	350 570	428 101
10.Adiantamentos a fornecedores		
11.Estado e outros entes públicos (a receber)	425	213
12.Outros devedores de exploração	22 123	21 841
13.NECESSIDADES CÍCLICAS (8)+(9)+(10)+(11)+(12)	668 483	811 299
14.Fornecedores	355 653	475 176
15.Adiantamentos de clientes		
16.Estado e outros entes públicos (a pagar)	21 863	30 305
17.Outros credores de exploração	55 662	69 480
18.RECURSOS CÍCLICOS (14)+(15)+(16)+(17)	433 178	574 961
19.NEC. DE FUNDO DE MANEIO (13)-(18)	235 305	236 338
20.TESOURARIA LÍQUIDA (7)-(19)	33 816	51 958

# ANEXO 8

---

**Modelos das Demonstrações Financeiras propostos pelo SNC**

Entidade: .....

BALANÇO (INDIVIDUAL ou CONSOLIDADO) EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 XXX N	31 XXX N-1
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Goodwill			
Activos intangíveis			
Activos biológicos			
Participações financeiras – método da equivalência patrimonial			
Participações financeiras – outros métodos			
Accionistas/sócios			
Outros activos financeiros			
Activos por impostos diferidos			
Activo corrente			
Inventários			
Activos biológicos			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Activos financeiros detidos para negociação			
Outros activos financeiros			
Activos não correntes detidos para venda			
Caixa e depósitos bancários			
<b>Total do activo</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado			
Ações (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Ajustamentos em activos financeiros			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Interesses minoritários			
<b>Total do capital próprio</b>			
<b>Passivo</b>			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Diferimentos			
Passivos financeiros detidos para negociação			
Outros passivos financeiros			
Passivos não correntes detidos para venda			
<b>Total do passivo</b>			
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>			

(1) – O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Entidade: .....

**DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N**

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		+ / -	+ / -
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos e ganhos		+	+
Outros gastos e perdas		-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		- / +	- / +
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
<b>Resultado líquido do período</b>		=	=
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>			
<b>Resultado líquido do período atribuível a: (2)</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		=	=
<b>Resultado por acção básico</b>			

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Entidade: .....  
**DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES**  
 PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
<b>Resultado bruto</b>		=	=
Outros rendimentos		+	+
Gastos de distribuição		-	-
Gastos administrativos		-	-
Gastos de investigação e desenvolvimento		-	-
Outros gastos		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		=	=
Gastos de financiamento (líquidos)		-	-
<b>Resultados antes de impostos</b>		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
<b>Resultado líquido do período</b>		=	=
<b>Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período</b>			
<b>Resultado líquido do período atribuível a: (2)</b>			
Detentores do capital da empresa-mãe			
Interesses minoritários		=	=

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

(2) Esta informação apenas será fornecida no caso de contas consolidadas

Entidade: .....  
 DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N-1

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses minoritários	Total do Capital Próprio		
		Capital realizado	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio			Resultado líquido do período	Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N-1</b>	1														
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>															
Primeira adopção de novo referencial contabilístico															
Alterações de políticas contabilísticas															
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras															
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis															
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações															
Ajustamentos por impostos diferidos															
Outras alterações reconhecidas no capital próprio															
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	2														
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	3														
	4=2+3														
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>															
Realizações de capital															
Realizações de prémios de emissão															
Distribuições															
Entradas para cobertura de perdas															
Outras operações															
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N-1</b>	5														
	6=1+2+3+5														

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Entidade: .....  
DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Total do Capital Próprio					
		Capital realizado	Ações (quotas) próprias	Prestações suplementares e outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários		
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO N</b>	6																
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>																	
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																	
Alterações de políticas contabilísticas																	
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																	
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis																	
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações																	
Ajustamentos por impostos diferidos																	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																	
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	7																
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	8																
	9=7+8																
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>																	
Realizações de capital																	
Realizações de prémios de emissão																	
Distribuições																	
Entradas para cobertura de perdas																	
Outras operações																	
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO N</b>	10																
	6+7+8+10																

(1) - O euro, admitido-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Entidade: .....

**DEMONSTRAÇÃO (INDIVIDUAL/CONSOLIDADA) DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N**

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo</b>			
Recebimentos de clientes		+	+
Pagamentos a fornecedores		-	-
Pagamentos ao pessoal		-	-
Caixa gerada pelas operações		+/-	+/-
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-/+	-/+
Outros recebimentos/pagamentos		+/-	+/-
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		+/-	+/-
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		-	-
<i>Activos intangíveis</i>		-	-
<i>Investimentos financeiros</i>		-	-
<i>Outros activos</i>		-	-
Recebimentos provenientes de:			
<i>Activos fixos tangíveis</i>		+	+
<i>Activos intangíveis</i>		+	+
<i>Investimentos financeiros</i>		+	+
<i>Outros activos</i>		+	+
<i>Subsídios ao investimento</i>		+	+
<i>Juros e rendimentos similares</i>		+	+
<i>Dividendos</i>		+	+
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		+/-	+/-
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		+	+
<i>Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		+	+
<i>Cobertura de prejuízos</i>		+	+
<i>Doações</i>		+	+
<i>Outras operações de financiamento</i>		+	+
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		-	-
<i>Juros e gastos similares</i>		-	-
<i>Dividendos</i>		-	-
<i>Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio</i>		-	-
<i>Outras operações de financiamento</i>		-	-
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		+/-	+/-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		+/-	+/-
Efeito das diferenças de câmbio		+/-	+/-
Caixa e seus equivalentes no início do período		...	...
Caixa e seus equivalentes no fim do período		...	...

(1) – O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros



# ANEXO 9

---

**Modelos reduzidos das Demonstrações Financeiras propostos pelo  
SNC**

Entidade: .....

BALANÇO EM XX DE YYYYYY DE 200N (modelo reduzido)

UNIDADE MONETARIA (1)

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 XXX N	31 XXX N-1
<b>ACTIVO</b>			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis			
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Accionistas/sócios			
Activo corrente			
Inventários			
Clientes			
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Outras contas a receber			
Diferimentos			
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários			
Total do activo			
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>Capital próprio</b>			
Capital realizado			
Acções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período			
Total do capital próprio			
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros entes públicos			
Accionistas/sócios			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outras contas a pagar			
Outros passivos financeiros			
Total do passivo			
Total do capital próprio e do passivo			

(1) – O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

Entidade: .....  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (modelo reduzido)  
 PERÍODO FINDO EM XX DE YYYYYY DE 200N

UNIDADE MONETÁRIA (1)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		N	N-1
Vendas e serviços prestados		+	+
Subsídios à exploração		+	+
Variação nos inventários da produção		+ / -	+ / -
Trabalhos para a própria entidade		+	+
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	-
Fornecimentos e serviços externos		-	-
Gastos com o pessoal		-	-
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		- / +	- / +
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		- / +	- / +
Provisões (aumentos/reduções)		- / +	- / +
Outras imparidades (perdas/reversões)		- / +	- / +
Aumentos/reduções de justo valor		+ / -	+ / -
Outros rendimentos e ganhos		+	+
Outros gastos e perdas		-	-
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		=	=
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		- / +	- / +
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		=	=
Juros e rendimentos similares obtidos		+	+
Juros e gastos similares suportados		-	-
<b>Resultado antes de impostos</b>		=	=
Imposto sobre o rendimento do período		- / +	- / +
<b>Resultado líquido do período</b>		=	=

(1) - O euro, admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de euros

# ANEXO 10

---

## **Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro**

<b>NCRF – NORMAS CONTABILÍSTICAS E DE RELATO FINANCEIRO</b>		<b>NORMAS IASB</b>
1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras	IAS 1
2	Demonstração de Fluxos de Caixa	IAS 7
3	Adopção pela primeira vez das NCRF	IFRS 1
4	Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros	IAS 8
5	Divulgação de Partes Relacionadas	IAS 24
6	Activos Intangíveis	IAS 38
7	Activos Fixos Tangíveis	IAS 16
8	Activos Não Correntes Detidos para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas	IFRS 5
9	Loações	IAS 17
10	Custos de Empréstimos Obtidos	IAS 23
11	Propriedades de Investimento	IAS 40
12	Imparidade de Activos	IAS 36
13	Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas	IAS 28 e 31
14	Concentrações de Actividades Empresarias	IFRS 3
15	Investimentos em Subsidiárias e Consolidação	IAS 27
16	Exploração e Avaliação de Recursos Minerais	IFRS 6
17	Agricultura	IAS 41
18	Inventários	IAS 2
19	Contratos de Construção	IAS 11
20	Rédito	IAS 18
21	Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes	IAS 37
22	Contabilização dos Subsídios do Governo e Divulgação de Apoios do Governo	IAS 20
23	Os Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio	IAS 21
24	Acontecimentos Após a Data do Balanço	IAS 10
25	Impostos Sobre o Rendimento	IAS 12
26	Matérias Ambientais	
27	Instrumentos Financeiros	IAS 32–39–7
28	Benefícios dos Empregados	IAS 19

# ANEXO 11

---

**Alterações das contas do Balanço e da Demonstração de Resultados  
provocadas pelo SNC**

## BALANÇO

Cod.	POC	SNC
<b>1</b>	<b>Disponibilidades</b>	<b>Meios Financeiros Líquidos</b>
11	Caixa	Caixa
12	Depósitos á ordem	Depósitos Bancários
13	Depósitos a prazo	Outros Depósitos Bancários
14	Outros depósitos bancários	Instrumentos Financeiros
15	Títulos negociáveis	
18	Outras aplicações de tesouraria	
19	Ajustamentos de aplicações de tesouraria	
<b>2</b>	<b>Terceiros</b>	<b>Contas a Receber e a Pagar</b>
21	Clientes	Clientes
22	Fornecedores	Fornecedores
23	Empréstimos obtidos	Pessoal
24	Estado e outros entes públicos	Estados e Outros Entes Públicos
25	Accionistas/sócios	Financiamentos Obtidos
26	Outros devedores e credores	Accionistas/Sócios
27	Acréscimos e diferimentos	Outras Contas a Receber e a Pagar
28	Ajustamentos de dívidas a receber	Diferimentos
29	Provisões	Provisões
<b>3</b>	<b>Existências</b>	<b>Inventário e Activos Biológicos</b>
31	Compras	Compras
32	Mercadorias	Mercadorias
33	Produtos acabados e intermédios	Matérias - Primas Subsidiárias e de Consumo
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	Produtos Acabados e Intermédios
35	Produtos e trabalhos em curso	Subprodutos, Desperdícios, Resíduos e Refugos
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Produtos e Trabalhos em Curso
37	Adiantamentos por conta de compras	Activos Biológicos
38	Regularizações de existências	Reclassificações e Regularizações de Inventários e Activos Biológicos
39	Ajustamentos de existências	Adiantamentos por Conta de Compras
<b>4</b>	<b>Imobilizações</b>	<b>Investimentos</b>
41	Investimentos financeiros	Investimentos Financeiros
42	Imobilizações corpóreas	Propriedades de Investimento
43	Imobilizações incorpóreas	Activos Fixos Tangíveis
44	Imobilizações em curso	Activos Intangíveis
45		Investimentos em Curso
46		Activos não Correntes Detidos para Venda
48	Amortizações acumuladas	
49	Ajustamentos de investimentos financeiros	
<b>5</b>	<b>Capital, reservas e resultados transitados</b>	<b>Capital, Reservas e Resultados Transitados</b>
51	Capital	Capital
52	Acções (quotas) próprias	Acções (quotas) próprias
53	Prestações suplementares	Prestações Suplementares e Outros Instrumentos de Capital Próprio
54	Prémios de emissão de acções (quotas)	Prémios de Emissão
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	Ajustamentos em Activos Financeiros
56	Reservas de reavaliação	Excedentes de Revalorização de Activos Fixos Tangíveis e Intangíveis
57	Reservas	Outras Variações no Capital Próprio
58		Reservas
59	Resultados transitados	Resultados Transitados

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

6	<b>Custos e perdas</b>	<b>Gastos</b>
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
62	Fornecimentos e serviços externos	Fornecimentos e Serviços Externos
63	Impostos	Gastos com o Pessoal
64	Custos com o pessoal	Gastos de Depreciação e de Amortização
65	Outros custos e perdas operacionais	Perdas por Imparidade
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	Perdas por Redução de Justo Valor
67	Provisões do exercício	Provisões do Exercício
68	Custos e perdas financeiros	Outros Gastos e Perdas
69	Custos e perdas extraordinários	Gastos e Perdas de Financiamento
7	<b>Proveitos e ganhos</b>	<b>Rendimentos</b>
71	Vendas	Vendas
72	Prestações de serviços	Prestações de Serviços
73	Proveitos suplementares	Variações nos inventários da Produção
74	Subsídios à exploração	Trabalhos para a Própria Entidade
75	Trabalhos para a própria empresa	Subsídios à Exploração
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	Reversões
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	Ganhos por Aumentos de Justo Valor
78	Proveitos e ganhos financeiros	Outros Rendimentos e Ganhos
79	Proveitos e ganhos financeiros	Rendimentos e Ganhos de Financiamento
8	<b>Resultados</b>	<b>Resultados</b>
81	Resultados Operacionais	Resultado Líquido do Período
82	Resultados Financeiros	
83	(Resultados Correntes)	
84	Resultados Extraordinários	
85	(Resultado Antes de Impostos)	
86	Impostos Sobre o Rendimento do Exercício	
87	Resultado Líquido do Exercício	
88	Dividendos Antecipados	
89		Dividendos Antecipados